

SOCIOLOGIA

VOL. XXXVI | JULHO-DEZEMBRO 2018

Rui Canário

Paula Silva

Pedrito Carlos Chiposse Cambrão

Thiago Meneses Alves

Inês Maia

Ari Pedro Oro

Marcelo Tadvall

Rita Faria

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOlogia



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXXVI • PORTO • 2018

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lígia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CIE; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Victor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - INVULGAR GRAPHIC - Penafiel

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: 10.21747/08723419/soc36

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	
Desvendando a praxe: desafios de uma incursão etnográfica Inês Maia	11
Trabalho e educação de adultos em Portugal: uma perspetiva histórica de 1945 à Revolução dos Cravos Rui Canário	31
A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global Ari Pedro Oro; Marcelo Tadvald	51
Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique Pedrito Carlos Chiposse Cambrão	71
Ciência à medida: conflitos de interesse e interferência na investigação científica financiada Rita Faria	97
Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar Paula Silva	119
Alianças e conflitos nos segmentos artísticos relativamente especializados: o caso do rock independente de Teresina no início do século XXI Thiago Meneses Alves	145
ESTATUTO EDITORIAL	173
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	177
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	185

EDITORIAL

O número XXXVI da revista *Sociologia: Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, segue a linha editorial definida – difundir novos questionamentos sociológicos capacitadores do entendimento das transformações sociais. Consideramos que é uma das linhas proficuas medida pela recetividade qua a Revista vai tendo ao longo dos anos.

O primeiro artigo aborda uma prática social alvo de uma acalorada discussão na sociedade portuguesa: as praxes académicas. Inês Pardal desenvolve uma observação extensiva sobre as praxes na cidade do Porto, testando o uso desta técnica de recolha e tratamento da informação. Por sua vez, permite-nos obter uma leitura, em particular, sobre os comportamentos dos estudantes nos diversos atos da praxe.

Rui Canário apresenta-nos um quadro histórico da educação de adultos, no nosso país, que abrange um longo período, do final da Segunda Guerra Mundial aos anos 1970. Não confinando a sua análise às ações do Estado no domínio social em causa, o autor conduz-nos para a atividade de outras organizações ou movimentos que, no período imediatamente posterior à queda do regime do Estado Novo e num contexto de intensa conflitualidade política, assumem um papel na educação de adultos.

A participação da Igreja Universal do Reino de Deus na sociedade brasileira é por demais conhecida. Ari Pedro Oro e Marcelo Tadvald propõem-nos uma leitura singular, a análise da monumentalização do religioso protagonizada por aquela igreja. As denominadas “catedrais da fé” constituem, na atualidade, um suporte de difusão do ideário, mas simultaneamente uma demonstração pública de poder.

Por sua vez, o texto de Pedrito Carlos Chiposse Cambrão incide sobre a participação da denominada sociedade civil para a Boa Governação em Moçambique. Identificam-se os programas e os protagonistas mais relevantes no processo. O autor conclui pelas dificuldades existentes para a sedimentação desse processo, bem como da oposição por parte do Estado.

O questionamento sobre as relações entre a ciência e os agentes económicos e políticos estrutura o artigo de Rita Faria. Especificamente, a autora analisa as

representações dos académicos sobre os conflitos de interesses entre a investigação científica e os seus financiadores. A análise estende-se às consequências desse facto no campo científico e à possibilidade de emergência de fraudes.

Paula Silva debruça-se sobre as vivências dos doentes com cancro. Mobiliza para o efeito os discursos daqueles agentes e, usando a metodologia da *ground theory*, contribui para a desconstrução da narrativa médica. Num registo inovador, apresenta como a investigação possibilitou a construção de *booklets* sobre a doença a serem difundidos pelos diversos agentes do Serviço Nacional de Saúde.

Por último, Thiago Meneses Alves discorre sobre o rock autoral na cidade de Teresina (Brasil). Mais especificamente, centra-se nas alianças e conflitos existentes entre os diversos agentes que procuram alcançar uma hegemonia. Nesse quadro, as dinâmicas associativas adquirem uma importância crescente configurando ao espaço do rock naquela cidade.

Boa leitura

Carlos Manuel Gonçalves

ARTIGOS

Desvendando a praxe: desafios de uma incursão etnográfica

Inês Maia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

A praxe é um fenómeno central no quadro das sociabilidades estudantis universitárias. Estudámos a sua eficácia socializadora, como principal mecanismo de integração, a partir de dois estudos de caso na Universidade do Porto. Esboçamos, neste artigo, uma reflexão em torno desse processo de pesquisa, salientando os desafios da incursão etnográfica em que este se ancorou. Problematizando, em particular, a observação como técnica, concluímos acerca da sua pertinência: como meio de tonar inteligíveis as dimensões do fenómeno; por ter permitido o confronto entre práticas declaradas e práticas observadas; pela riqueza ao nível da apreensão de práticas e significados atribuídos.

Palavras-chave: praxe; etnografia; observação

Unveiling praxe: challenges of an ethnographic approach

Abstract

Praxe is a central phenomenon in the framework of the university student rules of sociability. We studied its ability to interact socially, as the most important mechanism of integration, based on two case studies of Oporto University. We outline in this article a reflection about this research process, highlighting the challenges of the ethnographic incursion into which it is anchored. Using observation as a technique, we concluded about its relevance: as a means of making the dimensions of the phenomenon intelligible; allowing the confrontation between stated practices and observed ones and the richness in understanding practices and its meanings.

Keywords: *praxe*; ethnography; observation

Dévoiler praxe: les défis d'une incursion ethnographique

Résumé

Praxe est un phénomène central dans le cadre des sociabilités étudiantes universitaires. Nous avons étudié son efficacité de socialisation, comme le principal mécanisme d'intégration, sur la base de deux études de cas à l'Université de Porto. Nous décrivons, dans cet article, une réflexion sur ce processus de recherche,

en soulignant les défis de l’incursion ethnographique dans lesquels elle était ancré. En posant les questions sur l’observation en tant que technique, nous concluons sur sa pertinence : comme un moyen de rendre intelligibles les dimensions du phénomène; pour permettre la confrontation entre les pratiques déclarées et les pratiques observées; par la richesse au niveau de l’appréhension des pratiques et des sens attribués.

Mots-clés: *praxe*; ethnographie; observation

Desvendando praxe: desafios de una incursión etnográfica

Resumen

Praxe es un fenómeno central en el marco de las sociabilidades estudiantiles universitarias. Hemos estudiado su eficacia socializadora, como principal mecanismo de integración, a partir de dos estudios de caso en la Universidad de Oporto. En este artículo esbozamos una reflexión en torno a este proceso de investigación, resaltando los desafíos de la incursión etnográfica en que éste se ancló. Problematizando, en particular, la observación como técnica, concluimos acerca de su pertinencia: como medio de tonar inteligibles dimensiones del fenómeno; por haber permitido la confrontación entre prácticas declaradas y prácticas observadas; por la riqueza al nivel de la aprehensión de prácticas y significados atribuidos.

Palabras clave: *praxe*; etnografía; observación

1. Introdução¹

A praxe é hoje um fenómeno dominante no meio universitário português, central no quadro de sociabilidades estudantis. Propusemo-nos pensar este fenómeno, no contexto organizacional onde toma lugar, a universidade, e privilegiando como principal ângulo de análise a integração dos estudantes aí recém-chegados, pelo papel hegemónico que a praxe desempenha hoje nesse processo. Estudámos, então, a praxe a partir das perspetivas dos seus atores, num exercício de problematização do fenómeno segundo os seus discursos, compreendendo as suas experiências imediatas e a narrativa que constroem sobre essas.

Dedicámo-nos ao estudo deste fenómeno em contexto universitário portuense, centrando-nos em dois estudos de caso, a saber, as Faculdades de Engenharia (FEUP) e de Letras (FLUP), ambas integrantes da Universidade do Porto.

Não se pretendendo um registo detalhado das diferentes fases e operações teórico-metodológicas que definiram a pesquisa, este texto propõe uma reflexão em

¹ A reflexão esboçada neste artigo tem origem numa pesquisa desenvolvida pela autora no âmbito da sua dissertação de Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

torno da incursão etnográfica em que esta se ancorou. Ponderamos os desafios inerentes a esta opção metodológica, com especial destaque para a observação como técnica de recolha e tratamento de informação privilegiada – dos obstáculos encontrados aquando do primeiro confronto com o terreno às oportunidades descortinadas pelo próprio exercício etnográfico. Recorremos, sempre que considerado pertinente, a notas de terreno ilustrativas.

2. Breve contextualização: o estudo do fenómeno da praxe

Apesar de explorado em diferentes trabalhos, enquadrados por inúmeras disciplinas e com objetivos, níveis de análise e metodologias mobilizadas muito distintas, o fenómeno da praxe em Portugal tem sido objeto pouco estudado. Destacamos a tese de mestrado de Ribeiro (2001) sobre estas práticas na Universidade do Minho, os artigos de Frias (2000, 2003, 2004) e os mais recentes contributos de Estanque (2016) e do estudo nacional coordenado por Lopes e Sebastião (2017). De apontar, ainda, a publicação de vários artigos que, de formas diferentes e com níveis de aprofundamento também distintos, proporcionam contributos sobre o fenómeno. Acrescentam também pistas trabalhos centrados noutros objetos de estudo – a título de exemplo, sobre a resistência do movimento estudantil durante o Estado Novo (Frias, 2004; Cardina, 2008a e 2008b) ou sobre o universo académico coimbrão (Cruzeiro, 1979; Frias, 2000 e 2003; Estanque, 2008) - onde se encontram menções às práticas praxistas ou ao universo mais amplo das sociabilidades estudantis universitárias.

Neste exercício de enquadramento do objeto de estudo, questionou-se ainda a pertinência de tentar situar conceptualmente a *praxe*.

Segundo Cruzeiro (1979), o termo *praxe*, do ponto de vista etimológico, designa *prática* ou *execução* de uma ação, tendo sido difundido na língua portuguesa através do vocabulário jurídico, dizendo respeito a práticas de um processo organizadas segundo determinada regulamentação. Assim, é de realçar que se associou desde logo a este conceito, ou mais precisamente, às práticas a que se referia, uma conotação normativa. A praxe diria então respeito a uma *prática regulada*, ao modo *como se deve proceder* e marcada, ainda que com margens de variação, por um certo grau de *formalização*. A mesma autora defende que o núcleo da praxe é a relação entre quem praxa e é praxado (veteranos-caloiros) e o seu âmbito toda a vida académica. Dias e Sá (2013) recuperam esta dupla aceção, que comporta uma noção mais específica de praxe e outra mais ampla, como uma espécie de *modus vivendi* característico dos estudantes. Para

Ribeiro (2001), o conceito de praxe subdivide-se em três significados: a praxe como o conjunto de atividades a que os caloiros são sujeitos pelos doutores, numa relação de submissão-dominação; a praxe como o ciclo ritual que vai do início do ano letivo até ao Enterro da Gata (no caso da Universidade do Minho); a praxe como representação das tradições e usos da Academia. Frias define a praxe com um conjunto de tradições académicas, composta por “diversas humilhações, mais ou menos ritualizadas, que os estudantes mais antigos (...) impõem aos mais novos”, afirmando que esta se refere igualmente a “brincadeiras por vezes violentas, a comportamentos lúdicos e paródicos” (Frias, 2003:82). Tavares afirma a este respeito que, “(...) apesar da praxe dos caloiros parecer assumir uma multisignificância, poderíamos [defini-la] como um conjunto de actividades que os doutores (...) planeiam e executam junto dos caloiros (...), em que a relação dominação-submissão está explicitamente presente” (Tavares, 2008:371).

Frias (2003) defende para o estudo da praxe a mobilização do conceito de *fenómeno social total* (Mauss, [1950] 2011). Compreende estes fenómenos como aqueles que exprimem em simultâneo e de uma só vez todos os tipos de *instituições* (religiosas, jurídicas, morais, políticas, familiares, económicas, estéticas). No caso do fenómeno em estudo, esta proposta de leitura parte da assunção da praxe como um “fenómeno complexo e multiforme [que] participa do ritual, do lúdico, do festivo, do jurídico, do económico, do artístico, do político; associa práticas, objectos, uma gíria, insígnias, gestos, palavras, literaturas, formas gráficas, elementos sonoros; implica inúmeros indivíduos, grupos, entidades e organismos” (Frias, 2003:82). A partir da proposta teórica de Durkheim, podemos ainda compreender a praxe como uma *instituição social*, “no sentido em que corresponde a um conjunto de crenças, de ideias e modos de conduta estabelecidos e partilhados pela sociedade” (Estanque, 2016: 95).

3. A etnografia como modo de apreensão do real: questões metodológicas

A opção por uma metodologia de cariz qualitativo prendeu-se, essencialmente, com o objetivo de explorar um fenómeno dinâmico, onde os sujeitos e as suas subjetividades devem ser ponderados de forma contextualizada e compreendidos como parte de um todo. Foi ancorada nesta conceção, da importância dos atores, dos seus comportamentos e das interpretações que deles fazem, e assumindo a praxe como complexa e multidimensional, que se colocou a pertinência de uma incursão etnográfica – a abordagem privilegiada para a compreensão do fenómeno de forma holística (Silva e Pinto, 1986; Báztan, 1995; Magnani, 2002; Guerra, 2006; Melhuus,

2010; Bryman, 2012; Duneier, 2014).

A partir da proposta de Magnani (2002), sistematizamos alguns dos principais pressupostos da etnografia: (1) pela especificidade do conhecimento proporcionado, permite captar dimensões dos fenómenos, que passariam despercebidas se estudadas exclusivamente a partir de um olhar macro social; (2) a experiência etnográfica implica obrigatoriamente efeitos sobre o investigador – este não apreende apenas os significados que os atores atribuem às suas ações, devendo, pelo contrário, ser capaz de, ao compreendê-los e descrevê-los segundo os seus termos, atestar a sua lógica e incorporá-los de acordo com os seus instrumentos teórico-metodológicos; (3) supõe o pressuposto de que investigador e investigado participam de um mesmo plano – ambos são dotados dos mesmos processos cognitivos que lhes permitem uma compreensão mútua, independentemente da distância que possa marcar os seus universos culturais; (4) a etnografia não se reduz a uma técnica, nem deve ser entendida como um conjunto de procedimentos – mobilizando várias técnicas e ancorando-se em diversos procedimentos, consoante as exigências de cada pesquisa, a etnografia é um modo de aproximação e apreensão do real. Soma-se a esta noção o *pressuposto da totalidade*, que, sucintamente, é apontado pelo autor nos seguintes termos: “uma totalidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em seus aspectos categoriais: para os primeiros, é o contexto da experiência, para o segundo, chave de inteligibilidade e princípio explicativo” (Magnani, 2002:20). Por sua vez, “a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um *insight* que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo” (Magnani, 2002:17), arranjo esse que não é a reprodução direta do investigado, nem aquele com que o investigador iniciou o processo de pesquisa. Este novo arranjo é a articulação de ambos – suscitado pelo do investigado, mas menos preso às particularidades da sua realidade concreta; aprofundado o do investigador, que soma à sua proposta inicial a experiência no terreno. É deste modo que Magnani defende a etnografia como um olhar *de perto e de dentro*, capacitada para refletir dimensões excluídas dos enfoques que seriam, por oposição, *de fora e de longe*.

No caso da nossa pesquisa, releva clarificar que não se tratou de etnografia no sentido pleno do termo, dado não termos cumprido uma das suas premissas básicas – a longa permanência do investigador no terreno. Deste modo, dedicámo-nos a um exercício ou incursão etnográfica². Privilegiámos ainda assim procedimentos

² Esta incursão etnográfica ocorre entre o início de setembro de 2016 e o final de maio de 2017.

consensualmente centrais da etnografia (Baztán, 1995): prioridade ao contacto direto no terreno, a entrevista e a observação³ como técnicas privilegiadas, recurso à fotografia e ao registo sistemático das práticas observadas, elaboração de estudos de caso e de retratos dos atores, estudo de discursos mas também de formas de comunicação não verbal. Além disto, no cumprimento de outra exigência do exercício etnográfico, o processo de pesquisa foi marcado pela flexibilidade e articulação de tarefas, consequência também das características próprias do fenómeno.

Como apontado acima, delimitou-se a pesquisa à FEUP e à FLUP. Importa mencionar que inicialmente se somariam a estas duas Faculdades, a Faculdade de Belas Artes (FBAUP)⁴, não tendo sido, contudo, possível a condução deste terceiro estudo de caso por motivos que discutiremos adiante.

Considerando singulares as características de cada contexto, não nos conduzia nenhuma intenção de comparação direta entre estes. Dedicámo-nos, portanto, a dois estudos de caso (Coller, 2000), assumindo o valor intrínseco de cada um, mas deslindando na descoberta destes exemplos particulares as regularidades dos modos de funcionamento e das lógicas da praxe. Procurámos, com estes exemplos, uma *representatividade social*, que permitisse encontrar conclusões pertinentes e fundamentadas sobre o fenómeno em si (Guerra, 2006); trata-se de uma *representatividade analítica*, que se obtém através do estudo de um caso apropriado ou elucidativo ao tipo de discussão teórica a que nos propomos (Coller, 2000). Ou ainda, de acordo com a proposta de Magnani, “trata-se de uma totalidade empiricamente definida, mas que, capaz de ter os elementos que os estruturam reconhecíveis como padrões, pode ser descrita, formalizada, constituindo um modelo mais geral. Aponta para uma lógica que transcende o contexto original, com poder descritivo e explicativo” (Magnani, 2002:25).

Do ponto de vista das técnicas de recolha e tratamento de informação, elegemos a entrevista semi-directiva como instrumento privilegiado, opção metodológica sobre a qual não nos debruçaremos neste texto. Dado o carácter do fenómeno em estudo e a lógica etnográfica com que encarámos esta pesquisa, a observação impôs-se como outra técnica incontornável (Peretz, 2000). Movia-nos o objetivo de encontrar dados com significado sociológico, passíveis de recolha, classificação

³ Tende a ser consensual a noção de que, em etnografia, a observação deve ser participante. Discutiremos adiante as opções tomadas a este respeito.

⁴ Entendeu-se pertinente o estudo da praxe na FBAUP pela especificidade da apropriação e manifestação do fenómeno nesse contexto. Entre outras características, suscitou curiosidade o facto de ser uma prática recente (o ano letivo de 2010/2011 foi o primeiro que contou oficialmente com praxe própria) e de ser percecionada uma dinâmica de oposição generalizada ao fenómeno nesse contexto.

e análise, compreendendo a observação como o meio mais profícuo para a recolha desta informação em contextos tendencialmente fechados, muito regulamentados ou institucionalizados, que apresentam ao mundo exterior uma imagem rigorosa e bem estudada de si (inclusivamente dissimulada), como é o caso do objeto em estudo.

4. Uma incursão etnográfica

4.1 O confronto com o terreno e a observação entre obstáculos e potencialidades

Anteviam-se dificuldades no plano do trabalho de campo, que os primeiros contactos confirmariam. A praxe tem uma estrutura tendencialmente fechada, é uma prática muito regulamentada internamente e vive intensamente do pressuposto de que só quem a experiencia, a poderá compreender, características que se encontram hoje claramente acentuadas, reflexo do processo de mediatização de que o fenómeno foi alvo nos últimos anos. Partimos, por isto, para o terreno cientes dos entraves que nos poderiam vir a ser colocados. A desconfiança perante os reais objetivos da pesquisa que tentávamos conduzir, a par do desejo de fechamento perante qualquer olhar exterior, fruto da convicção de que a «verdadeira praxe» tem vindo a ser deturpada por quem a tenta perceber «a partir de fora», revelaram-se obstáculos difíceis de ultrapassar e, num dos casos, intransponível. Foi o caso da praxe da FBAUP, terceiro estudo de caso ao qual nos queríamos ter dedicado e que trazemos a esta reflexão como exemplo das dificuldades que o estudo deste fenómeno comporta.

Importa notar que nunca tendo sido despoletado um confronto explícito por parte dos representantes da casa praxista em causa (de singularizar inclusivamente o primeiro interlocutor, um dos principais impulsionadores da praxe naquele contexto, que apresentou disponibilidade e abertura), as conversas estabelecidas foram marcadas pela desconfiança em relação ao objeto de estudo desta pesquisa e ao interesse particular por aquele contexto. Nem o facto do meu contacto com estes estudantes ter sido estabelecido precisamente por esse impulsionador da praxe naquele contexto suavizou o confronto – vinha referida por uma figura de referência naquele universo, mas continuava a representar uma «ameaça». A disponibilidade desses estudantes rapidamente passou a estar circunscrita a apoios que viéssemos a precisar, mas que não envolvessem o estudo do fenómeno naquele contexto. A resistência era clara, verbalizada e sustentada nos seguintes argumentos: o facto do fenómeno ser muito recente na FBAUP não permitiria aos seus intervenientes falar de regularidades;

trata-se de um contexto onde a praxe é muito criticada pela maioria da comunidade (professores, estudantes e órgãos de gestão), o que inibiria a partilha de testemunhos por medo de represálias; receio de que a informação partilhada viesse a ser deturpada; a crença convicta de que não seria possível tirar conclusões acerca do fenómeno naquele contexto.

A praxe na FBAUP desapareceu, deste modo, do nosso leque de possibilidades investigativas pois percecionámos a inevitabilidade do insucesso: o acesso estava negado por parte de quem se encontrava em lugares cimeiros da hierarquia, o que facilmente influenciaria a disponibilidade de outros estudantes, sobretudo tendo em conta o facto de este ser um contexto em que a prática se encontra circunscrita a um grupo muito reduzido (segundo os próprios, estariam a participar na praxe apenas 8 estudantes primeiranistas). Como partilha Estanque, dando nota da sua incursão numa fábrica de calçado, as dúvidas e especulações que, por vezes, nascem em torno do investigador e do trabalho que se encontra a desenvolver não devem ser menorizadas – “é o momento em que aquilo que os «observados» vêem é mais significativo do que o próprio olhar do «observador»” (Estanque, 2002:71); é o momento em que se revela um muro que, em alguns casos, se pode tornar intransponível. Foi o caso.

Outro dos obstáculos encontrados aquando das primeiras incursões diz respeito à observação. A praxe tende a ocorrer em locais isolados, para onde os estudantes se deslocam com esse objetivo definido, onde a nossa presença é notada e serve de propósito à alteração de comportamentos. Problematizando adiante a centralidade da observação (particularmente, da observação participante) no quadro de uma etnografia, devemos reter por agora que, tendo sido nosso intuito não interferir nas atividades, nem criar situações de confronto com quem nestas participava, optámos por observar apenas as que decorriam em espaços públicos expostos (a título de exemplo, à porta da FLUP, nas imediações da FEUP ou em jardins e praças públicas da cidade) e cerimónias simbólicas do universo em estudo (cortejos da latada e da queima das fitas, monumental serenata, missa da bênção das pastas, imposição de insígnias). Não obstante, importa registar que, mesmo em espaços públicos como os mencionados, se se encontrassem poucos transeuntes, éramos facilmente alvo de algum tipo de reconhecimento.

Mencionemos, ainda, que foi solicitado de forma direta aos representantes das casas praxistas com quem foi possível estabelecer contacto (incluindo ainda os da FBAUP) que fosse aberta a possibilidade de aproximação ao terreno, de forma a que apreendêssemos a praxe naquilo que é a sua dimensão mais regular ou rotineira (o chamado «dia de praxe», que habitualmente se traduz numa tarde de atividades com

regularidade semanal). A resposta foi sempre negativa, sustentando-se em dois tipos de argumentos: o desejo de não expor os estudantes praxados a um olhar exterior e a inevitável incompreensão por parte de quem se «encontra de fora» acerca dos reais objetivos das atividades. De referir ainda que, apesar de negativas, as respostas começavam invariavelmente com um “não me importava nada de te deixar assistir, mas...” ou “não temos nada a esconder, mas...”, o que espelha a compreensão da necessidade de uma certa sofisticação ao nível dos argumentos – os praxistas não podem, assim, ser acusados de negar o acesso às atividades sem justificação; eles escudam-se no argumento de que estão apenas a proteger os seus.

Como apontámos acima, a observação participante, eleita como técnica incontornável em qualquer processo etnográfico, não se colocou no quadro desta incursão, dado nunca nos termos encontrado na posição de coatores. Esta «opção», se é que se pode atribuir alguma capacidade de decisão a respeito desta questão, impôs-se por duas ordens de razões. Antes de mais, porque participar do fenómeno em posição de ator ou coator implicaria ser praxada (o que não se colocava de todo, dado não ser estudante de 1.º ano, nem me encontrar em situação equivalente) ou praxar (o que também não era uma hipótese, dado que, para se praxar é necessário, antes de mais, ter sido praxado, requisito que não possuía). Somar-se-iam a estas questões de cariz prático, outras de ordem ética, que, por nem sequer se terem colocado, não importa endereçar.

Deste modo, diríamos ter conduzido, segundo Fernandes (2002), observações diretas distanciadas e em situação de anonimato – não sendo, contudo, este anonimato pleno, no sentido em que, de algum modo, era feita a nossa identificação como «elementos estranhos». Importa aqui compreender que aos obstáculos de acesso colocados logo aquando do confronto com o terreno, somou-se recorrentemente o claro desconhecimento acerca da observação como técnica de investigação, geralmente assumida como meio de ajuizar moralmente o observado a partir dos valores do observador. Continuaram, portanto, a ir sendo colocados entraves a uma observação que não sendo participante, exigia, ainda assim, proximidade no espaço e algum nível de interconhecimento. Compreendida a perda substancial de informação que tal terá implicado, estando convictos da existência de práticas só passíveis de apreender através da observação, assumiu-se a opção de não entrar em confronto directo com nenhum praxista, pois antevíamos a colocação posterior de mais entraves à pesquisa, o que poderia ter implicado consequências irreversíveis.

Assim sendo, observaram-se atividades de praxe nas imediações das instituições de ensino superior e em locais públicos e expostos, reuniões informais

para a preparação de atividades e cerimónias de cariz oficial. As observações realizadas encontraram-se ancoradas numa grelha de pesquisa observacional composta pelas seguintes categorias de análise: (I) atividade/cerimónia a observar; (II) indivíduos; (III) espaço; (IV) atividades; (V) símbolos; (VI) vestuário (e outros acessórios); (VII) dimensão verbal e cânticos; (VIII) dimensão física e o corpo; (IX) consumo de álcool; (X) interações; (XI) violência e poder. Em todas as categorias de análise foram tidas em atenção variações ao nível do género e do lugar ocupado na hierarquia da praxe⁵. As categorias foram construídas de modo a serem amplas, de maneira a poderem ser aplicáveis, e suficientemente flexíveis, à diversidade de situações de praxe com que potencialmente nos depararíamos. De reter, ainda, o *duplo estatuto* que deve marcar as categorias de análise no quadro de uma pesquisa etnográfica – surgem a partir do reconhecimento da sua presença empírica, num exercício muitas vezes anterior à chegada do investigador ao terreno, mas podem também nascer (ou as existentes sofrer alterações) fruto do que vai sendo suscitado pelo próprio trabalho etnográfico.

A observação revelar-se-ia fundamental especialmente a três níveis: (1) como potenciadora da captação de manancial informativo próprio, ao qual não se acedeu através de outras ferramentas; (2) pela capacidade de despertar novas pistas ou de nos elucidar a respeito de outras já descortinadas; (3) por proporcionar o confronto entre práticas declaradas e práticas observadas. Não foram ignoradas as dificuldades interpretativas que a polissemia das ações sociais comporta, contudo, entendemos que a análise da componente *performativa* da praxe apenas é concretizável a partir de exercícios de observação, não sendo os discursos produzidos sobre esta suficientemente elucidativos.

Ao longo do processo de pesquisa foi sendo mantido um registo do trabalho de campo. Recorreremos a excertos deste material para uma reflexão transversal, direcionada particularmente sobre a dimensão correspondente às observações – o que nos contam sobre este exercício de pesquisa?; que elementos importa reter?; em última análise, que oportunidades e obstáculos se encontraram implicados na mobilização desta técnica?

4.2. Quando a observação permite conhecer dimensões singulares

A praxe é uma experiência única no sentido em que aquela que é vivida é percebida como distinta de todas as outras, mas também no sentido em que é

⁵ Para mais detalhes acerca da hierarquia da praxe, consultar, por exemplo, Ribeiro (2001) ou Estanque (2016).

irrepetível, um marco da passagem pelo Ensino Superior e definidora da experiência académica (Lopes e Sebastião, 2017). A praxe é ainda única pelas experiências que proporciona e pelas relações que permite estabelecer, que os estudantes acreditam que ficarão para sempre na sua memória. É também considerada única pela própria capacidade de transformar quem nela participa, sendo recorrente os estudantes partilharem que a praxe os ajudou a contrariar a timidez e inibição que os caracterizava, ajudando-os a tornarem-se mais extrovertidos, confiantes e com maior capacidade de iniciativa.

Esta intensidade com que a praxe é vivida traduz-se em experiências de *efervescência coletiva*, identificada por Durkheim como “uma espécie de electricidade” que, em contexto ritual, “vai ressoar, sem resistência, em todas as outras consciências, largamente abertas às impressões exteriores, [servindo] cada uma delas de eco às outras”, contribuindo para “a intensificação do estado que se manifesta” e da constituição de “uma certa ordem que permita o concerto e os movimentos de conjunto” (Durkheim, 2002: 225-226). Aquele conceito coloca-se como lente valiosa para a compreensão de cerimónias observadas, com especial destaque para os cortejos da latada ou da queima das fitas, ritos que podem eles mesmos ser avaliados como momentos de *performance ritual* (Ribeiro, 2001) determinados por esta *efervescência coletiva*. São momentos quase carnavalescos, de clara encenação e exposição pública ostensiva. Vividos de forma substancialmente intensa, são ritos de reforço da identidade grupal e simultaneamente de reforço do orgulho individual de pertença àquela comunidade. As observações permitiram aceder a esta dimensão do fenómeno de um modo fortemente expressivo e bastante singular⁶.

Observação do cortejo da latada - 30 de outubro de 2016

“O desfile é ensurdecedor. Ao barulho das músicas entoadas aos gritos, soma-se o barulho das latas que os caloiros trazem penduradas em si, os caixotes em que batem, os carrinhos das compras que fazem deslizar ruas abaixo... (...) Descem a Rua dos Clérigos a correr, aos gritos e a agitar as latas. Ensurdecedor. Ambiente de êxtase.”

Observação do cortejo da queima das fitas – 9 de maio de 2017

“É possível ouvir, através das canções e gritos entoados, a habitual e constante exaltação à praxe e a competição/rivalidade entre casas praxistas e faculdades. Nota-se, talvez de forma mais evidente do que em qualquer outro momento observado, um aprofundamento desta última dimensão – a Faculdade de Medicina faz inúmeras referências ao facto de serem Medicina do pólo de S. João, num corte evidente face ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS); os estudantes

⁶ Os excertos apresentados são retirados dos registos elaborados durante o trabalho de campo. Todas as ruas e edifícios identificados referem-se à cidade do Porto.

de 1.º ano da Faculdade de Engenharia arrancam uma faixa do Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), que se encontra pendurada na fachada de um prédio.”

“Não há momentos de silêncio ou acalmia: canta-se, grita-se,... É, ainda assim, indiscutível a excecionalidade do caso da Faculdade de Engenharia - enorme mancha humana, são centenas de estudantes, gritam de forma ensurdecidora ininterruptamente, correm e saltam. Os trajados que seguem em pé no carro alegórico (supõe-se que os praxistas que compõem o conselho de veteranos) são os principais animadores. Com especial destaque para um deles (supõe-se que o *dux facultis*), que remete para a figura de um maestro – com gestos simples, e muitas vezes discretos, dirige a enorme massa humana, que segue as suas instruções escrupulosamente.”

“É uma experiência vivida nos seus extremos do ponto de vista emocional – se para muitos é o primeiro cortejo, momento pelo qual se tinha esperado com entusiasmo e ansiedade e é vivido com a alegria do cumprimento das expectativas, para muitos outros o cortejo marca o final de um ciclo, sendo vivido entre o orgulho e a nostalgia antecipada.”

Compreendendo que a dimensão performativa para que estes excertos nos remetem corrobora a noção da praxe como encenação – podemos observar a representação de papéis claramente definidos, num jogo com regras estipuladas e consensualmente partilhadas – importa recordar que não estamos perante uma mera brincadeira, pois a *performance ritual* define-se precisamente pela eficácia da ação simbólica, pela capacidade de construir e contar uma narrativa que encerra nas suas fronteiras o que se faz e como se faz, num claro exercício de poder sobre os indivíduos e sobre o mundo (Ribeiro, 2001).

A praxe vive ainda num espaço de ambiguidades e tensões, oscilando, não poucas vezes, entre aquilo que, à primeira vista, poderiam mesmo ser consideradas contradições. Um destes exemplos, e como apontado por Lopes e Sebastião (2017), encontra-se no facto de a praxe se alimentar por um lado, do segredo, mas, simultaneamente, da espectacularização. Se o segredo “é uma aura que se cria para acentuar a relação com o mito da tradição e reforçar a dimensão grupal e identitária” (Lopes e Sebastião, 2017:233), (partilhava uma das entrevistadas: “a praxe é uma coisa que fica com quem está em praxe, o que acontece em praxe, fica em praxe”), ele só ganha significado perante a exposição pública da praxe. Por outras palavras, é porque o fenómeno se expõe publicamente de forma espetacularizada em determinados momentos (latadas, cortejos, serenatas, etc.), que existe espaço para o segredo (e o secretismo) noutros; se a intensa exposição da praxe demarca quem nela está de quem nunca esteve ou estará, a simultânea aura de secretismo que sobre ela paira acentua esta demarcação, aprofundando um sentimento de pertença a quem integra o grupo. A incursão etnográfica, e particularmente a observação, descortinaram esta ambiguidade

Esta ambiguidade característica do fenómeno, comportou ainda consequências ao nível do trabalho de campo - tanto nos deparávamos com o total fechamento da praxe sobre si, sendo-nos negado o acesso à maioria das atividades, ou vendo-nos obrigados a optar por não observar, como, de repente, a praxe se apresentava à cidade, de forma burlesca, festiva e eufórica, num exercício de ostensiva exposição; se tantas vezes foi necessário recuar porque reconhecida como «elemento estranho», noutras era uma entre milhares; de situações em que era impensável fotografar, para outras em que raro era encontrar quem não o estivesse a fazer. O excerto seguinte ilustra bem um destes cenários *espetacularizados* e de exposição e, do ponto de vista investigativo, de facilidade de acesso:

Observação Cortejo da Queima das Fitas – 9 de maio de 2017

“As ruas por onde passa o cortejo estão repletas de pessoas, ainda antes deste começar. Dezenas, e depois centenas, de pessoas posicionam-se rapidamente nas escadas do Tribunal, no Jardim da Cordoaria, na zona dos Clérigos, para verem passar o cortejo. (...) A assistir estão, claramente, muitas famílias (desde crianças a idosos); jovens que querem ver os amigos passar; estudantes há muito graduados que desejam, curiosos, ver o carro da sua faculdade; praxistas mais velhos que tencionam ver ao mais novos; transeuntes curiosos; turistas com dificuldade em perceber o que se passa (entre a surpresa e o fascínio). (...) Muitas fotografias. A maior parte dos estudantes fotografa-se em ambiente de festa. Muitos familiares procuram o melhor local para fotografar, onde ficam até passar o carro alegórico com o seu familiar. É muito frequente ver finalistas saírem do cortejo para que as famílias os fotografem e se fotografem com eles. O momento é de orgulho e parece fundamental registá-lo.”

4.3. Quando a observação clarifica e abre caminhos

A praxe tende a viver fechada sobre si, alimentando-se, em grande medida, da lógica de um espaço-tempo suspenso que vive sob dinâmicas próprias. São, aliás, muito raros os momentos ou as dimensões do fenómeno que espelham reflexão sobre o mundo exterior. Uma das exceções foi encontrada no cortejo da queima das fitas, onde se observou que os carros alegóricos tendem a ser ilustrados com sátiras à conjuntura sociopolítica do país (referências ao desemprego jovem ou ao desinvestimento no Ensino Superior) ou em alusão a problemas específicos de cada instituição (falta de condições materiais e humanas, questões de cariz pedagógico). A observação desvendou assim uma nova pista, neste caso, uma dimensão que parecia alheia a este fenómeno.

Além de abrir caminhos, a observação permitiu a clarificação de outras pistas interpretativas. A praxe é vivida com a intensidade de uma experiência única, de

carácter irrepetível. Atente-se numa certa aura mística que alguns estudantes associam a esta ou na própria noção, exposta nestes moldes por um estudante entrevistado, de que a praxe torna a vida académica «mítica». Destaquemos, ainda, a «essência» ou o «sentido» a que alguns se referem quando falam da praxe ou a associação direta desta a uma aventura ou à própria vida. A praxe afigura-se um espaço-tempo que exalta o momento e a intensidade das sensações que proporciona, colocando o futuro (e as preocupações a este associadas) numa espécie de pausa. Vive-se de forma entusiástica um ritual que bloqueia momentaneamente a vida, construindo-se experiências com uma intensidade à altura deste pressuposto.

Apesar de marcar indelevelmente o fenómeno, esta dimensão era dificilmente aferível através dos testemunhos partilhados – é frequente os estudantes referirem sentimentos que consideram intraduzíveis ou intransmissíveis a quem não viveu a experiência. Neste sentido, a observação apresentou-se como imprescindível no sentido em que nos elucidou mais claramente, em particular no que respeita aos significados que os estudantes atribuem a momentos simbolicamente marcantes das suas experiências, nem sempre facilmente compreensíveis em situação de entrevista ou conversa informal. A observação da monumental serenata da queima das fitas, rito simbolicamente determinante da experiência em praxe, é um exemplo elucidativo da singularidade desta técnica.

Observação monumental serenata da semana da queima – 6 de maio de 2017

“São observados muitos primeiros “traçar da capa”. Esses momentos são vividos com grande solenidade e emoção. Vêm-se padrinhos/madrinhas e afilhados a chorar, abraçados, sobretudo no final. É frequente as famílias dos caloiros encontrarem-se próximas e, depois do ritual terminar, abraçam-se aos filhos/filhas. Vêm-se muitos familiares emocionados e a tirar muitas fotografias, especialmente depois da capa traçada. Depreende-se a partir da intensidade com que os caloiros vivem este momento, a que se soma a das suas famílias, o peso simbólico, antes de mais, de trajar pela primeira vez, e, em última análise, do traje em si.”

“Vêm-se estudantes a chorar enquanto ouvem as tunas tocar. Conversas que se vão ouvindo fazem perceber que se tratam de finalistas e que a emoção advém do facto de aquela vir a ser última vez.”

4.4. Quando a observação questiona práticas declaradas

Se se entende a observação como técnica capaz de potenciar manancial informativo próprio, no caso do objeto em estudo, a observação permitiu-nos também o confronto entre as práticas declaradas pelos atores do fenómeno, sobretudo em contexto de entrevista, e as práticas que fomos observando no terreno. O confronto

(e as contradições) colocaram-se de forma evidente, particularmente, em duas dimensões: o consumo de álcool e o exercício/esforço físico presente nas atividades.

As conversas estabelecidas no terreno e, posteriormente, as entrevistas, espelharam consonâncias a respeito do consumo de álcool em contexto de praxe. A totalidade dos estudantes entrevistados e a esmagadora maioria daqueles com que se foi conversando assumem esta como uma «não-questão». Reiteram que o álcool não tem lugar na praxe corrente e que nas restantes situações de festa e convívio (que alguns alertam que nem pode ser considerada praxe) cada um consome o que entende. Os estudantes de 1.º ano, caloiros na hierarquia da praxe, tendem a defender-se reproduzindo uma frase ouvida em praxe - “Caloiro não bebe” – e, de uma forma geral, todos parecem defender a inexistência de situação de consumo considerado excessivo. Deparámo-nos com cenários diferentes, como atestam os seguintes excertos:

Observação Cortejo da Queima das Fitas – 9 de maio de 2017

“A presença de álcool é evidente desde cedo. Antes do desfile começar foi desde logo possível observar muitos estudantes (trajados e não trajados) com latas e garrafas de 1L de cerveja. (...) Álcool a circular abundantemente – passa das mãos dos estudantes em cima dos carros alegóricos para os que se encontram a secundá-los e vice-versa. (...) É a primeira vez que observo caloiros a consumir bebidas alcoólicas em situação de praxe – em quantidade bastante assinalável. (...) À medida que os carros alegóricos iam passando, os estudantes iam deixando para trás um rasto de sujidade – rapidamente as ruas se encheram de milhares de garrafas e latas pelo chão (...) É evidente, com o avançar da tarde, o número crescente de estudantes alcoolizados.”

Outra categoria posta em confronto diz respeito à presença de exercício/esforço físico em contexto de praxe, mais especificamente nas atividades que os mais novos são colocados a executar. É comum os estudantes defenderem que a sua praxe é sobretudo “mental”, compreendendo-a deste modo pela centralidade que a aprendizagem ocupa nesta, marcando assim a distinção em relação a uma praxe “física”, avaliada como menos importante. As observações permitiram-nos, contudo, aferir da presença destas, inclusivamente em momentos considerados festivos, como é o caso do cortejo da queima das fitas.

Observação Praxe - Jardim da Cordoaria – 22 de setembro de 2016

“Durante o período de observação (aproximadamente uma hora), os caloiros são colocados inúmeras vezes de “gatas”, havendo momentos em que só estão com as mãos e os joelhos apoiados no chão.”

Observação Praxe - Imediações da FEUP – 5 de abril de 2017

“Óbvio centralidade de atividades de cariz físico: flexões, saltos, agachamentos”

Observação Cortejo da Queima das Fitas – 9 de maio de 2017

“Na maioria dos casos, os caloiros são apenas postos a cantar e/ou gritar. A exceção encontra-se na praxe de Direito, que assim se distingue das demais, em que os caloiros são postos a fazer flexões inúmeras vezes ao longo do trajeto.”

Importa ter em consideração que esta discrepância encontrada entre práticas e discurso não é alheia ao recente processo de mediatização de que o fenómeno foi alvo, sendo frequente os praxistas evidenciarem a necessidade de contrariar a imagem negativa socialmente construída em torno do fenómeno, retirando importância, ou mesmo negando a existência, do que facilmente poderia ser avaliado negativamente. O consumo de álcool e as práticas de exercício/esforço físico encontram-se nesta categoria.

5. A mediatização do fenómeno: outros desafios e soluções

Este processo de pesquisa obrigava à leitura contextualizada do fenómeno na realidade em que toma lugar, ponderando ainda os diferentes fatores exógenos que sobre ela exercem efeitos. O mais evidente e desafiante destes fatores foi o processo de mediatização de que o fenómeno foi alvo. Tê-lo em consideração foi relevante a dois níveis: por um lado, porque a praxe se tornou *familiar* para a generalidade das pessoas e cresceu sobre ela um conjunto de perceções externas que importa conhecer e, por outro, porque tal processo comportou consequências diretas sobre esta incursão.

Antes de mais, a importância das perceções externas. Quando Velho (1987b) discute o cariz relativo da noção de *familiar* (bem como a necessidade de o *estranhar*), alerta para uma complexidade que importa transpor para esta reflexão – se, por um lado, a comunicação de massas torna familiar determinados temas e objetos, sobretudo pela frequência e intensidade com que os aborda, contribuindo assim para criar uma sensação de familiaridade com esses, por outro lado, essa familiaridade, ainda que assente em noções essencialmente estereotipadas, deve ser entendida como contributo valioso para a construção de conhecimento científico. A praxe torna-se *familiar* na sequência da mediatização de que foi alvo, passando a existir uma sensação de familiaridade generalizada em relação ao fenómeno - proliferam opiniões que devem pesar na reflexão que esboçamos sobre a praxe, porque, ainda que sem pretensões científicas, essas perceções espelham de algum modo um certo tipo de apreensão da realidade.

Por outro lado, a mediatização do fenómeno comportou consequências sobre a pesquisa, pelo tipo de processo em que esta se ancorava – de proximidade regular

com os atores do fenómeno, de forma contextualizada no terreno onde conduzem as suas ações. Se, aquando das primeiras incursões nos deparámos com um desejo de fechamento evidente, a desconfiança nunca desapareceu totalmente do quadro de relações. Como é sabido, a figura do investigador é central num exercício etnográfico e, neste caso específico, quem investigava personificava aqueles que «de fora» tentam perceber a praxe (exercício que os praxistas acreditam não ser concretizável). Tendo sido praticamente impossível cortar com o esquema dicotómico predominante nos seus quadros mentais - «nós» e «eles» -, era recorrentemente evidente que o facto de estarmos perante um fenómeno mediatizado transportava consequências – os praxistas tendem a considerar que a sua imagem atual é negativa e que qualquer trabalho dedicado à praxe servirá o propósito de corroborar essa representação.

Por tudo isto, foram surgindo inquietações que implicaram a tomada de opções. Antes de mais, a revelação do meu estatuto de estudante de sociologia, que se encontrava a desenvolver uma pesquisa no âmbito da sua dissertação de mestrado, impôs-se sempre, quer por questões éticas e deontológicas, quer por se ter entendido ser o caminho mais profícuo à conquista da confiança dos atores do fenómeno. Nestes cenários de pesquisa, a exposição de alguns elementos da identidade pessoal do investigador revela-se fundamental num processo que é, essencialmente, de interconhecimento (Estanque, 2002). A exposição desses elementos facilitou os contactos, tal como o facto de partilhar a faixa etária com estes estudantes e de me enquadrar num universo, a Universidade, ao qual também pertencem.

Neste jogo constante entre revelar o necessário e não me expor excessivamente, colocou-se outra opção, relacionada com a divulgação dos objetivos da pesquisa. Tendo ficado claro desde cedo, que a apresentação da praxe como objeto de estudo tende a suscitar surpresa, curiosidade, mas, particularmente, desconfiança, optou-se por, nas palavras de Estanque (2002), *jogar na ambiguidade* – divulgar o suficiente para clarificar o trabalho que nos encontrávamos a desenvolver, contudo sem entrar em detalhes potencialmente comprometedores.

6. Notas conclusivas

Tentámos com a reflexão aqui esboçada ponderar os desafios com que nos deparámos no quadro de uma incursão etnográfica dedicada ao estudo do fenómeno da praxe. Desafios esses que, longe de meros obstáculos iniciais, atravessaram todo o processo de pesquisa, tornando-se dele inseparáveis.

Não obstante, se os desafios se colocaram, por vezes, sob a forma de obstáculos e situações de confronto, esta incursão etnográfica foi-se delineando também através de oportunidades próprias desta forma de estar no terreno: (1) as observações exploratórias cedo nos despertaram para indicadores de análise pertinentes, para a necessidade de ir reajustando opções metodológicas e para a centralidade de estar de forma atenta no terreno (incluindo para ouvir conversas pelos corredores e bares das faculdades, potenciadoras, por si só, de dados valiosos); (2) as inúmeras conversas informais permitiram quer a obtenção de informação sobre a praxe em cada contexto, quer o estabelecimento de contactos no terreno, sem os quais a pesquisa não se teria concretizado; (3) a presença no terreno permitiu algum domínio sobre a linguagem própria do fenómeno, mobilizada pelos seus atores, o que facilitou e desinibiu conversas com estes, dado que cremos ter diminuído, deste modo, a sensação de estarem a falar com «alguém de fora»; (4) a presença em momentos simbólicos fortíssimos permitiu compreender dimensões do fenómeno inatingíveis de outro modo.

Como fomos explorando neste texto, a observação por si só, como técnica privilegiada, revelou-se substancialmente rica – além de tonar mais inteligível a dimensão performativa do fenómeno, permitiu o confronto entre práticas declaradas e práticas observadas. Deste modo, a observação estimulou a identificação de lapsos e contradições, a clarificação de práticas e a compreensão de significados atribuídos, aproximando-nos da complexidade do fenómeno e das justificações dos atores sobre o mesmo. A observação suscitou, ainda, pelo manancial informativo que foi desvendando, novas pistas e exercícios constantes de questionamento a partir do real observado, numa lógica de indução científica.

Em suma, este processo de pesquisa, indelevelmente determinado pelos desafios da etnografia como modo de apreensão da realidade, fica igualmente marcado pela necessidade de pensar e repensar rumos traçados, num exercício de reconfiguração permanente – de abordagens, de formas de estar no terreno, de pensar o próprio fenómeno e os seus atores.

Referências bibliográficas

- BAZTÁN, A. Aguirre (edit.) (1995), *Etnografía: Metodología cualitativa en la investigación sociocultural*, Barcelona, Marcombo.
- BRYMAN, Alan (2012), *Social research methods*, Oxford, Oxford University Press.

- CARDINA, Miguel (2008a), “Memórias incômodas e rasura do tempo: Movimentos estudantis e praxe académica no declínio do Estado Novo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, pp.111 – 131.
- CARDINA, Miguel (2008b), *A Tradição da Contestação: Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus.
- COLLER, Xavier (2000), *Estudio de casos*, Cuadernos Metodológicos, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- CRUZEIRO, Maria Eduarda (1979), “Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional”, *Análise Social*, 15, pp. 795–838.
- DUNEIER, Mitchell; KASINITZ, Philip; MURPHY, Alexandra K. (eds.) (2014), *The urban ethnography reader*, Oxford, Oxford University Press.
- DURKHEIM, Émile ([1912] 2002), *As formas elementares da vida religiosa*, Oeiras, Celta Editora.
- ESTANQUE, Elísio (2002), “Um sociólogo na fábrica: para uma metodologia de envolvimento social”, in Telmo H. (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 61-76.
- ESTANQUE, Elísio, (2016), *Praxe e Tradições Académicas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- FERNANDES, Luís (2002), “Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: as facetas da escrita etnográfica”, in Telmo H. (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 23-40.
- FRIAS, Anibal (2000), ““Patrimonialização” da Alta e da Praxe académica de Coimbra”, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, APS, pp. 1 – 15.
- FRIAS, Anibal (2003), “Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra. Lógicas das tradições e dinâmicas identitárias”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 81 – 116.
- FRIAS, Anibal (2004), “A “arte” da contestação na Academia de Coimbra nos anos 60: Desenhos, caricaturas, Praxe”, *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, APS, pp. 8 – 14.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentido e formas de uso*, Lisboa, Principia.
- LOPES, João Teixeira; SEBASTIÃO, João (coord.) (2017), “A praxe como fenómeno social - relatório final”, Direção-Geral do Ensino Superior (DGES).
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (2002), “De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, nº 49, pp.11-29.
- MAUSS, Marcel ([1950] 2011), *Ensaio sobre a Dádiva*, Lisboa, Edições 70.
- MELHUUS, Marit; MITCHELL, Jon P.; WULFF, Helena (orgs.) (2010), *Ethnographic Practice in the Present*, Oxford e Nova Iorque, Berghahn Books.
- PERETZ, Henri (2000), *Métodos em Sociologia: a observação*, Lisboa, Temas e Debates.
- RIBEIRO, Rita (2001), *As Lições dos Aprendizizes - As praxes académicas na Universidade do Minho*, Braga, Universidade do Minho.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (org.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

TAVARES, Diana Amado (2008), *O Superior Ofício de Ser Aluno: Manual de Sobrevivência do Caloiro*, Lisboa, Edições Sílabo.

VELHO, Gilberto (1987b), *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Inês Maia. Doutoranda do 3º ciclo em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. E-mail: inesmaia949@gmail.com

Artigo recebido em 20 de janeiro de 2018. Aprovado para publicação em 28 de julho de 2018.

Trabalho e educação de adultos em Portugal: uma perspetiva histórica de 1945 à Revolução dos Cravos

Rui Canário
Universidade de Lisboa

Resumo

Propõe-se uma interpretação histórica da educação de adultos em Portugal no período dos “30 anos gloriosos”. Assinalam-se tendências internacionais e singularidades da formação social portuguesa. Pretende-se ultrapassar uma redução da educação às iniciativas protagonizadas pelo Estado. O período em causa é atravessado por dinâmicas de educação popular num quadro de conflitualidade social.

Palavras-chave: educação de adultos; trabalho; Portugal.

Travail et éducation des adultes au Portugal : de 1945 à la Révolution des Œillets

Résumé

On propose une interprétation historique de l'éducation des adultes au Portugal pendant les « 30 années glorieuses ». On signale des tendances internationales aussi bien que des singularités de la formation sociale portugaise. Cette période est traversée par des dynamiques d'éducation populaire dans un cadre socialement conflictuel.

Mots-clés : éducation des adultes, travail, Portugal

Work and adult education in Portugal: from 1945 to the April Revolution

Abstract

A historical interpretation is proposed on adult education in Portugal during the period of the “30 glorious years”. International trends and singularities of the Portuguese social formation are highlighted. Our goal is to overcome the reduction of education to the initiatives carried out by the State. The period in question is crossed by the dynamics of popular education in a context of social conflict.

Palavras-chave: adult education; work; Portugal.

Trabajo e educación de adultos: de 1945 a la Revolución de Abril

Resumen

Se propone una interpretación histórica de de la educación de adultos durante el período de los “30 Gloriosos”. Se señalan tendencias internacionales y singularidades de la formación social portuguesa. Se pretende superar una reducción de la educación a las iniciativas protagonizadas por el Estado. El período en cuestión es atravesado por dinámicas de educación popular en un marco de conflictividad social.

Palabras clave: educación de adultos; trabajo; Portugal

É por referência à “Questão Social”, central desde o século XIX, que pretendemos, neste texto, analisar as relações que unem o trabalho e a educação, nomeadamente de adultos, à conflitualidade social. Partimos de conceções largas dos conceitos de *trabalho* e de *educação*. O trabalho é entendido como uma característica definidora da pessoa humana, enquanto ser ontocriativo que se produz a si mesmo, na sua relação com a natureza e com a sociedade (Konder, 2009). A educação é percecionada “como o conjunto das práticas educativas inerentes à totalidade social”, na síntese feliz de Sonia Rummert (2007:12), sobre os desenvolvimentos de tradição marxista propostos por Gramsci.

A educação corresponde então a um processo de socialização que assume uma orientação *heterónoma* quando a iniciativa parte do Estado, ou uma orientação *autónoma*, quando a iniciativa pertence aos movimentos de cariz anti capitalista. A orientação *heterónoma* representa a tentativa de instituir uma *lógica de conformidade* com a ordem social, económica e política. A orientação *autónoma* configura uma *lógica de rebeldia* orientada para a subversão da ordem social, materializando-se num poderoso e diversificado movimento social em que o conflito se institui como uma aprendizagem de novas formas de viver, alternativas a uma sociedade baseada na produção de mercadorias (Canário, 2013).

“Trinta anos gloriosos”: desenvolver, qualificar, alfabetizar

Na sequência do final da Segunda Guerra Mundial, o terceiro quartel do século XX é marcado, a nível planetário, por um aumento exponencial e sistemático das ofertas educativas dirigidas a públicos adultos (Bhola, 1989). Este campo educativo novo (Canário, 2003) foi impulsionado, a nível mundial pela Unesco, autonomizou-

se e ganhou identidade. Contrapondo-se nos métodos e nos fins à educação escolar construiu e propôs uma nova visão global e integrada da educação que na viragem da década de 60 viria a ser consubstanciada, no movimento da educação permanente (Asún e Finger, 2001). Como sublinhou Celso Furtado (2006, p. 69) este período tornou-se ímpar em termos de crescimento económico: “Nos dois decénios compreendidos entre 1950 e 1970, a taxa de crescimento médio anual das economias capitalistas foi de 4,7 por cento (no segundo decénio ela alcançou 5,7 por cento) o que significa uma velocidade duas vezes superior à que conheceram estes países no século anterior a 1950.”

Este ritmo de crescimento alimentou altos níveis de investimento na educação para dar resposta às necessidades de qualificação da mão-de-obra e à formidável tarefa de alfabetizar as populações do 3º Mundo. A vaga de descolonizações tornou a educação (nomeadamente a alfabetização) uma ferramenta indispensável à construção da unidade linguística, histórica e política dos novos Estados Nação. A teoria do capital humano (Mesquita, 2000) servia de referência otimista para os elevados investimentos em educação.

A emergência dos EUA como vencedores incontestados da Segunda Guerra Mundial traduziu-se numa liderança americana da reconstrução da Europa e do Japão numa nova ordem internacional com base em novos mecanismos de regulação política (ONU) e económica (acordos de Bretton Woods) e a criação de instituições reguladoras dos processos de integração económica supra nacional como são os casos do FMI, do Banco Mundial e da OCDE). Os acordos de Ialta, a formação de pactos militares (como a Nato) e a partilha do poder nuclear por um restrito número de países ajudaram a configurar aquilo que se designou como “guerra fria”, correspondendo a um equilíbrio na partilha de áreas de influência pelas duas grandes potências mundiais (EUA e URSS).

As sociedades industriais avançadas, emergentes no pós-guerra, perseguiram a Leste e a Oeste a mesma finalidade de acumulação rápida de capital (Aron, 1962), tornada possível pelo alargamento e integração dos mercados disponíveis. Parecia realizável a velha utopia capitalista de um crescimento “perpétuo”, sem crises cíclicas nem retrocessos. Por outro lado, alguns dados estatísticos de natureza macroeconómica relativos ao período anterior à guerra indicavam uma articulação virtuosa entre o crescimento económico e a promoção da igualdade (que não se viria a verificar) que abria um mundo de promessas (Piketty, 2014) entre as quais se contava a progressiva aproximação dos países do 3º Mundo aos índices económicos do mundo industrializado e rico (o que também não se viria a verificar). Verificou-se, sim, nas palavras de Raymond

Aron (1969), aquilo que ele designou como “desilusões do Progresso”.

O otimismo reinante sobre as possibilidades do crescimento económico e das suas consequências sociais instituiu o índice do PIB (Produto Interno Bruto) como o principal indicador de sucesso e fundamento de uma ideologia do Desenvolvimento que se afirmou como uma nova e etnocêntrica visão do mundo, construída e exportada pelo Ocidente. A noção de desenvolvimento, que Edgar Morin qualificou como “obscura, incerta, mitológica e pobre” (1984: 443) resistiu à erosão crítica a que foi sujeita e chegou, pelo menos em termos retóricos, ao fim do século XX. Também ainda segundo Morin o conceito de desenvolvimento teria constituído o “grande mito dos anos 50, seja sob a forma ‘capitalista’, seja sob a forma ‘socialista’, o qual permitiria criar as verdadeiras condições para o pleno florescimento da felicidade humana” (1984:449).

A ideologia do desenvolvimento marcou não somente o campo económico, mas também o campo educativo. A “batalha” da alfabetização foi concretizada globalmente em campanhas massivas, conduzidas centralmente e de forma vertical, cujo êxito foi muito limitado. Tinha como cimento ideológico a finalidade de superação da dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento que unia conflituamente o Norte e o Sul. A articulação linear entre alfabetização e desenvolvimento, largamente tributária da teoria do capital humano, conduziu a equacionar o problema do analfabetismo em termos de custos de produção e de competitividade (OCDE, 1993) que definem uma abordagem economicista, e portanto redutora, deste facto social. No entanto, foi no seio destas campanhas e no seio de movimentos de educação popular (Sousa, 2007) que se afirmou uma crítica pedagógica à forma escolar que deu identidade ao campo da educação e formação de adultos. Passar da “leitura da palavra” à “leitura do mundo” reconduziu, sob a influência de Paulo Freire (1975), a alfabetização para outros caminhos que anunciam um novo ciclo educativo.

Estado Novo: da viragem industrialista à Revolução de Abril

A segunda fase do regime fascista português corresponde ao período dos “30 Anos Gloriosos” que sucederam à II Guerra Mundial. Como assinala Fernando Rosas (1994:419) é ilusória uma imagem de imobilismo e de estagnação que se lhe associa: “Sob a invisibilidade criada pela censura, pela ausência de liberdade, pelo peso do conservadorismo dominante, a sociedade portuguesa iniciava um dos mais profundos processos de mudança estrutural da sua história.”

Iniciava-se um tempo em que o desenvolvimento económico e a educação viriam, também em Portugal, a marcar a agenda política. A defesa do fomento da indústria, bandeira de uma corrente industrialista liderada por Ferreira Dias, articula a sua vertente desenvolvimentista com a defesa de políticas destinadas a aumentar as qualificações de uma mão-de-obra caracterizada pelo analfabetismo. Em 1950 a percentagem de analfabetos era de 44% o que remetia o país para o último lugar europeu (Nóvoa, 1990). Os “novos rumos” propostos teriam de ser simultaneamente económicos e educativos.

Com efeito, como refere António Teodoro (2001:207) se o crescimento do PIB tinha ficado pelos 0,8% entre 1900 e 1950, na década de cinquenta esse valor seria de 4,1%. A articulação entre crescimento e medidas de política educativa são explicitamente referidas no Parecer da Câmara Corporativa sobre a Reforma do Ensino Técnico que assume “o caráter indissociável da ligação entre a reforma da indústria e a reforma do ensino” (198), bem como no texto da Comissão de Reforma do Ensino Técnico (final dos anos 40), onde se pode ler: “Não poderá em Portugal pensar-se em verdadeiro progresso técnico, em desenvolvimento económico sério e estável (...) enquanto a percentagem de analfabetos for a que as estatísticas desoladoramente continuam acusando” (201). Por outro lado, idêntico desígnio é explicitado no preâmbulo ao decreto-lei que em 1952 viria a instituir o Plano de Educação Popular: “(...) num país de expressiva percentagem de iletrados, torna-se imperioso alargar, a todo o custo e por todos os meios, os benefícios da instrução ao maior número possível de portugueses” (Teodoro, 2001:201).

A conceção e execução dos Planos de Fomento acompanham as reformas educativas nos anos 50 e 60, décadas em que Portugal se torna um país claramente industrial. A viragem educativa estrutura-se em três momentos chave: a reforma do ensino técnico de 1948, o Plano de Educação Popular (nas vertentes para jovens e de combate ao analfabetismo dos adultos) e a política do ministro Leite Pinto que se destacou pelo seu discurso e ação mobilizadores na defesa “de uma educação para todos enquanto condição do desenvolvimento económico” (Teodoro, 2001, p. 197). Nesta lógica se inscreve o prolongamento da escolaridade obrigatória para 4 anos (em 1956) e 6 anos (em 1964).

Segundo António Nóvoa, as medidas reformistas da educação inscrevem-se numa lógica de adaptação do regime às novas realidades emergentes do pós-guerra o que não significou o abandono do uso da política educativa enquanto ação heterónoma sobre as classes trabalhadoras, como ferramenta de doutrinação social: “O Plano de Educação Popular estava impregnado de uma forte carga ideológica mobilizadora,

tendo concitado a adesão dos grupos doutrinários do salazarismo. Mas o Plano estava também contaminado por uma estratégia de investimento nos recursos humanos, suscitando o apoio dos setores sociais e económicos empenhados na industrialização do país.” (Nóvoa, 1990:478).

Estas orientações tiveram uma tradução direta no campo da educação de adultos na dupla vertente da alfabetização e do incentivo à formação profissional. Em ambos os domínios há uma clara influência dos órgãos internacionais que Portugal passara a integrar, no contexto da “guerra fria”: a ONU que através da Unesco influenciaria o tempo e o modo da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos (1952-1956), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) da qual Portugal seria fundador e que teve importância decisiva na introdução de metodologias de planeamento educativo, através do Projeto Regional do Mediterrâneo e a criação, já nos anos 60, de um Gabinete de Planeamento da Ação Educativa (GEPAE) no âmbito do Ministério da Educação.

No campo da educação de adultos, a Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA), como assinala Cristina Barcoso “(...) estará ligada à ideia geral de que o analfabetismo era um problema rapidamente resolúvel através do recurso a campanhas, à semelhança do que era feito na América Latina e que a Unesco recomendava”. A CNEA teve como efeito de arrastamento a exigência de formar educadores de adultos. Afirmou-se a especificidade pedagógica da educação dos adultos, relativamente à educação das crianças, devendo apelar-se “(...) a práticas pedagógicas centralizadas na figura do aluno, partindo das suas experiências de vida” e recorrendo “à diversificação de recursos educativos, onde o cinema, a rádio e as visitas de estudo têm especial relevância” (Barcoso, 2002:126).

Ainda nos anos 50 se inicia a execução de um Plano de Formação Social e Corporativa (PFSC, 1956-1962) que se assume como uma “cruzada corporativa” que se terá apoiado, nas palavras de Veiga de Macedo na sua tomada de posse como ministro das Corporações e Previdência Social, numa “catequese individual, em que o entusiasmo e a inteligência robustecem a fé dos que já creem e galvanizam e convençam os incrédulos ou os menos esclarecidos”, citado por Albérico Costa (2008, p. 71). Segundo este autor, estamos em presença de uma intervenção ambiciosa nos planos educativo (instrução, formação profissional) e ideológico que perseguia “(...) o paraíso terrestre do equilíbrio entre as classes, a paz e a concórdia entre o capital e o trabalho arbitrada pela elite iluminada” (Costa, 2008:76).

No que respeita à formação profissional e respetivo investimento no capital humano, neste Plano se filia a criação, em 1962, do Fundo de Desenvolvimento

da Mão-de-Obra (FDMO), com o apoio de técnicos da OCDE, que nos seus três primeiros anos de existência e de forma praticamente exclusiva, se vai consagrar ao desenvolvimento de uma política de Formação Profissional Acelerada, baseada numa rede de centros próprios e de centros protocolares, a funcionar em empresas e autarquias (Costa,2008:223). Este modelo de Formação Profissional Acelerada é importado de França e constitui um antecedente do que viria a ser o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) (Cardim, 2005). A CNEA e o PFSC evidenciam o entrelaçamento da lógica desenvolvimentista e da lógica doutrinária na ação educativa heterónoma do Estado Novo, tendo em vista produzir legitimidade e conformidade com a ordem social, económica e política.

Resistência e Educação Popular

É, contudo, possível referenciar elementos de uma ação educativa autónoma das classes trabalhadoras, perseguindo finalidades de emancipação social, no quadro dos movimentos de Resistência ao fascismo. Recorro a trabalhos por mim realizados relativos a processos de aprendizagem nas prisões políticas (Canário, 2008) e sobre a riqueza educativa do movimento de associativismo popular (Canário, 2009).

Partindo da exploração de um *corpus* documental constituído por memórias de presos políticos durante o regime fascista é possível evidenciar como numa situação limite (prisão, isolamento, tortura) se afirmam a “liberdade” e a “autonomia” dos aprendentes. O tempo de prisão não é um período de inação, mas sim um tempo de trabalho e de liberdade que definem o aprender como uma atividade *autónoma*.

A colónia penal do Tarrafal (em Cabo Verde) permanece na memória coletiva como a que mais simboliza a repressão fascista. Contudo, foram os prisioneiros que a alcunharam de “Universidade do Tarrafal”. Leia-se o depoimento extraído das memórias do “tarrafalista” Cândido de Oliveira (1974:68) que descreve o funcionamento de um regime de cursos livres em áreas tão diversas como português, línguas estrangeiras, matemática, filosofia, história, literatura, ciência política: “A regência desses cursos tem estado a cargo dos presos mais cultos (...) que por aí têm passado. Tão notáveis resultados têm sido obtidos que alguns dos primitivos alunos, cultivados de forma notabilíssima, se transformaram depois em professores. No Tarrafal funciona, ou tem funcionado, uma pequena universidade plebeia de proletários, de antifascistas, realizando uma obra verdadeiramente surpreendente.”

Por essa “universidade” passou o histórico dirigente comunista Manuel

Rodrigues da Silva, aprendiz de serralheiro aos 13 anos de idade, com estudos rudimentares realizados à noite, e que, como conta um companheiro de cela no Aljube (Ricardo,1991:179): “Sabia economia, matemática, filosofia, francês, traduzia do italiano e redigia com elegância. Disponha de uma grande cultura geral, fruto de um aturado e persistente autodidatismo.”

As prisões políticas funcionaram como uma “escola”, em que o tempo de prisão era encarado como um tempo a consagrar ao estudo e à aprendizagem. O trabalho educativo realizado em situação prisional colocava como pares pessoas com pontos de partida e níveis de conhecimento muito diferentes, o que permitia a reversibilidade dos papéis educativos. As mesmas pessoas podiam ser, alternada e simultaneamente, “professores” e “alunos”. Esta reversibilidade exprimia e era tornada possível pelas formas de organização adotadas pelos presos e fundadas na democracia e na igualdade.

Além de conhecimentos “escolares” podem ser dados como exemplos de aprendizagem: a comunicação de cela para cela através de batidas na parede; a produção de informação no interior da cadeia através de imprensa clandestina; a produção e envio, para o exterior, de textos políticos e até de imprensa clandestina produzida em tipografia dentro da prisão; a preparação e execução de fugas individuais e coletivas. As prisões políticas funcionaram assim como alfobre de quadros políticos que alimentaram a resistência e a situação revolucionária pós 25 de Abril.

Também o movimento de associativismo popular, que remonta ao nascimento do operariado, nos meados do século XIX, se articulava com modalidades de educação autónoma, ganhando particular relevância em zonas de rápida urbanização e industrialização, caracterizadas por uma forte concentração operária.

Uma dessas zonas privilegiadas de articulação entre associativismo e educação popular é o concelho de Almada (face a Lisboa, na margem sul do Tejo) cujo associativismo é, ao mesmo tempo uma fortíssima tradição e o seu principal traço identitário. A importância do associativismo popular está bem documentada numa obra publicada pela Câmara Municipal de Almada (Abreu e Branco, 1984:377/8) da qual retiramos informação do depoimento de um histórico militante e dirigente associativo (Alfredo Castanheira).

Segundo o seu testemunho, as associações e coletividades populares instituíram-se como espaços de liberdade onde se promovia a distração, a aprendizagem, a discussão e transmissão de ideias, através de uma gama tão variada de atividades como: cursos de alfabetização; cursos de línguas (incluindo o esperanto); cursos de corte e costura; conferências; sessões de cinema; bailes; grupos corais; aulas e cursos de música; teatro; exposições de artes plásticas; concertos, com bandas filarmónicas, orquestras

sinfónicas e orquestras de salão. O florescimento desta riquíssima tradição associativa fica a dever-se, sobretudo, à necessidade de encontrar respostas de convívio, instrução e de solidariedade por parte de duas grandes categorias de trabalhadores cuja presença era marcante no concelho: os da construção naval e os corticeiros.

A tímida abertura política que marcou o pós-guerra, com a derrota dos nazis e fascistas, foi aproveitada pelas associações populares para consolidarem a sua influência e para o desenvolvimento de atividades de resistência política ao regime, o que viria a acentuar-se na década de 60. A partir de informação sistematizada sobre o movimento associativo popular em Almada (Museu da Cidade, 2007:72), é possível assinalar um crescimento quantitativo importante de 46 novas associações, traduzindo novas realidades demográficas, sociais e económicas com reflexo no aparecimento de novos espaços associativos: por exemplo o Clube Lisnave ou o Grupo Popular de Trabalhadores dos CTT de Almada. Neste período consolidam-se associações de cultura e recreio mais antigas e criam-se comissões culturais dinamizadas por jovens que se instituem como “espaços culturais de esclarecimento e mobilização ideológica contra o regime”.

Durante as eleições legislativas de 1969, diversas associações abrem as suas sedes à realização de comícios da Oposição Democrática, num desafio direto ao regime da ditadura. Não é, portanto, surpreendente que as sociedades e coletividades de cultura, recreio e consumo constituíssem um “alvo social” privilegiado da vigilância e da repressão exercidas pela polícia política (Pide/DGS), que incidiam com particular relevância nas associações populares das zonas operárias da margem sul do Tejo, incluindo naturalmente Almada (Pimentel, 2007:260). A educação popular estava indissolúvelmente ligada à luta política pela emancipação do trabalho.

Revolução de Abril e dinâmicas educativas

Durante o período revolucionário do 25 de Abril puderam tomar forma novos tipos de relações sociais e novos modos de organização social e de exercício do poder, materializados na criação generalizada de *comissões* em bairros, aldeias, empresas, escolas e quartéis. Este poderoso movimento popular constituiu um imenso e dinâmico processo coletivo de aprendizagem para milhões de trabalhadores, através da sua participação em múltiplas formas políticas de luta, de debate e de decisão. Um observador credenciado, Rui Grácio (1995), descreveu esse período como um momento ímpar da cidadania em ato. O período revolucionário de 1974/75 representou, pelo

protagonismo das classes trabalhadoras, um *período de ouro*, em termos de educação de adultos. A ação educativa autónoma dos trabalhadores (corrente da “educação popular”) coexistiu com iniciativas educativas heterónomas, da iniciativa do Estado (corrente educativa da “alfabetização”) (Stoer, 1986).

Educação e órgãos de “poder popular”

As Comissões de Trabalhadores que nasceram e se multiplicaram nas empresas são a expressão da iniciativa democrática e autónoma dos assalariados. Não representam nenhuma novidade histórica, inscrevendo-se na continuidade de tradições de formas de luta e de organização do movimento operário cuja ilustração mais clássica são os soviets na revolução russa. Sobre esta matéria tive a oportunidade de evidenciar as dimensões educativas da ação desenvolvida pelos trabalhadores, nas empresas, através de comissões eleitas em plenário e revogáveis a todo o momento (Canário, 2008a) Como sublinhou Maurício Tragtenberg (2007:135), a produção de mudanças sociais profundas e qualitativas implica “auto-organização” e “órgãos autónomos” que “emergem do processo da ação direta de todos os assalariados”. Esta conceção do processo de emancipação social permite encará-lo, na sua dimensão educativa, como um processo coletivo de aprendizagem que é inerente ao ser humano e está presente em todas as dimensões da vida social.

Por outro lado, a crise habitacional herdada do fascismo deu origem a um amplo movimento de massas, protagonizado pelas Comissões de Moradores no quadro do processo revolucionário. Através delas o povo apropriou-se dos espaços urbanos, reconfigurando-os (Canário, 2014). O problema habitacional não era novo e a luta dos moradores também não. A ocupação de casas por moradores pobres tem antecedentes na fase da ditadura: em Maio de 1970, cerca de meia centena de famílias que moravam em barracas ocuparam um conjunto de casas no Bairro do Bom Sucesso, em Odivelas (Vários, 1972). As lutas protagonizadas pelos moradores no pós-25 de Abril representaram, na sociedade portuguesa, a aprendizagem, por parte das classes trabalhadoras, de formas alternativas de viver na cidade e de a transformar. Como afirma Rodrigues (1999), para lá dos objetivos mais imediatos de melhorar as condições de alojamento, a luta dos moradores tinha um horizonte muito mais largo que englobava a luta por instituir modos de vida solidários, bem como o acesso generalizado aos bens culturais.

Sendo no espaço urbano que se organiza a reprodução social do trabalho, a sua estrutura projeta no espaço físico e social as relações da sua própria formação social (capitalista). É a própria natureza dessa formação social que é posta em causa

e provisoriamente superada através das lutas dos moradores que assumem o direito à palavra e ensaiam modos de gestão urbana baseados no auto governo e na democracia direta. Como refere Dows e outros (1978:13) criam-se novas formas e modalidades de informação e de comunicação: “O panfleto, o comunicado, o discurso de rua, o grupo que discute animadamente em pleno bairro e em todos os pontos de encontro que a cidade oferece, o meeting na praça ou na fábrica, o cartaz e o mural, as reportagens diretas ou os filmes sobre greves, ocupações, manifestações, etc... em que são os próprios participantes que comunicam os seus pontos de vista e explicam os seus problemas”.

Ao mesmo tempo que se organizam por bairro (prédio, ou rua), os moradores aprendem a coordenar as suas ações com outras unidades congéneres. Num primeiro momento criam-se ligações horizontais com outras comissões de moradores que, no caso de Setúbal, viriam a dar origem a um órgão de coordenação ao nível da cidade, e à interligação das comissões de moradores com as comissões de trabalhadores, as comissões de soldados e a ligação direta da cidade ao campo através da compra direta a trabalhadores organizados em cooperativas agrícolas. A articulação entre as lutas dos moradores e das unidades militares próximas viria a dar impulso à organização revolucionária dentro dos quartéis (Vários, 1972; Domingos, Gago e Matos, 1977). Segundo Dows e outros (1978:58), as Comissões de Moradores, nomeadamente no caso de Setúbal, corresponderam à base organizativa de um movimento social que se “desenvolveu até ao ponto de constituir um verdadeiro *duplo poder* ao nível da cidade”, como é referido por Raquel Varela (2014: 253) que indica o final de 1974 e os primeiros meses de 1975 como o período temporal em que emergem os órgãos de coordenação dos movimentos de moradores.

Estado e iniciativas heterónomas

Como ações mais significativas da ação educativa heterónoma do Estado retemos a Campanha de Dinamização Cultural conduzida pelo MFA; o Programa SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) da iniciativa dos Governos Provisórios; e, finalmente, o Programa de Ação da DGEP (Direção Geral da Educação Permanente) no período de nove meses correspondentes à vigência do VI Governo Provisório (Canário, 2015).

A Campanha de Dinamização Cultural do MFA

Como informa o Boletim do Movimento das Forças Armadas (Ferreira,1975:413), durante o período revolucionário desenvolveu-se e estendeu-

se a todo o país a “Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico” como imperativo de “ir ao povo” numa missão de denúncia e esclarecimento, quer do que fora o regime ditatorial, quer das razões do 25 de Abril. No âmbito desta campanha, realizaram-se cerca de 2000 sessões, “aproveitando-se a existência de Regiões Militares que mobilizaram as suas unidades para o efeito”. O ponto de partida para esta intervenção era um diagnóstico muito sombrio sobre uma realidade “triste e desoladora” do país, onde impera o “obscurantismo, o analfabetismo, o atraso social, a doença, a miséria, ou seja, o conjunto de formas através das quais não há um mínimo de dignidade humana” (420). Como nota Luísa Oliveira (2004:19), esta campanha inscreve-se num conjunto de experiências históricas de “idas ao povo” cuja matriz remonta ao populismo russo. Na sua génese, a organização e execução da Campanha de Dinamização Cultural assenta numa conceção vanguardista do MFA que transpõe para a “metrópole” a Ação Psicossocial utilizada na guerra colonial. Segundo Salgado Matos, citado por Sónia Almeida (2009:86), “estas campanhas eram a aplicação a Portugal dos métodos de guerra psicológica usados na Guerra Colonial”.

A Campanha de Dinamização Cultural foi tutelada pela 5ª Divisão do Estado Maior das Forças Armadas e terminou com o golpe militar de 25 de Novembro de 1975, embora algumas equipas possam ter permanecido no terreno até 1976 (Almeida, 2009). A perspetiva paternalista e redentora que preside a esta iniciativa de dinamização cultural está bem expressa quando se apresenta como fundamento a dificuldade decorrente da inexistência de “veículos transmissores da ideologia revolucionária”, que por sua vez se conjuga com a necessidade de “rapidamente arrastar as camadas mais imobilistas e tradicionais e condicionadas pelos fatores de obstrução tradicionais” (Correia, sd:9). Traduzindo-se num claro insucesso, é possível, num balanço “*a posteriori*”, admitir a hipótese de esta Campanha ter tido efeitos perversos, funcionando numa lógica de vacina e não de inculcação dos ideais revolucionários.

Programa SAAL: uma aliança entre arquitetos e moradores

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) instituiu-se como um corpo técnico especializado destinado a apoiar as iniciativas de populações mal alojadas, no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros (M. Coelho, 1986). Através da memória dos moradores, foi recuperada em obra recente (Baía, 2012) a experiência de interação entre o SAAL e a dinâmica dos movimentos autónomos dos moradores no Bairro da Relvinha, em Coimbra. Trata-se de um caso que ilustra

particularmente bem como o processo de intervenção se articulou com o movimento de moradores numa ação que interliga o direito à habitação com o direito à cidade: “No Bairro da Relvinha, segundo os informantes, a relação [entre técnicos e moradores] foi fraterna e o arquiteto cedeu quanto às alterações propostas pelos moradores ao projeto inicial. Reciprocamente os moradores aceitaram o projeto, que já incluía as propostas de alteração.” (Baía, 2012:123) Segundo o testemunho de um morador do Bairro da Relvinha, a “luta pela construção das casas” envolveu profundamente os moradores: “As pessoas a meter tijolo, mulheres, crianças, toda a gente ali a ajudar, foi lindo (...). Foi uma envolvência muito grande. Festas que se fizeram. Foi um dos momentos mais bonitos da história do Bairro da Relvinha.” (Baía, 2012:127).

Assim se institui um processo de criação que se define como uma aprendizagem recíproca. Tal como nos relata um morador, “eles aprenderam connosco e nós aprendemos com eles” (Baía, 2012:136). Numa síntese feliz, João Baía (2012:168) defende que o tempo do processo revolucionário representou nos bairros um tempo de “esperança e de sonho”, por oposição ao “silenciamento e ao medo” característicos da ditadura e à “desilusão e pessimismo” que marcam o período posterior à chamada “normalização” política que pôs fim ao período revolucionário.

Em contraste com o modo clássico, a Leste e a Ocidente, de produção de habitação social com base numa racionalidade decidida no interior do aparelho de estado, procurava-se no processo SAAL “romper o alheamento dos moradores em relação a [um] processo de decisão que lhes diz respeito” (Portas, 1986:639). Por oposição à estratégia de deslocalização dos moradores para novos bairros, o programa SAAL baseou-se no reconhecimento do seu direito à permanência nos locais de habitação, com a melhoria das respetivas condições. Estava em causa, também, a escolha de uma metodologia de planeamento habitacional feita “de baixo para cima”, ou seja, partindo “dos bairros para a totalidade da cidade” (Portas, 1986:641).

Como refere Brochado Coelho (1986:657), o programa SAAL correspondeu a uma resposta do aparelho de estado à pressão dos movimentos de moradores que mantiveram a iniciativa com base na criação de formas organizativas próprias: “O poder central e a classe política que o habitou não mais fizeram do que aguentar um processo que os excedeu e contrariou”. A espontaneidade, a criatividade e a autonomia dos moradores foram os fatores que permitiram manter as forças partidárias como exteriores à sua condução, durante grande parte do processo revolucionário (Brochado Coelho, 1986: 659). Como corrobora Margarida Coelho, os movimentos populares pressionaram o aparelho de estado, forçando a sua modificação, o que justifica que

o SAAL possa ser encarado como “uma rutura no Aparelho de Estado”. Esta rutura só foi possível porque a intervenção urbana coincidiu com uma dinâmica transversal de aprendizagem inerente a uma relação original entre técnicos e moradores que propiciou “uma democratização da racionalidade técnica” (Brochado Coelho:628/89). Segundo Delfim Sardo (2014:28), entre outras competências, pedia-se aos técnicos das brigadas SAAL que fossem “pedagogos sociais” que “escutassem as populações e os seus anseios”, integrando-os em projeto, e nesse sentido fizessem uma outra arquitetura em que “a encomenda arquitetónica é realizada pelos moradores” organizados em comissões ou associações legalmente constituídas “num processo de mútua aprendizagem”. Os arquitetos intervieram nos bairros e essa intervenção modificou-os.

Os movimentos de moradores “sem mestres nem chefes” (Santos, 2014), ou seja, autónomos, tiveram uma importância determinante, quer “para as arquiteturas produzidas no âmbito do SAAL, quer para a sequência de circunstâncias posteriores que conduziram à divulgação e à internacionalização da arquitetura portuguesa contemporânea” (Bandeirinha, 2014:46). No caso do programa SAAL, a heteronomia do Estado tornou-se virtuosa na justa medida em que se interligou com projetos protagonizados e autogeridos pelos moradores. Essa pode ter sido, nas palavras de Delfim Sardo (2014, p. 37), “a utopia pragmática mais urgente e poética da Revolução”.

DGEP: a aposta na autogestão da educação de adultos

Esta experiência inscreve-se num período muito curto (nove meses de duração entre outubro de 1975 e julho de 1976) de grande protagonismo da DGEP (Direção Geral de Educação Permanente) que, nas intenções dos seus responsáveis, deveria corresponder a uma fase de pesquisa e experimentação conducente à elaboração de um plano de atividades. Pretendia-se implantar no terreno uma parceria entre “a iniciativa pública e a iniciativa popular”. Esta modalidade de intervenção educativa heterónoma do Estado iniciou-se na vigência do VI Governo Provisório e conheceu um fim abrupto com a entrada em funções do I Governo Constitucional (Melo e Benavente:1978).

Num texto escrito vinte anos depois, Alberto de Melo exprime o seu sentimento de frustração por não ter sido dada continuidade a uma política que ensaiava os seus primeiros passos: ela foi posta de lado porque, no entendimento dos governos subsequentes, esta proposta de ação foi considerada “demasiado ‘terceiro

– mundista’ para um país que preparava a sua candidatura à Europa Comunitária” (Melo, 2012:313). Nesse mesmo texto, o autor reconhece a importância decisiva da influência do pensamento e da prática de Paulo Freire com cuja “clara inspiração” “se lançou nessa altura um programa público de apoio à Educação Popular.” (313). A outra e principal força inspiradora da ação da DGEP foi o poderoso movimento social e político protagonizado por órgãos populares de base que constituíram uma rede abrangendo cooperativas, associações populares, empresas em autogestão, comissões de moradores, etc. No interior desta rede, “as atividades de caráter cultural e educativo ocuparam um lugar de eleição. Praticamente todos estes grupos constituíram um comité cultural ou incluíram iniciativas culturais e educativas nos seus planos de ação.” (Melo, 2012: 383).

Tentando criar os fundamentos para uma nova forma política de agir por parte da administração Pública, a DGEP procurou “colocar o aparelho de Estado ao serviço do cidadão”, assumindo a postura de apoiar e facilitar o desenvolvimento da ação instituinte e inovadora dos órgãos populares de base, respondendo às suas solicitações e rompendo assim com uma administração tradicionalmente autoritária, vertical e centralizadora (Melo, 2012). O projeto de intervenção protagonizado pela DGEP em 75/76, apesar do seu caráter efêmero e da sua concretização muito parcial, representou por parte do Estado a primeira tentativa séria de organizar um subsector do sistema educativo (educação de adultos) numa perspetiva de educação permanente. Como lucidamente reconheceram os responsáveis, a conceção e perspetiva de enraizamento de uma política pública ao serviço das iniciativas populares só terá condições mínimas de sucesso “se tiver um apoio forte e constante do exterior do seu próprio ministério, apoio das associações de educação popular, das estruturas municipais eleitas, dos sindicatos, etc.” (Melo e Benavente, 1978:17). Quer isto dizer que a ação desenvolvida pela DGEP era indutora e facilitadora do desenvolvimento de atividades educativas populares marcadas pela autonomia, mas só pôde ter existência e significado num contexto social e político em que os órgãos populares de base continuaram a manter alguma vitalidade, mesmo depois do golpe militar de 25 de Novembro de 1975.

Anos 70: a década da Educação Permanente

Nos anos 70, as políticas e práticas educativas, quer de iniciativa estatal, quer de iniciativa popular, foram inequivocamente marcadas à escala do planeta pelo referencial da educação permanente, através da liderança institucional da Unesco. O início da década fica assinalado, em Portugal, pela criação de uma Direção Geral

de Educação Permanente, com competências no âmbito da “educação extraescolar e as atividades de promoção cultural ou profissional, tendo nomeadamente em conta a população adulta” (Belchior, 1990:47).

O final da década fica marcado pela aprovação da Lei 3/79 por unanimidade da Assembleia da República. Esta lei incumbe o governo de elaborar um Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos (PNAEBA), criando para o efeito um Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos. À DGEP era atribuído o papel de “participar na formulação da política educativa numa perspetiva de educação permanente” (Belchior, 1990:53). O relatório síntese (Portugal, 1979) representa um documento historicamente importante na medida em que consagra as orientações doutrinárias da Unesco em matéria educativa. A educação de adultos é encarada como a “linha motriz na transformação de todo o sistema de ensino segundo as exigências da educação permanente e o ideal da sociedade educativa” (Canário, 2007:233).

Com o PNAEBA encerra-se um ciclo educativo que tem como origem o movimento revolucionário do 25 de Abril. Na revista “Éducation Permanente” de Março-Abril de 1977, publica-se um artigo que dá conta das dinâmicas de educação popular em Portugal. O título do artigo sintetiza o que foi o espírito da época, “A educação de adultos será obra dos próprios adultos” (Melo, 1977), estabelecendo uma clara articulação entre a educação popular e a emancipação social do trabalho.

A partir de 1976, o primeiro Governo Constitucional assumiu uma política de “normalização” que se traduziu na “interrupção abrupta das ações estatais no domínio da educação de adultos”. No entanto, essa ausência não significou o desaparecimento de uma dinâmica de educação popular com base no associativismo popular. É entre 1976 e 1978 que têm lugar os Encontros Nacionais de Associações e Animadores e se inicia a publicação da revista “Intervenção” que vai perdurar até 1983. As práticas de educação de adultos aparecem como o resultado e a aposta dos movimentos associativos (Silva, 1990), que mantiveram presença marcante até ao final da década.

Algumas notas de síntese

Na abordagem que realizámos, a tomada em consideração da existência de práticas educativas *autónomas*, por parte das classes trabalhadoras, permite ultrapassar uma visão “estadocêntrica” que reduz o campo da educação á iniciativa protagonizada pelo Estado.

A delimitação temporal que propomos torna mais claras quer as ruturas quer as continuidades que marcam a ditadura fascista e a democracia pós 25 de Abril. Procedendo a uma análise que engloba os dois períodos torna-se possível que ambos lancem, reciprocamente, iluminações de sentido. Em termos historiográficos trata-se de ultrapassar o modo como através das lentes, quer do regime fascista, quer do campo político da oposição, interiorizámos perspetivas muito enviesadas do que foi a Primeira República. O mesmo é válido para os estereótipos de análise da “longa noite fascista”. Não é pertinente afirmar de modo taxativo que no regime fascista inexistiu a educação de adultos. Assim como também não é exato que o movimento associativo popular, que remonta à Monarquia, e não à Primeira República, tenha sofrido um eclipse durante o período do fascismo. A escolha do período dos “Trinta Anos Gloriosos” como unidade de análise favorece a ultrapassagem de uma visão imobilista e homogénea do regime fascista, recolocando-o num contexto internacional do qual não está obviamente isolado. As grandes tendências de evolução observadas à escala mundial, ao nível económico, social, político e educativo estão também presentes e ajudam à inteligibilidade do regime, dos seus conflitos internos e das suas dinâmicas de transformação.

Referências bibliográficas

- ABREU, Carlos e BRANCO, Francisco (1984). *O associativismo tradição e arte do povo de Almada*. Almada: Câmara Municipal.
- ARON, R. (1962). *Dix-huit leçons sur la société industrielle*. Paris : Gallimard.
- (1969). *Les désillusions du progrès. Essai sur la dialectique de la modernité*. Paris : Gallimard.
- ASÚN, J.M. e Finger, Mathias (2001). *A educação dos adultos numa encruzilhada*. Porto: Porto Editora.
- BAÍA, João (2012). *SAAL e Autoconstrução em Coimbra. Memórias dos moradores do Bairro da Relvinha 1954-1976*. Coimbra: 100Luz
- BANDEIRINHA, José António (2014). SAAL 1974-2014: Por uma arquitetura. In: *Arquitetura e participação*. Porto: Casa de Serralves, 43-64
- BARCOSO, Cristina (2002). *O Zé Analfabeto no cinema. O cinema na Campanha Nacional de Educação de Adultos de 1952 a 1956*. Lisboa, Educa.
- BHOLA, H. S. (1989). *Tendances et perspectives mondiales de l'éducation des adultes*. Paris, Unesco.
- CANÁRIO, Rui (2003). *Educação de adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- (2007). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In: CNE. *A*

- educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação*. Lisboa: CNE.
- (2008). A educação e o movimento popular do 25 de Abril. In: Canário, Rui (Org.). *Educação popular e movimentos sociais*. Lisboa: Educa, 11-35.
 - (2008a). Movimentos sociais e educação popular. Lutas nas empresas em Portugal, após o 25 de Abril. *Perspetiva*, v. 6, 1, 19-39
 - (2009). Associativismo e educação popular. In: Canário, Rui e Rummert, Sónia (Orgs.). *Mundos do trabalho e aprendizagem*. Lisboa: Educa, 113-154
 - (2013). Educação popular e “Questão Social” na modernidade europeia. In: Strecht, Danilo R. e Esteban, Maria Teresa (orgs.). *Educação popular: Lugar de construção coletiva*. Petrópolis: Editora Vozes, 334-347.
 - (2015). Estado e educação popular na revolução portuguesa. *Trabalho Necessário*, ano 13, 21, 4-26.
- CARDIM, José (2005). *Formação profissional: problemas e políticas*. Lisboa: ISCSP.
- COELHO, Mário Brochado (1986). Um processo organizativo de moradores (SAAL/Norte 1974-1976). *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 18,19 e 20, 645-671.
- COELHO, Margarida (1986). Uma experiência de transformação no setor habitacional do Estado. SAAL 1974-1976. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18, 19 e 20, 619-634.
- COSTA, Albérico (2008). O último fôlego do corporativismo. In: *Os anos de Salazar*, vol 13. Lisboa: PDA, 66-77
- (2008b). *F.P.A. A fábrica lecionada. Aventuras dos tecnocráticos no Ministério das Corporações*. Porto: Profedições.
- DOMINGOS, H. Gago, J. e MATOS, L.S. (1977). *A Revolução num regimento. A Polícia militar em 1975*. Lisboa: Armazém das Letras.
- DOWS, Chip e outros (1978). *Os moradores partiram à conquista da cidade. Comissões de moradores e lutas urbanas em Setúbal, 1974-1976*. Lisboa: Armazém das Letras.
- FREIRE, Paulo (1975). *A pedagogia do oprimido*. Porto: Afrontamento.
- FURTADO, Celso (2005). *O mito do desenvolvimento*. S.Paulo: Paz e Terra
- (2006). *Transformação e crise na economia mundial*. S. Paulo: Paz e Terra.
- GRÁCIO, Rui (1995). *A educação quatro anos depois*. Obra Completa. I da Educação. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 391-402
- KONDER, Leandro (2009). *A derrota da dialética. A receção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- MELO, Alberto (1977). L'éducation des adultes sera oeuvre des adultes eux-mêmes (l'expérience de la Direction Générale de l'Éducation Permanente au Portugal entre Octobre 1975 et Juillet 1976. *Éducation Permanente*, 38, 67-96
- MELO, Alberto e BENAVENTE, Ana (1978). *Educação popular em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Livros Horizonte.

- MELO, Alberto (2012). *Passagens revoltas. 40 anos de intervenção por ditos e escritos*. Lisboa: Associação In Loco, pp. 309-314.
- MESQUITA, L. (2000). *Educação e desenvolvimento económico*. Lisboa: IIE.
- MORIN, Edgar (1984). *Sociologie*. Paris: Fayard
- MUSEU DA CIDADE (2007). *Associativismo e cidadania*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- NÓVOA, António (1990). A ‘educação nacional’. In: Rosas, F. (Coord.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 455-519
- OCDE (1983). *Analfabetismo funcional e rentabilidade económica*. Porto: ASA.
- OLIVEIRA, Cândido (1974). *Tarrafal o pântano da morte*. Lisboa Editorial República
- PIKETTY, Thomas (2014). *O capital no século XXI*. Lisboa: Temas e Debates.
- PIMENTEL, Irene (2007). *A história da Pide*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PORTAS, Nuno (1986). O processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 18,19 e 20, 635-644
- PORTUGAL. ME (1979). *Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos. Relatório síntese*. Lisboa: ME.
- RICARDO, José (1991). *Romanceiro do povo miúdo*. Lisboa: Editorial Avante.
- RODRIGUES, Maria (1999). *Pelo direito à cidade. O movimento de moradores no Porto (1974/76)*. Porto: Campo das Letras.
- ROSAS, F. (1994). O Estado Novo (1926-1974). In: Matoso, J. (Dir.). *História de Portugal*, vol VII. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RUMMERT, Sonia (2007). *Gramsci, trabalho e educação. Jovens pouco escolarizados no Brasil atual*. Lisboa: Educa.
- SANTOS, José Hipólito (2014). *Sem mestres nem chefes o povo tomou a rua. Lutas dos moradores no pós-25 de Abril*. Lisboa: Letra Livre.
- SARDO, Delfim (2014). Espaços reais: o processo de uma utopia pragmática. In: *Arquitetura e participação*. Porto: Casa de Serralves, 25-42
- SILVA, Augusto S. (1990). *Educação de Adultos. Educação para o desenvolvimento*. Porto: Asa.
- SOUSA, J. F. (2008). *Educação e movimentos sociais no Brasil*. In: Canário, Rui (org.) *Educação popular e movimentos sociais*. Lisboa: Educa.
- STOER, Steve (1986). *Educação e mudança social em Portugal. 1970-1980, uma década de transição*. Porto: Afrontamento.
- TEODORO, António (2001). *A construção política da educação. Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Porto: Afrontamento.
- TRAGTENBERG, Maurício (2007). *A revolução russa*. S. Paulo: Unesp.
- VARELA, Raquel (2014). *História do povo na revolução portuguesa 1974/75*. Lisboa: Bertrand.
- VÁRIOS (1972). *O poder popular em Portugal*. Coimbra: Centelha

Rui Canário. Instituto de Educação (Lisboa, Portugal). Universidade de Lisboa (Lisboa, Portugal). Morada de correspondência: Instituto de Educação, Alameda da Universidade, 1649-013 Lisboa, Portugal. Email: rui.f.canario@netcabo.pt

Artigo recebido em 3 de junho de 2018. Publicação aprovada em 28 de setembro de 2018.

A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global

Ari Pedro Oro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Marcelo Tadvald

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo

Este texto analisa o protagonismo desempenhado pela Igreja Universal do Reino de Deus no sentido de produzir reconfigurações no atual espaço público religioso brasileiro e mundial. Isto ocorre em diferentes dimensões, de modo que avaliamos a produção da monumentalização do religioso, através da edificação de templos e das chamadas “catedrais da fé”, implantadas em lugares estratégicos de diferentes cidades ao redor do mundo. O resultado desta presença é a diversificação e a ampliação do religioso no espaço público, sendo esta uma perspectiva para se entender tanto processos de secularização quanto de adaptação desta igreja aos novos cenários locais.

Palavras-chave: Espaço público; Igreja Universal do Reino de Deus; Transnacionalização religiosa; Catedrais da fé.

L’Eglise Universelle du Royaume de Dieu dans l’espace public religieux global

Résumé

Ce texte analyse le rôle joué par l’Église Universelle du Royaume de Dieu dans le sens de produire des reconfigurations dans l’espace religieux public brésilien et mondial actuel. Cela se passe dans différentes dimensions, mais ce texte analyse la production de la monumentalisation du religieux, à travers la construction de temples et de soi disant «cathédrales de la foi », implantées dans des lieux stratégiques de différentes villes du monde. L’effet de cette présence conduit à la diversification et à l’expansion du religieux dans l’espace public, ceci étant une perspective pour comprendre à la fois le processus de sécularisation et l’adaptation de cette église aux nouveaux scénarios locaux.

Mots-clés: Espace public; Eglise Universelle du Royaume de Dieu; Transnationalisation religieuse; Cathédrales de la foi.

La Iglesia Universal del Reino de Dios en el espacio público religioso global

Resumen

Este texto analiza el protagonismo desempeñado por la Iglesia Universal del Reino de Dios en el sentido de producir reconfiguraciones en el actual espacio público religioso brasileño y mundial. Esto ocurre en diferentes dimensiones, pero este texto analiza la producción de la monumentalización del religioso, a través de la edificación de templos y de catedrales de la fe, implantadas en lugares estratégicos de diferentes ciudades alrededor del mundo. El resultado de esta presencia es la diversificación y la ampliación del religioso en el espacio público, siendo ésta una perspectiva para entender tanto procesos de secularización y de adaptación a los escenarios locales receptores de esta Iglesia.

Palabras clave: Espacio público; Iglesia Universal del Reino de Dios; Transnacionalización religiosa; Catedrales de la fe.

The Universal Church of the Kingdom of God in the global religious public space

Abstract

This text analyzes the role played by the Universal Church of the Kingdom of God in the sense of producing reconfigurations in the current Brazilian and world public religious space. This takes place in different dimensions, but this text analyzes the production of the monumentalization of the religious, through the construction of temples and cathedrals of the faith, implanted in strategic places of different cities around the world. The result of this presence is the diversification and expansion of the religious in the public space, which is a perspective to understand both processes of secularization and adaptation to the local scenarios receiving this Church.

Keywords: Public space; Universal Church of the Kingdom of God; Religious transnationalization, Cathedral faith.

1. Introdução

No Brasil entende-se que “o religioso constitui um aspecto não negligenciável do espaço público [...] com destaque para o cristianismo, com suas doutrinas, valores, imagens e símbolos. Ou seja, o religioso, em suas várias formas e expressões, se impõe como um ator, ao lado de outros, que constituem, não sem tensões, a complexidade do espaço público” (Oro *et al.* 2012: 13). Desta forma, temos procurado caracterizar as modalidades de presença religiosa no espaço público, a partir da observação desse fenômeno sob diferentes aspectos.

Como sabemos, nas últimas décadas a presença da religião no espaço público das sociedades modernas e plurais se fortaleceu como tema de pesquisa e ganhou força heurística em relação à noção clássica de secularização, uma vez que permite pensar a diferenciação entre o secular e o religioso com imbricações e porosidades entre ambos.

Casanova é um dos autores de referência nesta questão. Em sua obra “*Public religions in a modern world*”, de 1994, o sociólogo espanhol sintetiza em três itens a noção de secularização que vigorou nas Ciências Sociais a partir do modelo weberiano (Casanova, 1994: 07). A secularização implica em diferenciação entre os domínios do religioso e do secular e autonomia recíproca entre ambos, declínio social da religião e confinamento da religião na esfera do privado. Esse teria sido o processo histórico ocorrido no Ocidente, ou seja, a autonomização dos domínios da política, ciência e economia em relação à religião, relegando esta última ao domínio do privado. No entanto, prossegue Casanova, embora esta última acepção tenha recebido uma importante receptividade na sociologia contemporânea, estamos a assistir, por um lado, uma “desprivatização” da religião no mundo moderno e, por outro lado, disputas entre grupos religiosos e instituições laicas por espaços de poder, no Estado e na sociedade. Isto significa que os processos de separação entre o secular e o religioso nas sociedades não levaram necessariamente a um retraimento do segundo e uma preeminência do primeiro, mas, antes, a diferentes formas de articulação entre os dois domínios.

Até certo ponto, Casanova não se distancia da perspectiva analítica de Habermas (1993). Com efeito, o filósofo alemão sustenta que na sociedade moderna as religiões estão presentes na vida social, não mais com a centralidade que possuíam no passado, mas passíveis de fornecerem significados, valores e uma ética alternativos à crise de sentido e ao império da razão instrumental que deram a tônica nos sistemas político-econômicos contemporâneos. Semelhante ideia é também defendida por Gauchet, para quem, na atualidade, “les religions n’ont plus la vocation à commander, mais elles demeurent des pôles privilégiés par rapport auxquels se définir, soit privément, soit publiquement” (Gauchet, 2004: 201-202).

Para os autores referidos, o discurso religioso pode alcançar a esfera pública enquanto recurso simbólico e de sentido e interagir com o discurso da razão laica, restituindo, assim, como argumenta Gauchet (2004: 201), a “visibilité publique du religieux et sa place comme protagoniste de premier rang de la délibération collective”.

Há, porém, outra linha teórica inscrita no debate, para quem a ideia de desprivatização não fornece uma ferramenta analítica adequada para a compreensão

da dinâmica religiosa que vigora em sociedades não-ocidentais, como as africanas, por exemplo, uma vez que nelas a religião nunca se ausentou da esfera pública e sempre desempenhou um papel político. É o que defende, por exemplo, Haar (1996), para quem nas cosmologias africanas religião e política estão imbricadas e ambas são consideradas modos de pensar, organizar e conquistar o poder. Por contraste, as instituições formais de governo que foram criadas na época colonial correspondiam a ideias europeias sobre a separação da política e da religião no governo do Estado-nação, uma visão que foi continuada pela primeira geração de nacionalistas africanos. Porém, desde o fim da Guerra Fria, em 1989, fomos assistindo a uma nova projeção da religião no espaço público, na medida em que as ideologias nacionalistas perdiam credibilidade e as pessoas procuravam novas fontes de legitimidade e poder, incluindo os próprios políticos (Haar, 1996: 34).

Sanneh (2015), por sua vez, ao criticar tanto o “ateísmo prescritivo” dos Estados africanos de partido único como o extremismo teocrático do Islão radical, sublinha que o papel público da religião na África contemporânea consiste na sua função de árbitro moral. Na visão desse autor, a separação entre Estado e instituições religiosas não implica necessariamente a exclusão da religião do espaço público, nem a desconexão entre ética e política, “piedade e poder”. Ao contrário, é na convergência entre liberalismo democrático, liberdade religiosa e pluralismo religioso que pode ter lugar o encontro interreligioso na esfera pública africana contemporânea.

As colocações acima reforçam a proposta analítica de Sanchis (2001: 41-42), para quem secularização e religião não podem ser percebidas enquanto “duas dinâmicas contrárias”. Seriam, antes, dois movimentos conjuntos e não dois processos contraditoriamente justapostos. Seja como for, estamos diante de um fenômeno de grande complexidade, pois envolve distintas realidades históricas e diferentes legislações e regulações do religioso no âmbito dos vários Estados-Nações. No Brasil, nas últimas décadas, algumas igrejas evangélicas de recorte neopentecostal, sobretudo a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), tem se destacado pelas iniciativas tomadas visando a ocupação do espaço público local.

Este texto versa justamente sobre a presença no espaço público brasileiro e mundial dessa que é a mais importante e controversa igreja neopentecostal brasileira. Porém, o foco recairá sobre um aspecto dessa presença, qual seja, a produção da monumentalização do religioso empreendida pela IURD. O argumento principal é de que esta igreja está a contribuir para uma ressignificação do religioso no espaço público em cidades onde ela se faz presente com mais notoriedade, especialmente pelas edificações de grandes templos, ou catedrais, portadores de um estilo arquitetônico

próprio e parcialmente inovador em relação ao que no Ocidente ao longo do tempo foi sendo fixado como igreja ou templo cristão.

Antes, porém, de abordar diretamente esta questão, vamos recuperar alguns aspectos da história da IURD, a fim de contextualizarmos a sua presença nacional e internacional e a sua capacidade de reconfiguração dos espaços públicos.

2. Breve histórico da Igreja Universal do Reino de Deus e sua inserção no espaço público

A IURD foi fundada no Rio de Janeiro por Edir Macedo, em 1977, o qual nasceu em um lar católico e se converteu ao evangelho aos 19 anos de idade, na igreja Nova Vida, fundada pelo canadense Robert McAlister. Com 32 anos de idade, casado e tendo uma filha, trabalhando na Loteria do Estado do Rio de Janeiro, após tentar sem êxito ser pregador na igreja Nova Vida, tomou a decisão de abrir a sua própria igreja, que prosperou consideravelmente:

“Meu sonho era iniciar uma Igreja do zero. [...] Sou líder espiritual de uma igreja atualmente em mais de 200 países e proprietário da segunda emissora de televisão do Brasil, com alcance para mais de 200 milhões de telespectadores no planeta, jornais, emissoras de rádios, entre tantos outros projetos e atividades importantes” (Macedo, 2012: 162, 238).

De fato, a IURD impressiona pelos seus números grandiosos. Segundo o líder máximo da igreja:

“Hoje, somos mais de 25 mil pastores distribuídos nas mais diferentes frentes de atuação em todo o mundo. Somente no Brasil, somamos 12 mil pregadores. Somos centenas de milhares de obreiros voluntários e milhões de membros fieis nas mais distintas nações” (Macedo, 2014: 22).

Além disso, a IURD está fortemente presente nas mídias radiofônicas e televisivas. O complexo radiofônico gira em torno da Rede Aleluia, criada em 1995, formada por 64 emissoras, distribuídas em 22 estados brasileiros. Já o televisivo se circunscreve à TV Record, que cobre 98% do território brasileiro e inclui 108 emissoras em todo o Brasil. A igreja conta também com a Record News, a Rede Família e a Record Internacional, a qual possui 17 emissoras e nove canais via satélite, e atinge 150 países dos quatro continentes.

Desde o retorno da democracia no Brasil, na década de 1980, a IURD também

comparece diretamente no político institucional elegendo seus representantes aos parlamentos. Nas últimas eleições majoritárias de 2014, a IURD elegeu 12 deputados federais e 21 deputados estaduais, provenientes dos quadros de pastores e bispos da instituição e distribuídos em diferentes partidos políticos, com destaque para o Partido Republicano Brasileiro, legenda partidária em que tem concentrado as suas candidaturas.

Diga-se de passagem que no Brasil verificou-se um crescimento exponencial dos evangélicos após a reabertura política, em 1985. Segundo os censos oficiais do Brasil, em cerca de três décadas, entre 1980 e 2010, os evangélicos mais do que dobraram os seus índices, alcançando hoje 22,2% da população nacional:

“No campo político, a representação parlamentar evangélica também cresceu, ainda que a sua participação tenha sido discreta ao longo do século XX. Durante o processo de abertura política ocorrida nos anos 1980 ela se tornou significativa. [...] Desde as eleições ocorridas nos anos 1990, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), ou simplesmente “bancada evangélica”, como é conhecida mais popularmente, é composta pelos deputados e deputadas provenientes do campo pentecostal interessados em temas político-sociais comuns” (Tadvald, 2015: 126).

Junto com as Assembleias de Deus e a Igreja Batista, a IURD integra grupo de igrejas com maior sucesso eleitoral desde os pleitos da década de 1980, sempre elegendo representantes nas câmaras legislativas brasileiras, tanto no âmbito municipal, quanto estadual e federal. A presença na política é estratégica, pois permite às igrejas o acesso direto às instâncias reguladoras que tratam de temas de seu interesse, como a defesa da família tradicional e a proibição do aborto, além de questões tributárias e concessões de meios de comunicação, como rádio e televisão. Nesse aspecto, a IURD também se sobressai, pois, desde aquela década de 1980, ela concebeu e tem desenvolvido um modelo de prática político-eleitoral de constatada eficácia e que, por isso mesmo, tende a ser apropriado por outras denominações brasileiras que também desejam ingressar no político institucional.

O crescimento da IURD no Brasil e no mundo é de tal intensidade que a torna a igreja neopentecostal mais pujante no Brasil e uma das mais destacadas no movimento pentecostal transnacional. Assim, não por acaso Edir Macedo é tido como o pastor evangélico mais rico do Brasil, com uma fortuna aproximada de 625 milhões de dólares (Tadvald, 2015). Mas não é somente na mídia e na política que a IURD se inscreve de forma incisiva no espaço público. Ela também mantém um protagonismo no que concerne a apropriação e a edificação dos templos, como veremos a partir de agora.

3. Os templos da IURD: a era dos cinemas desativados

Em seu início, no primeiro semestre de 1977, a IURD não possuía espaço físico próprio para realizar seus cultos e seu fundador assim pregava em praças públicas dos bairros do Rio de Janeiro. Especialmente o coreto da Praça do Méier é lembrado nas memórias de Edir Macedo como o local das suas primeiras pregações, que renderam os primeiros membros da sua igreja. Posteriormente, passou a alugar por algumas horas salas de cinema da cidade para realizar as chamadas “Campanhas de Fé”. Relembra o bispo que:

“Muitos cinemas exibiam sessões de filmes pornô em certos dias e, em outros, recebia o nosso trabalho de fé, no Cine Bruni, no Méier e na Praça Tiradentes, funcionavam assim. Em Copacabana, o antigo Cine Alasca também. Muitos desses cinemas, depois, foram transformados em sedes da IURD” (Macedo, 2013: 94).

De fato, após reservar algumas horas semanais, o passo seguinte foi alugar por inteiro cinemas desativados, como o Cine Bruni Méier e o Cine Ridan, no Bairro da Abolição, no Rio de Janeiro.

O primeiro templo da IURD, assim considerado pelo seu fundador, foi um “galpão de uma antiga funerária no Bairro da Abolição”, no Rio de Janeiro (Tavoralo, 2007: 112), conforme imagem abaixo, alugado em julho de 1977. Havia espaço para 225 pessoas sentadas (Macedo, 2013: 66).

Imagem 1
O primeiro templo da Igreja Universal do Reino de Deus



Fonte: Macedo (2013)

Dois anos depois, a igreja mudou para um prédio maior, uma fábrica de móveis. Ao mesmo tempo, como diz Macedo (2013: 91): “outras regiões fluminenses logo ganharam novas igrejas”. Segundo consta na biografia do bispo:

“A partir de 1980 [...] dezenas de outras unidades da IURD foram abertas em vários pontos do Rio, de São Paulo e por todo o Brasil. [...] O crescimento no Brasil foi rápido. Em oito anos, já havia 195 templos em catorze estados brasileiros e no Distrito Federal. Em média 24 templos por ano, dois a cada mês, um a cada quinze dias” (Tavolaro, 2007: 115, 121).

Com o avançar da década de 1990, diz Macedo (2013: 148), “chegamos a mais de quatro mil igrejas de norte a sul do país. Em cada município, pobre ou rico, nos centros urbanos ou nas zonas rurais, existe uma IURD”.

A maioria dos templos referidos era composta de grandes espaços desocupados que eram alugados e alguns adquiridos pela IURD, sobretudo cinemas, mas também teatros, fábricas, garagens, galpões e até academias de ginástica. A IURD se apropriava desses grandes espaços e, evidentemente, os adaptava às suas práticas e crenças, sacralizando-os como templos ou igrejas.

A partir da década de 1980 a IURD iniciou o seu processo de transnacionalização. No exterior, o primeiro templo foi aberto em 1980, “em Mount Vernon, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Era o início do avanço internacional: Argentina, Portugal, Estados Unidos, México e África do Sul” (Tavolaro, 2007: 121). Hoje, segundo consta no próprio site da igreja, a mesma está presente nos cinco continentes e possui um total, incluindo o Brasil, de 7.962 templos, distribuídos em 3.892 cidades. A tabela a seguir permite uma visualização do conjunto de países, número de templos e de localidades em que a IURD está presente.

Quadro 1
Síntese global dos templos da Igreja Universal do Reino de Deus até 2017

Continente	Número de Países com Templos	Número de Templos	Número de Localidades com Templos
América	36	1.423	1.059
Europa	21	316	298
África	36	686	187
Ásia	8	31	24
Oceania	3	6	5
Total	105	7.962	3.892

Fonte: www.IURD.org - acessado em 22 janeiro de 2018.

No Brasil, registra-se cerca de cinco mil e quinhentos templos em aproximadamente duas mil e trezentas localidades. Importa destacar que a presença internacional da IURD e sua acomodação nas sociedades locais varia segundo os países e obedece a negociações que seguem as normas e os códigos culturais particulares, aos quais procura observar. Por exemplo, o próprio nome da instituição é revelador dessa preocupação. Assim, ela pode se autoapresentar como Igreja Universal do Reino de Deus, mas, também, o que é comum em vários países latino-americanos, como igreja “Pare de Sofrir”, ou, então, adota nomes que apontam para uma instituição assistencial, como “Centro de Ajuda” ou “Centro de Acolhimento”. Trata-se aqui de uma estratégia política visando a sua aceitação em certos países ou esconder a sua verdadeira identidade religiosa em outros países quando sabe que pode ser alvo de preconceito, intolerância e até mesmo de xenofobia (Tadvald, 2015).

Imagem 2
Catedral da fé no Porto, Portugal



Fonte: <https://goo.gl/Ze4Zmo>. Acessado em 22 de janeiro de 2018.

Obviamente que em muitas cidades, do Brasil e do mundo, o fato da IURD ter se apropriado e sacralizado espaços urbanos não religiosos, como cinemas e teatros, por vezes históricos e tradicionais, tem gerado tensões e polêmicas. Em várias cidades ao redor do mundo, um dos aspectos em que a IURD suscitou debate público girou em torno do que seria “espaço de culto religioso” e “espaço de cultura” (Contins e Gomes, 2008). Neste sentido, no âmbito internacional, um dos primeiros conflitos envolvendo a IURD ocorreu na cidade do Porto, em 1995, quando a igreja tentou, sem sucesso, comprar a sala Coliseu, o que gerou uma forte resistência social contra a “seita brasileira” e produziu discursos xenófobos de oposição aberta à aquisição daquele “símbolo da vida pública do Porto” (Rodrigues e Santos, 2000; Tadvald, 2015; Vilaça, 2013; Gracino Junior 2016). Com o passar do tempo, porém, a IURD construiu a sua própria “catedral da fé” nesta cidade portuguesa, como mostra a imagem acima.

No Brasil e em muitos países do mundo, os templos da IURD abrem as portas às 7 horas e fecham às 22 horas. Neles são realizados quatro cultos diários. Igualmente no Brasil e em outros países, a sua localização é sempre estratégica: em vias públicas metropolitanas, de preferência em grandes avenidas ou em cruzamentos de ruas movimentadas e de expressiva circulação de pessoas, ou seja, em locais visíveis e de fácil acesso aos fieis. Nesses locais repousam preferencialmente as suas catedrais. Em bairros periféricos se encontram os templos menores, sobretudo na rua mais movimentada possível. Nas fachadas de todos, destacam-se os dizeres: “Jesus Cristo é o Senhor”. Este *slogan* não aparece em muitos templos fora do Brasil ou mesmo de outros países da América do Sul, diferentemente da “marca” da IURD: a pomba branca, de asas abertas, dentro de um coração vermelho, que está sempre integrada aos nomes locais da igreja ao redor do mundo.

4. A era das Catedrais da fé

Conforme mencionado, a IURD iniciou a sua expansão territorial alugando cinemas ou outros espaços desativados. Porém, a partir de 1998 ela começou a construir os seus próprios templos. Essa foi uma decisão tomada pelo próprio fundador da igreja após um acidente ocorrido em setembro daquele ano na cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, quando, durante a celebração do culto noturno, o telhado tombou matando 24 pessoas e ferindo outras 467. Tratava-se de um prédio alugado pela igreja há seis meses. Segundo Macedo, este ocorrido serviu de lição, pois:

“Daquele dia em diante, começou uma reviravolta na história da IURD. Ordenei a interrupção do aluguel de imóveis [...]. Demos início a dezenas de projetos de construções de catedrais por todo o Brasil e em várias partes do mundo. Formamos uma sucessão de templos enormes, erguidos com o conforto e, sobretudo, a segurança do nosso próprio departamento de engenharia” (Macedo, 2013: 156).

Esta declaração do fundador destaca as razões práticas da construção dos novos templos: garantir a segurança e o conforto dos fieis. De fato, muitos deles, pela sua grandiosidade e suntuosidade passaram a ser chamados de “catedrais”, ou “catedrais da fé” (Gomes, 2004), as quais contêm poltronas estofadas, ar-condicionado, som estéreo, berçário, salas de reuniões e estacionamento. Há, porém, também razões simbólicas para a construção das catedrais, como veremos em seguida.

A construção da primeira Catedral da Fé brasileira ocorreu em 1988, na cidade

de Santo Amaro, estado de São Paulo. No ano seguinte, em 15 de agosto de 1999, foi inaugurada no Rio de Janeiro a Catedral Mundial da Fé (conhecida como Catedral de Del Castilho). Localizada a cinco quadras do primeiro templo do bairro Abolição, esta catedral constitui, nas palavras do biógrafo de Macedo:

“Um prédio monumental [...] uma construção colossal. São 72 mil metros quadrados de área construída, com praça de alimentação, sala de convenções, bibliotecas, berçários, estúdios de tevê e rádio, estacionamento para 725 carros e heliporto. A arquitetura é arrojada. As inscrições bíblicas em dourado, o museu da IURD, as salas dos projetos sociais, o muro construído com pedras de Israel, o centro de convenções para formação de novos pregadores” (Tavolaro, 2007: 140-141).

Nos anos seguintes, quase todas as capitais brasileiras e várias cidades do exterior já contavam com “catedrais da fé”. Em 2013, a IURD possuía 83 delas em várias cidades brasileiras e do mundo, como a que segue, na capital da Argentina, em que podemos observar o estilo arquitetônico peculiar adotado pela IURD em suas catedrais.

Imagem 3
A catedral da fé em Buenos Aires, Argentina



Fonte: Arca Universal. Acessado em fevereiro de 2015

A construção de cada uma das catedrais ocorre após uma decisão tomada pelo bispo Macedo juntamente com o conselho de bispos. Para tanto, existe um acompanhamento técnico: “temos assessoria jurídica, financeira, de engenharia” (Tavolaro, 2007: 214). O estilo arquitetônico adotado para as catedrais é do “ecletismo com referência ao neoclássico”. Ou, nas palavras do bispo Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, hoje prefeito da cidade do Rio de Janeiro e também engenheiro civil,

“o estilo de todas as catedrais é eclético com referência ao neoclássico, contendo pórticos e colunas características das grandes construções da Grécia” (Gomes, 2004: 113). Neoclassicismo e ecletismo seriam estilos que se complementam, posto que:

“O neoclássico carrega a intencionalidade da permanência, da fixidez e da potência da instituição no investimento em sua própria consolidação. Já o ecletismo pode ser analisado com a própria dinâmica da IURD, reconhecida por sua capacidade de adaptação” (Gomes, 2004: 113).

Assim, a IURD “privilegia a confecção da fachada com a presença estilizada do pórtico e de frontões triangulares, sustentados por colunas” (Contins e Gomes, 2008: 195).

Imagem 4
Padrão de fachada de catedral em Florianópolis, Brasil



Fonte: Arca Universal. Acessado em 22 fevereiro de 2015.

Trata-se, portanto, de um estilo que resulta de uma opção consciente da IURD. Ou seja, ao privilegiar a arquitetura greco-romana, ela quer transmitir e fixar a noção de solidez e suntuosidade além de afirmar a sua autoridade e anunciar a sua potência. Assim sendo, como enfatizam Contins e Gomes (2008: 193), este estilo eclético neoclássico “confere às catedrais seu caráter monumental”, e “expressa uma determinada concepção de autenticidade”, isto porque:

“A noção de autenticidade sempre esteve presente no debate entre a IURD e seus interlocutores. O sentido girava em torno da oposição entre autenticidade e inautenticidade, como polos opostos de uma mesma equação. A noção nativa de “catedral” se apresenta de maneira singular neste processo, como demonstração de potência e consolidação. Esta concepção baseava-se no que,

em outra análise, foi denominado como retórica da superação [...]. Em sua dimensão discursiva, a IURD acionou esta retórica para expressar sua capacidade de romper com “perseguições” e “acusações” provenientes de diversos segmentos sociais desde sua fundação” (Contins e Gomes, 2008: 194).

Há, portanto, importantes dimensões simbólicas associadas à edificação dos megatemplos, além das razões práticas acima apontadas, como segurança e conforto dos fieis. Elas evidenciam “o alcance conquistado pela igreja em seus poucos anos de existência. Embora a IURD exista há cerca de três décadas [hoje quatro décadas], ela demonstra e projeta nas catedrais sua noção de consolidação e permanência” (Contins e Gomes, 2008: 190). Assim, as catedrais representam um marco na história da IURD, “um símbolo de consolidação do seu processo institucional” (Contins e Gomes, 2008: 190). Além disso, as catedrais fixam a presença da igreja e expressam sua solidez e poder. Porém, é importante frisar que embora as catedrais da IURD não contenham a tradição em si, como testemunha de um tempo passado, como geralmente ocorre nestas edificações, o seu significado radica justamente na “projeção do que a igreja ainda será no futuro” (Contins e Gomes, 2008: 195). Enfim, os fieis da IURD constroem com a catedral um sentimento de pertencimento, “um processo de subjetivação, no qual o monumento é percebido integrando a biografia do indivíduo”, posto que afirmem encontrar nele uma “aura” de paz, por se tratar de local onde a “oração é mais forte” (Contins e Gomes, 2008: 194).

Entre todas as catedrais erguidas pela IURD, destaca-se o “Templo de Salomão”, inaugurado recentemente no Brasil.

5. O Templo de Salomão

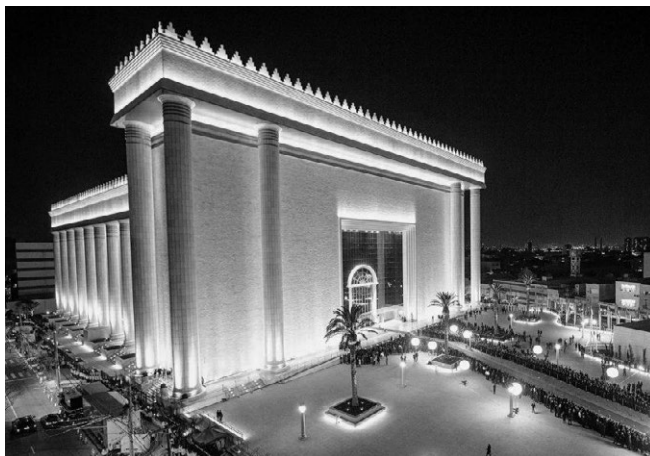
Trata-se de uma megaconstrução situada no bairro do Brás, na cidade de São Paulo, numa área de 35 mil metros quadrados. A sua construção iniciou em julho de 2010 e a inauguração se deu em 31 de julho de 2013. O custo total da obra foi de 680 milhões de reais, cerca de 230 milhões de dólares. Macedo diz que acompanhou a construção da obra nos seus mínimos detalhes. Segundo ele:

“O projeto arquitetônico seguiu à risca as referências bíblicas do primeiro templo erguido no passado pelo rei Salomão, acompanhado de estudos realizados em Israel, desenvolvidos pelos mais avançados conhecimentos de engenharia e tecnologia do mundo” (Macedo, 2014: 218).

O complexo abriga quatro grandes edifícios. O principal deles é o próprio templo, com capacidade para dez mil pessoas sentadas. Suas paredes e o piso foram erguidos com pedras trazidas de Israel, de uma pedreira em Hebron, despachadas do Porto de Ashod, na Cisjordânia. O templo possui um formato retangular,

“Com 150 metros de comprimento e 100 metros de altura - dimensões que superam as de um campo de futebol oficial e as do maior templo da Igreja Católica na cidade de São Paulo, a Catedral da Sé. São mais de 80 mil metros quadrados de área construída num quarteirão inteiro de 28 mil metros. A altura é de um prédio de dezoito andares – quase duas vezes a altura do Cristo Redentor” (Tavolaro, 2007: 263).

Imagem 5
O Templo de Salomão



Fonte: <https://goo.gl/AAKh76>. Acessado em 22 de janeiro de 2018.

Para Macedo (2014: 234), o Templo de Salomão é o “maior Santuário do país e um dos maiores do mundo”. Ainda segundo o fundador da IURD, o objetivo da megaconstrução é: “proporcionar aos cristãos a oportunidade de estar em um pedaço de Israel no Brasil” (Macedo, 2014: 219). Dessa forma, Macedo possui consciência da importância do templo para atrair turistas ao Brasil, algo, aliás, que o próprio biógrafo do fundador já havia destacado em relação às outras catedrais: “a IURD é uma grande alavanca para o turismo brasileiro. Membros do mundo inteiro visitam o Rio de Janeiro e São Paulo para conhecer as catedrais” (Tavolaro, 2007: 227).

No dia da inauguração do Templo de Salomão, em 31 de julho de 2013, compareceram a então Presidenta da República, Dilma Rousseff e seu vice e atual mandatário da nação, Michel Temer, além de ministros, deputados, embaixadores,

juizes, promotores e os mais altos escalões das polícias. Não consta ter havido a presença de outras autoridades religiosas, exceto as da própria IURD. Isso revela a relação atual da igreja com o sistema político e as esferas de poder, em que prevalece a lógica de aproximação e de colaboração, independente do grupo político ou da sociopolítica vigente. Essa postura foi adotada desde a pioneira aproximação da IURD com o poder público ainda na década de 1980.

Há em torno do Templo de Salomão, mas não somente nele, como assinalaram Contins e Gomes (2007), toda uma simbólica associada à “Terra Santa”. A ideia é “trazer Israel” para perto de seus membros. Assim, o templo possui “como objetivo a demonstração material de sua consolidação como igreja e do seu vínculo com a Terra Santa”, outorgando-lhe a “confirmação de sua autenticidade religiosa”.

Portanto, considerando a máxima de que “a forma como uma determinada religião se fixa no espaço explicita a autoimagem por ela construída” (Gomes, 2004: 108), as megaconstruções da IURD revelam tratar-se de uma igreja que quer mostrar fortemente o seu “poder”, a sua consolidação institucional e a sua força religiosa.

Esse condicionamento foi exacerbado no cenário religioso evangélico brasileiro, onde a IURD deve, desde a sua origem, disputar fiéis dentro de um vasto mercado religioso em uma sociedade marcada pelo aspecto itinerante da fé e da experiência religiosa individual dos cristãos evangélicos brasileiros entre as diferentes igrejas existentes. Dessa forma, tudo na IURD é amplificado, de modo a exaltar a identidade religiosa do fiel que participa da “maior igreja”, a “mais internacional”, “mais famosa”, “mais poderosa” e “mais próspera” entre todas, dona de grandes empresas e redes de comunicação. A suntuosidade dos templos, portanto, é produto de uma lógica peculiar da IURD de exacerbação e de demonstração de poder e pujança.

6. A reconfiguração da paisagem religiosa no espaço público

Obviamente que a presença física da IURD nas vias públicas das cidades brasileiras e mundiais não passa despercebida, pois, trata-se de uma intervenção religiosa diferenciada na paisagem urbana. Seu estilo arquitetônico se distingue das construções das pequenas igrejas pentecostais, geralmente estabelecidas nas periferias das cidades mundiais de países de tradição cristã. Distingue-se, também, das tradicionais igrejas e catedrais católicas. Assim sendo, a presença arquitetônica da IURD na urbe brasileira e mundial amplia a visibilidade do religioso no espaço público. Macedo possui consciência disso quando afirma que: “quase sempre, elas

[as catedrais] se destacam entre os edifícios mais belos e grandiosos de cada cidade” (Tavolaro, 2007: 54). Vejamos alguns exemplos.

Para Macedo, a catedral da fé de Los Angeles, situada a poucos quarteirões da “calçada da fama”, na Hollywood Boulevard, abriga mais de quatro mil pessoas sentadas. “O prédio abriga três salões separados, o principal deles com capacidade para 1.600 lugares. O segundo salão comporta mil pessoas e o terceiro, quinhentas. Há também estacionamentos e salas apropriadas para as demais atividades da Igreja...”. E arremata, com ares grandiosos, referindo-se a esta como sendo a igreja “que se transformou no templo mais elegante e bonito em todo o território norte-americano” (Macedo, 2014: 41).

Em todo o mundo, encontra-se em África uma das catedrais mais imponentes. Para o fundador da IURD, na África do Sul, uma das catedrais “mais deslumbrantes é a do Soweto, bairro de Johannesburgo [...] um magnífico prédio, que destoa da paisagem de casas e comércios humildes da região...” (Macedo, 2014: 93-94).

Referindo-se à capital inglesa, “em Londres adquirimos a antiga casa de shows *Rainbow Theatre*, no bairro de Finsbury, que passou por várias reformas, e se tornou um dos edifícios mais belos e tradicionais da Inglaterra” (Macedo, 2014: 96).

Macedo também considera que a primeira catedral construída em Portugal, na cidade do Porto (vide Imagem 2),

“É um dos templos mais lindos em todo o continente europeu. [Foi] projetado, de forma primorosa, por nossa equipe de engenheiros durante dois anos e quatro meses [...]. O empreendimento foi desenhado na forma como desejamos, detalhe por detalhe...”. (Macedo, 2014: 48-49).

Haveria outros tantos exemplos para sustentar nossa sugestão de que a IURD está contribuindo para produzir uma reconfiguração do religioso no espaço público em diferentes cidades ao redor do mundo, seja pela deslocalização dos templos pentecostais, agora erguidos nos centros urbanos, seja pela reformulação da noção de templo religioso, distanciando-se do modelo arquitetônico de espaços religiosos construídos historicamente no Ocidente. Registre-se, nesse sentido, aliás, que além dos confortos já mencionados, as catedrais da IURD se distinguem também pela composição dos seus monumentos religiosos que incorporam livrarias, lanchonetes, salas-de-estar, estacionamento para carros e até heliportos, em alguns casos. Isto mostra a lógica religiosa apropriada pela IURD que se quer adequada à modernidade, sobretudo em termos tecnológicos, econômicos e organizacionais.

Conclusão

O foco do presente artigo - a monumentalização do religioso no espaço público na cena contemporânea promovida pela IURD - permite sugerir, como apontou Montero (2009) para outras situações semelhantes, tanto a insuficiência teórica da noção weberiana de “secularização” quanto a preeminência da Igreja católica na ocupação do espaço público.

De fato, ao invés de conceber a secularização como um processo contínuo e irreversível de recuo da religião na sociedade e sua concentração na vida privada, o tópico sobre o qual versou este artigo ilustra a presença do religioso nas sociedades modernas, revelando, assim, que racionalidade e religiosidade constituem dois elementos estruturalmente constitutivos dos processos sócio-históricos e agem sincronicamente, contaminando-se reciprocamente, ora mais ora menos segundo os momentos históricos (Séguy, 1984).

A chave teórica desta abordagem é proposta por Hervieu-Léger, para quem religião e modernidade se combinam de diferentes maneiras, podendo-se perceber uma coexistência de expressões de secularização e de dessecularização nos mesmos espaços socioculturais. Nesta perspectiva, secularização seria o “processo de reorganização (recomposição) permanente do trabalho da religião numa sociedade estruturalmente incapaz de atender as expectativas que precisa suscitar para existir como tal” (Hervieu-Léger, 1987: 227).

Por outro lado, Montero (2009) chama a atenção para o fato de que se no Brasil, e em muitos outros países ocidentais, “erguer igrejas” sobre as vias públicas constituiu historicamente um direito do catolicismo, nas últimas décadas assistimos a uma mutação em andamento, protagonizada pela IURD, com suas megaedificações em lugares estratégicos das cidades, como vimos neste artigo.

Além disso, há outro aspecto a considerar, mas que será aqui somente apontado, qual seja o de que a IURD, além de ter contribuído para a monumentalização do religioso e sua reconfiguração no espaço público, está a provocar, ao menos no Brasil, um efeito mimético em outras igrejas, tanto a católica quanto muitas evangélicas, que com ela concorrem no “mercado religioso local”, posto que, nos últimos anos, elas também passaram a construir megatemplos para ostentar publicamente a sua força e o seu poder. Evidentemente que o resultado dessa competição reverbera na ampliação e no fortalecimento do religioso no espaço público.

Enfim, é importante destacar que a multiplicação de edificações religiosas que se expandem pelo mundo, provenientes de diferentes tradições religiosas, inscrevem

na topografia urbana as mudanças ocorridas nas últimas décadas, tanto no campo religioso mundial, especialmente o fortalecimento do pluralismo religioso, quanto na sociedade mais ampla, cuja aceitação do religioso no espaço público revela vigorar, em graus variados segundo as sociedades e as nações, aquilo que Gauchet (2004) considerou como um “espaço público democrático”.

Referências Bibliográficas

- CASANOVA, José (1994), *Public religions in the modern world*, Chicago, University of Chicago Press.
- CONTINS, Marcia; GOMES, Edlaine de Campos (2008), “Edificações religiosas e autenticidade: comparando a IURD e os carismáticos católicos”, *Revista Antropológicas*, ano 12, volume 19(1), pp. 169-199.
- (2007), “Os Percursos da Fé: uma análise comparativa sobre as apropriações religiosas do espaço urbano entre carismáticos e neopentecostais”, *PontoUrbe, Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 1, pp. 1-15.
- HABERMAS, Jürgen (1993), *L'Espace Public*, Paris, Payot.
- RVIEU-LÉGER, Daniele (1987), *Vers un nouveau christianisme?*, Paris, Cerf.
- GAUCHET, Michel (2004), *Un monde désenchanté?*, Paris, Éditions Ouvrières.
- GOMES, Edlaine de Campos (2004), *A era das catedrais da IURD: a autenticidade em exibição*, Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GRACINO JUNIOR, Paulo (2016), *A demanda por Deuses. Globalização, fluxos religiosos e culturas locais nos dois lados do Atlântico*, Rio de Janeiro, EDUERJ/FAPERJ.
- HAAR, Gerrie Ter (1996), *L'Afrique et le monde des esprits : le ministère de guérison de Mgr Milingo*, Paris, Karthala.
- MACEDO, Edir (2012), *Nada a perder. Livro 1*, São Paulo, Planeta.
- (2013), *Nada a perder. Livro 2*, São Paulo, Planeta.
- (2014), *Nada a perder. Livro 3*, São Paulo, Planeta.
- MONTERO, Paula (2009), “Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil”, *Etnográfica*, v. 13 (1), pp. 7-16.
- ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson (org.) (2012), *A religião no espaço público*, São Paulo, Terceiro Nome.
- RODRIGUES, Donizete; SANTOS, Ana Paula (2000), “Being an Evangelical Gypsy: Religiosity in a small gypsy community in Portugal”, in Donizete Rodrigues; Pablo Del Rio (org.), *The religious Phenomenon: An inter-disciplinary approach*, Madrid, Fundación Infancia y Aprendizaje, pp. 51-56.

SANCHIS, Pierre (2001), “Desencanto e formas contemporâneas do religioso”, *Ciências Sociais e Religião/ Ciencias Sociales y Religión*, Porto Alegre, ano 3, n. 3, pp. 27-43.

SANNEH, Lamin (2015), *Translating the message: the missionary impact on culture*, New York, Orbis Books.

SÉGUY, Jean (1984), “Les mouvements religieux aujourd’hui. Théories et pratiques”, *Les Cahiers de Recherches en Sciences de la Religion*, v. 5, Université de Laval, Quebec, pp. 327-347.

TADVALD, Marcelo (2015), *Veredas do sagrado: Brasil e Argentina no contexto da transnacionalização religiosa*, Porto Alegre, Editora Cirkula.

TAVOLARO, Douglas (2007), *O bispo: a história revelada de Edir Macedo*, São Paulo, Larousse.

VILAÇA, Helena (2013), “Novas paisagens religiosas em Portugal: do centro às margens”, *Didaskalia*, VLIII, n. 12, pp. 81-114.

Ari Pedro Oro (autor de correspondência). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e o Núcleo de Estudos da Religião do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Correios eletrônicos: arioro@uol.com.br. Endereço postal: Av. Bento Gonçalves, 9500 – Prédio 43311, Bloco AI, Sala 104A. CEP 91509-900 – Porto Alegre, RS, Brasil.

Marcelo Tadvald. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e o Núcleo de Estudos da Religião do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Correios eletrônicos: arioro@uol.com.br. Endereço postal: Av. Bento Gonçalves, 9500 – Prédio 43311, Bloco AI, Sala 104A. CEP 91509-900 – Porto Alegre, RS, Brasil.

Artigo recebido em 23 de março de 2017. Publicação aprovada em 25 de maio de 2018.

Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique

Pedrito Carlos Chiposse Cambrão

Universidade Lúrio
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Centro de Estudos Culturais e Religiosos do Oceano Índico

Resumo

Com este artigo, pretende-se perceber até que ponto a Sociedade Civil moçambicana tem sido preponderante na luta pela Boa Governação, no âmbito da Democracia Participativa. O papel da Sociedade Civil tem sido demonstrado através de vários documentos, como a Agenda 2025 e o Plano de Alívio e Redução da Pobreza Absoluta, bem como no estabelecimento de mecanismos participativos: Observatórios de Pobreza/Desenvolvimento; Mecanismo Africano de Revisão de Pares. Contudo, o seu compromisso e o desejo de participação em prol da Boa Governação, de forma efetiva e sustentada, são confrontados com problemas de acesso à informação, de limitado conhecimento técnico e conceptual. Daí a necessidade de trabalhar muito mais – unir-se e (in)formar-se –, para melhorar o lugar onde, atualmente, se encontra.

Palavras-chave: Sociedade Civil; Boa Governação; Democracia Participativa.

Role of Civil Society in favour of Good Governance – the case of Mozambique

Abstract

With this essay, we intend to perceive to what extent the Mozambican Civil Society has been important in fight for the Good Governance, in the scope of Participatory Democracy. The role of Civil Society has been shown through various documents such as *Agenda 2025* and the *Absolut Poverty Relief and Reduction II Plan*, as well as in the establishment of participatory mechanisms: *Poverty/Development Observatories*, *African Peer Review Mechanism*. However, its commitment and willingness to participate on behalf of the Good Governance, in an effective and sustainable way, are confronted with problems of access to information, with limited technical and conceptual knowledge. Hence, the need of working much more – to be united and to be (in)formed itself –, in order to improve the place where it actually is.

Key-words: Civil Society, Good Governance; Participatory Democracy.

Rôle de la Société Civile en faveur de la Bonne Gouvernance - le cas du Mozambique

Résumé

Avec cet article, nous avons l'intention de comprendre dans quelle mesure la société civile mozambicaine a été prépondérante dans la lutte pour la bonne gouvernance, dans le cadre de la Démocratie Participative. Le rôle de la société civile a été démontré à travers divers documents, tels que l'Agenda 2025 et le Plan de Secours et Réduction de la Pauvreté, ainsi que dans la mise en place de mécanismes participatifs : Observatoires de la Pauvreté/du Développement, Mécanisme Africain d'évaluation par les pairs. Cependant, leur engagement et leur volonté de participer à une bonne gouvernance sont confrontés à des problèmes d'accès à l'information avec des connaissances techniques et conceptuelles limitées. D'où la nécessité de travailler beaucoup plus - de s'unir et de s'informer – pour améliorer le lieu où, actuellement se trouve.

Mots-clés: Société Civile, Bonne Gouvernance, Démocratie Participative.

Rol de la Sociedad Civil en La Buena Gobernación: el caso de Mozambique

Resumen

Con este artículo se pretende comprender hasta qué punto la sociedad civil mozambiqueña suele ser preponderante en lucha por una buena gobernación, en el ámbito de la Democracia Participativa. El rol de la Sociedad Civil ha estado siendo demostrado mediante una multiplicidad de documentos, como la agenda 2025 y el Plan de Alivio y Reducción de la Pobreza/Absoluta II, así como en el establecimiento de mecanismos participativos: Observatorios de la Pobreza/Desarrollo, Mecanismo Africano de Revisión de Parejas. Sin embargo, su compromiso y deseo de participación en beneficio de la buena gobernación, de forma efectiva y sostenible, se confrontan con problemas de acceso a la información, de limitado conocimiento técnico y conceptual. De allí, la necesidad de trabajar mucho más- uniéndose e (in) formándose- para mejorar el lugar donde, actualmente, se encuentra.

Palabras claves: Sociedad Civil, Buena Gobernación, Democracia Participativa

Introdução

Considerando que a reflexividade é o apanágio do cientista social, quisemos fazer jus a esse espírito reflexivo rumo a uma democracia e sociedade desejadas. Quisemos pensar de forma diferente dos radicais e extremistas, dos que conduzem os seus partidos políticos para um fechamento fundamentalista – *partidarite* ou *partidarismo*¹ - dos economistas triunfalistas, que navegam em indicadores e

¹ O filósofo Severino Ngoenha (2015: 16) introduz o conceito de “*aparatoocracia*”, isto é, “os partidos transformaram-se em máquinas de poder que aspiram, antes de tudo, a sua auto-sustentação e a acumulação de mais poder. Não é de admirar que os programas dos partidos sejam intercambiáveis, o que leva o autor a perguntar se os partidos políticos são supérfluos, afinal das contas? Se não o são, para que servem então?”

modelos macroeconómicos e avaliam-se pelos resultados projetados, mesmo quando estes não se repercutem na vida do cidadão e não se confirmam posteriormente, ou seja, dos que se preocupam, apenas, com o Produto Interno Bruto (PIB) e outros indicadores estatísticos de cariz mais normativo do que instrumentos de aproximação à realidade social, não tendo em conta outros instrumentos, por exemplo, da autoria da Organização das Nações Unidas, especialmente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A democracia começa por admitir a diferença no pensar a realidade social. Os conflitos políticos e sociais começam, geralmente, com a negação de visões diferentes sobre a mesma realidade e exacerbam-se – como em Moçambique – na intolerância e na conseqüente exclusão dos outros: partidos políticos, sociedade civil (organizada), confissões religiosas relutantes, académicos e/ou intelectuais irreverentes. Por isso, acreditamos que o cidadão – como indivíduo tornado sujeito livre, pensante, responsável e ator do seu desenvolvimento e da sociedade na qual está inserido – é capaz de falar e de agir quando for capaz de pensar no direito e na responsabilidade da sua liberdade. Sem essa liberdade de pensamento, o cidadão não se torna sujeito, isto é, ator capaz de transformar a sua vida em ação livre. Neste mesmo diapasão, Severino Ngoenha anota que “devemos ter a coragem de nos interrogarmos em profundidade sobre o que emperra o nosso andamento, para podermos perspetivar uma democracia melhor” (Ngoenha, 2015: 136).

Por sua vez, Touraine (1992) lembra que democracia é o reconhecimento de que os indivíduos e coletividades têm o direito de ser os atores da sua história. Diz, ainda, que a democracia está ao serviço dos seres humanos como sujeitos, isto é, criadores de si mesmos, da sua vida individual e coletiva. É aqui onde a Sociedade Civil exerce um papel fulcral, pois é o espaço em que o cidadão partilha e luta com outros cidadãos pelos mesmos objetivos e pela satisfação das suas necessidades individuais e coletivas. É assim que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são chamadas à participação política, tendo em conta a Boa Governação.

A Sociedade Civil assume, normalmente, um papel importante na flexibilidade do processo de Boa Governação, vista como transparência na gestão da coisa pública e no domínio do “*accountability*” ou da prestação de contas, ética, responsabilidade, equidade, integridade, rigor, imparcialidade. Isso é possível com a existência de uma

Inicialmente, a função de um partido era juntar os cidadãos dispostos a engajarem-se para promover certos objetivos sociais ou políticos que lhes pareciam prioritários. Hoje, os partidos se limitam a atrair, com ‘espetáculos’ mediáticos, a atenção e o aplauso do público. Difamar o(s) concorrente(s) faz parte do jogo. O que conta é o poder do ‘aparato’”.

Sociedade Civil forte, interventiva e proactiva. Porém, em Moçambique, o limitado número de organizações que intervêm na área da Boa Governação, no âmbito da democracia participativa – havendo mais organizações viradas para a provisão de serviços e advocacia em setores como educação e saúde –, não ajuda para a efetivação deste propósito, ou desiderato!

Portanto, com este artigo queremos fazer perceber o estágio de participação das OSCs moçambicanas em prol da Boa Governação, os seus constrangimentos e potencialidades e por via disso, o que se pode fazer para uma intervenção profícua rumo ao bem-estar social.

1. Contextualização e problematização do tema

Atualmente, vivemos num mundo de enormes desequilíbrios sociais como vários analistas tem vindo a defender (Milanovic, 2012; Piketty, 2014; Atkinson, 2016; Africa Progress Panel, 2012). De ano para ano, as fortunas de alguns aumentam face à maioria que não tem o essencial para (sobre)viver. As nossas sociedades (re)produzem engenhos de exclusão numa espiral sem fim. A “*crise*” dos mercados mundiais tem abrangido todas as classes sociais, abalando inclusivamente a “classe média” com consequências nefastas, tais como o desemprego, a pobreza, a vulnerabilização da vida familiar, a exclusão social (OCDE, 2011 e 2018). O mundo misterioso dos mecanismos do “mercado”, das empresas e contas bancárias *offshore*, da especulação e das transações financeiras fictícias representa os interesses irresponsáveis de uma minoria - oligarcas, *experts* financeiros/banqueiros, dirigentes políticos – (Berber, 2016). De igual modo, assistem-se a fortes desequilíbrios, na qualidade ambiental, na justiça social, na estabilidade das economias e dos sistemas políticos que comprovam a necessidade de Mudança (PNUD, 2013)

Entendemos, assim, que embora seja indispensável o fomento do crescimento económico, é, também fundamental que haja (re)distribuição (equitativa) dos benefícios ou justiça social. As gigantescas potencialidades de recursos naturais – de que Moçambique dispõe – podem, por um lado, elevar a capacidade de receitas do Estado, tornando mais eficiente o apregoado combate à pobreza absoluta e à exclusão social, mas, por outro, aumentar as desigualdades sociais e políticas – o que acontece, infelizmente, resvalando em manifestações populares e até bélicas.

Face a este contexto nacional, sentimo-nos impelidos a contribuir para uma economia solidária e inclusiva e para um desenvolvimento sustentável como

condição *sine qua non* para ultrapassar ou amainar os efeitos nocivos do crescimento económico sem desenvolvimento. Reconhecemos a necessidade de mudanças nas instituições que nos governam a nível (inter)nacional, no sentido de se orientarem para uma proteção dos mais frágeis e vulneráveis ou mesmo excluídos, das minorias e dos grupos marginalizados, tomando os seres humanos e a sua circunstância como centro das nossas preocupações e participação política e social.

De acordo com a OCDE (2009), não obstante o aumento do investimento em Moçambique, a exclusão social permanece e a redução da pobreza (absoluta) estagnou. O principal problema de exclusão reside na dificuldade de associar o grande número de bens materiais aos serviços sociais: educação, saneamento básico, proteção social. A título ilustrativo, de um total de 187 países no mundo, Moçambique ocupava a posição 178 segundo o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 2014).

O relatório de autoavaliação, publicado pelo *Fórum Nacional do Mecanismo de Avaliação* (MARP, 2009) demonstra que o número de pessoas abaixo da linha de pobreza está a crescer e que o fosso entre ricos e pobres aumenta, criando um potencial de exclusão e de conflitos. Neste mesmo diapasão, o Índice Multidimensional de Pobreza (IMP)², em 2011, mostrou que 70,2% da população moçambicana é multidimensionalmente pobre.

Um outro estudo divulgado pelo FMI (2014) admite que o país falhou no objetivo de reduzir a pobreza até 42%, preconizado no Plano de Acção da Redução da Pobreza (PARP) de 2011 a 2014, colocando esse indicador em 54%.

Por sua vez, o relatório do Banco Mundial (2015), intitulado *Análise da Despesa Pública de Moçambique*, aponta que o Estado dá mais aos ricos do que aos pobres. O relatório mostra que 40% da população mais pobre beneficiou-se menos do crescimento em relação a 20% da população mais rica, nos últimos 10 anos. Portanto, temos poucas pessoas cada vez mais ricas e muitas cada vez mais pobres.

Na mesma senda, o Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, na II Conferência Nórdico-moçambicana sobre o crescimento inclusivo, realizada em 2015, afirmou que, “apesar de Moçambique estar a registar um nível de crescimento económico robusto e sustentado nos últimos anos, a taxa da pobreza continua inalteravelmente elevada”³.

Como se pode depreender, os vários relatórios e/ou documentos que apresentamos fornecem fortes indicadores de vulnerabilidade sistémica. Logo,

² Mede o empobrecimento a nível das famílias, centrando-se em indicadores-chave nas áreas da educação, saúde e dos padrões de vida.

³ Jornal *O País*, 14 de outubro de 2015.

os brutais e fabulosos números de crescimento económico, assentes na indústria extrativa, são dados estatísticos ainda sem correspondência social. Há crescimento económico sem desenvolvimento social e, muito menos, inclusão social.

Olhando, agora, para a perceção sobre a participação da Sociedade Civil na Boa Governação, há que dizer o seguinte:

1. De acordo com o primeiro estudo sobre o Índice da Sociedade Civil Moçambicana (2007), levado a acabo pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) em parceria com outras organizações, o estágio de mais de cinco mil OSCs, no respeitante a mecanismos de avaliação das ações de desenvolvimento social, é *frágil*. Todavia, há vozes que discordam dos resultados deste estudo, o caso de Soiri (1999) e de Negrão (2003) que advogam que a influência das OSCs nas políticas sociais é significativa, pois na ausência ou na fraqueza da representação do Estado, são as OSCs (inter) nacionais que preenchem o vazio de muitas comunidades, como forma de “descentralização por defeito”;
2. Para Homerim (2005), as atividades das OSCs de âmbito social são bem aceites e até incentivadas pelo governo. Porém, quando se trata das que penetram na esfera política, o governo mostra-se reservado. Mais ainda, a estudiosa considera que a principal característica destas organizações é a sua fragilidade institucional: más condições materiais; dependência financeira para com os doadores; baixo nível de qualificação do pessoal, dificuldades em se situar, de forma credível, face às autoridades públicas;
3. Um outro fenómeno que caracteriza as OSCs é a ambivalência que existe entre estas e o Estado. Observa-se uma permeabilidade entre a esfera do poder de decisão política e as OSCs. Há, ainda, uma outra observação – governamental – que as olha como executores de agendas externas, prolongamento dos partidos da oposição ou, então, negócios em forma de projetos.

Neste contexto, e partindo das díspares constatações dos diversos autores acima referidos, procuramos questionar o presente da Sociedade Civil moçambicana quanto a sua participação na Boa Governação e contribuir (com alternativas) para uma Sociedade Civil forte, isto é, mais (particip)ativa, e um Moçambique melhor: justo, inclusivo, sustentavelmente desenvolvido. Com efeito, parece-nos pertinente formular a seguinte questão: qual tem sido a influência da Sociedade Civil organizada nas políticas sociais em geral, e, sobretudo, na Boa Governação, no âmbito da Democracia Participativa?

A nossa pesquisa incidiu sobre a cidade e província de Maputo, bem como

sobre a província de Gaza. Maputo, por ter a maior concentração de OSCs e as suas sedes. Gaza, pelo facto de ter o Fórum das Organizações Não-Governamentais de Gaza (FONGA) relativamente ativo, numa província tida como bastião do Partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Em termos metodológicos optamos pela abordagem qualitativa (Guerra, 2006; Bryman, 2012; Belloti, 2015) por ser a mais adequada ao nosso objeto de estudo. A análise documental⁴ as entrevistas semiestruturadas⁵ e a observação em *workshops* foram as técnicas de recolha e tratamento de informação.

No entanto, antes de entrarmos na análise dos resultados da nossa pesquisa, importa rever sinteticamente os conceitos de Democracia Participativa, Boa Governação e Sociedade Civil, sobretudo, a relação que existe entre si.

2. Democracia Participativa, Boa Governação e Sociedade Civil

Durante muito tempo, acreditou-se que o direito de voto era a única via de expressão do Povo, através do qual, este podia decidir sobre a vida do país. Porém, governos há que, mesmo com esse privilégio assegurado, continuam a governar os seus povos com mão de ferro. Alguns destes casos espelham-se nos governos da Europa do Leste (Geórgia, Letónia e Lituânia, só para citar alguns), bem como alguns governos africanos (Guiné-Bissau, como um caso bem recente e elucidativo e, porque não, Moçambique). Daí que surjam conceitos como “sociedade civil organizada”, que pretende limitar os poderes abusivos do Estado e do governo, ajudando, por um lado, a construir uma sociedade menos desigual em termos políticos, económicos e sociais e, por outro, chamando a atenção para os excessos praticados pelo governo e Estado, com vista a garantir os demais direitos e deveres dos cidadãos.

Se é certo que a democracia representativa foi um progresso em relação a sistemas despóticos e autocratas, também não é menos verdade que ela, hoje, desvela lacunas, incoerências e até paradoxos. Por isso, a democracia participativa é um imperativo para os nossos tempos, pois é ampliação da prática democrática para além

⁴ Relatório de Avaliação do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF, 2009), Índice Multidimensional de Pobreza (IMP, 2011), Plano de Acção da Redução da Pobreza (PARP, 2011, 2014), Relatório do Banco Mundial: Análise da Despesa Pública de Moçambique (2015); Relatório da OCDE (2009), Relatório do IDH (2014), Discurso do Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, na II Conferência Nórdico-moçambicana (2015).

⁵ Quinze representantes da sociedade civil/OSCs, dez representantes do governo e um grupo focal (composto por dez participantes sendo: cinco membros das OSCs, três representantes do governo e dois académicos).

da mera expressão do voto eleitoral. Como diz Ngoenha:

“Temos o mau hábito de confundir e reduzir a democracia à competição entre os partidos para a tomada de poder. Na realidade, a democracia é um processo que regride ou progride, essencialmente, em função do papel que a cidadania joga no sistema político, e na soldadura entre o sistema político e os outros sistemas sociais, e entre todos os sistemas e o conjunto das instituições e potestades reunidas no Estado” (Ngoenha, 2015: 162).

Portanto, a Democracia Participativa tem em vista a participação dos cidadãos no bem da “*res publica*”. Por outras palavras, é a participação no processo político para influenciar a formulação das políticas sociais, a recetividade do governo às demandas da população e a transparência com que trata os seus assuntos que são indicadores da qualidade da democracia (Dahl, 1992). Ela é o reconhecimento da importância da participação direta dos cidadãos a partir de uma articulação entre Estado e Sociedade Civil para a criação de espaços de resolução através de mecanismos de democracia liberal representativa.

Há necessidade de reconhecer que a democracia supõe e nutre a diversidade de interesses, assim como de ideias. O respeito pela diversidade significa que a democracia não pode ser identificada com a ditadura da maioria sobre as minorias; deve, antes, comportar o direito das minorias e dos contestadores à existência e à expressão, e deve permitir a expressão das ideias heréticas e desviantes. Assim como é necessário proteger tanto a diversidade das espécies para salvaguardar a biosfera, assim também se deve garantir a diversidade de ideias e opiniões, bem como a diversidade de fontes e meios de informação para salvaguardar a vida democrática.

A democracia necessita, simultaneamente, de conflitos de ideias e de opiniões, que lhe confirmam vitalidade e produtividade. Mas, a vitalidade e a produtividade dos conflitos só podem expandir-se em obediência às regras democráticas que regulam os antagonismos – substituindo as lutas físicas pelas lutas de ideias –, e que determinam, por meio de debates e de eleições, o vencedor provisório das ideias em conflito, aquele que tem, em troca, a responsabilidade de prestar contas da aplicação de suas ideias.

Portanto, a atual democracia deve ser reconfigurada, de modo a responder aos desafios da sociedade de hoje. O que se pretende não é o derrube das democracias existentes, mas a sua democratização ou, na expressão lapidar de Boaventura de Sousa Santos (2003) “democratizar a democracia”.

A *democratização da democracia* não significa a queda na anarquia nem no populismo. Pelo contrário demanda o respeito pela expansão dos direitos e pela afirmação de uma cidadania (pro)ativa. A maior incidência de análise sobre democracia

não implica a rejeição do Estado, mas do estatismo. Se a República salienta os valores do Estado, a democracia desenvolve as ideias da Sociedade Civil. O Estado não deve desempenhar funções que pertencem aos indivíduos e à sociedade, sobretudo quando se apropria de atividades, não para as fazer funcionar melhor, mas para aumentar o seu poder. A situação agrava-se com a politização do Estado, ou Partidarização do Estado – caso típico de Moçambique. Para tal, é necessário, como indica Ngoenha, que:

“ultrapassemos a democracia como simples participação eleitoral e que se desenhem formas de participação e de controle social, através das quais os direitos, nas suas várias articulações, e os deveres pelo que devem ser, encontrem um terreno de efetividade. Isso é válido não só para o sistema político-administrativo, mas também para o sistema económico e mesmo cultural. Significa, pois, que todos os sistemas, mesmo o económico, devem submeter-se a um controlo democrático” (Ngoenha, 2015: 164).

Por isso, a Democracia Participativa é um imperativo para os nossos tempos, na medida em que é ampliação da prática democrática para além da mera expressão do voto eleitoral (Fernandes, 2014). Por outro lado, embora o conceito de “Sociedade Civil” seja tomado, por alguns, como confuso, corrompido, que justifica agendas ideológicas das elites..., consideramos ser uma das grandes ideias deste século, pois não existe solução para os problemas socioeconómicos e políticos sem a participação política no âmbito da Democracia Participativa.

Assim sendo, a democracia é entendida como uma gramática de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade (Santos, 2003). Ela propõe uma mudança que restaura a capacidade de resiliências dos sistemas, a partir da capacitação das populações, potenciando o seu capital humano e social. Nesse processo de capacitação, as OSCs assumem um papel central. Porém, as suas iniciativas só serão efetivas se, em primeiro lugar, se centrarem nas pessoas com que trabalham – ou seja, na adoção da máxima “trabalhar com e não para” – e, em segundo lugar, cooperarem ativa e produtivamente entre si e com as entidades do setor público e privado, ou seja, praticar o trabalho em rede/parceria.

É dentro da Democracia Participativa que se pode almejar a Boa Governação, que tem a ver com a participação popular na governação, na transparência na gestão da “res publica”, alicerçada em resoluções tomadas sempre de acordo com a lei, regras e informação inteligível ao cidadão, equidade e inclusão, com particular atenção aos mais vulneráveis da sociedade, prestação de contas (“accountability”) e combate à corrupção, parcimónia na gestão do erário público, independência dos poderes públicos para o controlo interinstitucional. A Boa Governação é vista, portanto, como

um novo protótipo de regulação social que veio suprir o paradigma previamente em vigor baseado no papel privilegiado do Estado, enquanto ente soberano. Mas, antes de nos debruçarmos sobre a *Boa Governação*, há que falar, de uma forma sucinta, da governação *per se*.

Governação é geralmente entendida como um sistema de valores, políticas e instituições, através dos quais uma sociedade gere os seus negócios públicos, económicos e sociais, por via da interação entre o Estado, a Sociedade Civil e o mercado/setor privado. Dito de outra forma, a Governação é o processo de tomada de decisões e o meio através do qual as decisões são ou não implementadas. Nestes termos, as instituições públicas conduzem os assuntos públicos, gerem os recursos públicos e garantem a realização dos direitos humanos. Por sua vez, a Boa Governação materializa esse fim de uma forma que é essencialmente livre de abuso de poder e de corrupção, obedecendo devidamente às normas de direito estabelecidas.

É de salientar, ainda, que o conceito de Boa Governação aparece como um instrumento de institucionalização da Governação “Governance”⁶ e é tido como condição indispensável na promoção da solidez social e do desenvolvimento sustentável. Manifesta-se em diversas áreas fundamentais para a edificação do Estado de Direito, nomeadamente: a separação de poderes, o respeito pelos direitos humanos, a prestação vertical e horizontal de contas, a transparência na governação eleitoral e na gestão financeira e no controlo da corrupção. Nesta ordem de ideias, o entendimento comum aventa que países com um alto desempenho em cada uma destas áreas têm melhores condições para a consolidação democrática, defesa do bem comum e criação de condições de bem-estar social.

De acordo com Alcántra (1998: 8) a *Governance* é um instrumento para conceber um sistema mais efetivo de autoridade e regulação no quadro da economia global, o que aventa ser a pré-condição para a sobrevivência da democracia nos Países em vias de Desenvolvimento (PvDs). Ela concebe governação como a reinterpretção da agenda neoliberal para as instituições internacionais apoiarem o investimento público-privado nos PvDs. No contexto da democratização, globalização e organização supranacional, ainda na esteira desta autora, o discurso da governação visa resolver não apenas os problemas dos PvDs, mas, também, a crise internacional sobre o bem-estar e a governação no mundo. Esta abordagem centra-se sobre questões

⁶ Um modelo de regulação social e económica assente no papel central do Estado para um outro assente em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, para-governamentais e não-governamentais, nas quais o aparelho de Estado tem apenas tarefas de coordenação enquanto “*primus inter pares*”.

atuais de desenvolvimento, tais como processos de financiamento, observância da lei, democratização, participação de cidadãos na formulação de políticas e outros.

Desde 1980, a Governação, a que o Banco Mundial chamou “Governance”, goza de uma reputação florescente. Ela aproveita do desencanto crescente em relação à política, ao governo tradicional e à democracia representativa. De facto, os governos dececionam, porque parecem deixar de controlar a realidade, sobre os desafios e os problemas das pessoas. A Boa governação tem como objetivo lutar contra ou resistir à globalização hegemónica que exclui muitas pessoas no processo de “design” de políticas de governação. Ela luta contra o contrato social de exclusão da minoria, da diversidade cultural, do ambiente, etc. Em abono da verdade, a Boa Governação procura aliar a exigência de participação e de inclusão.

Depois do colapso do bloco soviético (1989-1991), os líderes dos países ocidentais proclamaram a Boa Governação como o fator decisivo para determinar os futuros parceiros de Cooperação. O conceito de “Boa Governação” determina se um país consegue gerir os assuntos públicos de forma justa e eficaz. O uso deste termo leva automaticamente a um juízo de valor, baseado na perceção ocidental de justiça. Assim, um país com Boa Governação deve garantir ao povo: estabilidade política e ausência de violência; liberdade de expressão e comunicação; capacidade reguladora do Governo; cumprimento da lei e controlo da corrupção. O uso destas dimensões faz com que os países sejam escolhidos consoante a adoção - ou não - de valores e ideias de governo ocidentais, facto que levou a críticas.

Depois deste breve trajeto, podemos dizer que por Democracia Participativa e Boa Governação se tem em vista colocar o cidadão como agente participante e responsável do processo. Trata-se de tomar consciência sobre os problemas sociais e intervir proficuamente com ideias construtivas e sustentáveis diante do poder instituído e não só. Como afirma Viegas, com a Democracia Participativa torna-se:

“mais direta e alargada a participação dos cidadãos na vida política, contribuindo, assim, para a afirmação e consolidação do exercício de cidadania por parte de todos os indivíduos; por outro lado, melhorar as instituições políticas na sua eficácia e transparência de funcionamento, de modo a aumentar a sua credibilidade junto dos cidadãos” (Viegas, 2000: 142).

O Estado é chamado a interagir com a Sociedade Civil na definição de Políticas Sociais⁷, cuja finalidade é responder a situações de desigualdade social, na sua maioria

⁷ São um “conjunto de políticas públicas voltadas para o campo da proteção social, ou para a defesa dos direitos sociais” (F.C. da Silva, 2013. Políticas sociais têm como objetivo a promoção do bem-estar social, tanto a nível coletivo como pessoal. Com as políticas sociais têm-se em vista a continuidade e melhoria do

situações traduzidas em situações de pobreza e exclusão social, o que nos remete invariavelmente para uma perceção alargada de proteção social. Por outras palavras, num mundo ou numa época em que o dogma economicista da “*sustentabilidade financeira*” parece substituir ou ocultar a fundamental perspetiva da “*sustentabilidade social*”, é imperioso que se fale/discuta a urgente e incontornável necessidade de Políticas Sociais. Assim, o Estado, através do Governo faz da Boa governação/ “Governance” um poder especial de conformação de rumos, objetivos e meios, com atenção aos pormenores, persuasão junto dos parceiros sociais e procura de consensos que lhe afiancem a anuência franca dos destinatários das Políticas Públicas no momento em que se passar à concretização dessas políticas (Amaral, 2014: 309).

Boaventura de Sousa Santos (2013) assevera que, nos dias que correm, há necessidade de renovação da teoria democrática. Afirma o mesmo autor que é necessário formular os critérios democráticos para que não se confinem apenas ao ato de votar. Por renovação da teoria democrática, se quer dizer:

“a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa”. Para que tal articulação seja possível, é necessário que “o campo político seja redefinido e ampliado”, pois, “a teoria política liberal transformou o político numa dimensão sectorial e especializada da prática social – o espaço social – e confinou-o ao Estado. Do mesmo passo, todas as outras dimensões da prática social foram despolitizadas e, com isso, mantidas imunes ao exercício da cidadania” (Santos, 2013: 225).

Em suma, a Sociedade Civil surge para incentivar e revitalizar a democracia corroída, quer pelo desespero esquerdista fornecedor de bens sociais, quer pela direita convicta de que o crescimento económico é suficiente para produzir e distribuir benefícios. Baseia-se em princípios e valores como a solidariedade, a justiça social, a participação, e é constituída por um conjunto de organizações que visam desenvolver um projeto de mudança e transformação social, exigindo uma atuação estratégica que se baseie em princípios de qualidade, eficiência e eficácia, bem como uma gestão assente em processos cada vez mais participados e, sobretudo, democráticos.

A Democracia Participativa propicia a Boa Governação. Ela mostra que as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte do processo de representação e deliberação tal como foram engendrados no modelo dominante da democracia (Santos, 2003). Assim, como a

bem-estar social, onde os benefícios de crescimento económico devem alcançar todas as pessoas de forma justa. Defendem, por isso, a solidariedade, a redistribuição, a justiça social e económica (correção das desigualdades sociais) rumo a uma sociedade mais justa e solidária.

ciência avança porque há crítica, questionamentos e discordâncias, acreditamos que só assim – criticando, questionando e discordando – a sociedade avança/melhora rumo ao bem-estar social ou à defesa do bem comum, ou da “res publica”.

A transparência, por sua vez, é um dos principais pivôs para a Boa Governação, pois ela significa uma tomada e aplicação de decisões segundo as regras e procedimentos pré-estabelecidos e a disponibilidade, acessibilidade e compreensão da informação pelos destinatários das decisões (Tiny, 2005 *apud* Janaina, 2005: 6). Por outras palavras, a transparência é a obrigatoriedade a que as instituições públicas e os atos governativos têm de ser sujeitos e compreendidos através de um vidro cristalino, nítido e imaculado.

3. Sociedade Civil Moçambicana na luta pela Boa Governação

Feita a apresentação, revisão e clarificação dos principais conceitos usados neste trabalho, agora vamos apresentar a análise dos resultados da pesquisa, baseados na leitura e análise de documentos e relatórios bem como na análise das entrevistas.

Olhando para a realidade moçambicana, numa perspetiva histórica, torna-se difícil indicar a génese da Sociedade Civil. Mas, com base nas definições acima referidas, podemos dizer que a Sociedade Civil existiu sempre antes e depois da independência e qualitativamente terá crescido nos dias de hoje. Antes da independência (1975), constatamos que, nas zonas rurais, as comunidades sempre se organizaram em torno da sociedade tradicional e em grupos, resolvendo assuntos de interesse coletivo. No tempo colonial, no norte de Moçambique, por exemplo, há registos de grupos de caçadores, pescadores, construtores de casas de material local e de camponeses com escalas determinadas para trabalhar, alternadamente, na lavoura ou colheita em machambas⁸ de um e do outro. Pode pensar-se que foi com base no reconhecimento da efetiva existência e utilidade da Sociedade Civil tradicional que, como estratégia para legitimar a sua autoridade sobre as populações, o Estado colonial criou os regulados e regedorias como mobilizadores das populações para os propósitos do governo da época.

O marco mais importante do surgimento das OSCs foi a Constituição de 1990 e a subsequente Lei nº 8/91 (Lei das Associações), dois instrumentos legais que permitiram, pela primeira vez na história de Moçambique, aos cidadãos, poderem, por direito, organizar-se em associações prosseguindo objetivos comuns lícitos. Até 1990,

⁸ Designação que se aplica aos campos agrícolas em Moçambique.

em Moçambique, não estava plasmada a liberdade de pensamento, de associação e de reunião, apesar do país estar independente havia 15 anos. Em conformidade com a Lei das Associações, os cidadãos têm o direito de formar OSCs, incluindo as que abordam questões de Boa Governação e anticorrupção. Esta Lei enfatiza, no seu artigo 5º, a importância das associações no processo de democratização da sociedade, ao referir que, uma vez reconhecida, a associação é um ator social de grande peso, podendo exercer o seu potencial poder em várias esferas governamentais.

As formas organizadas da Sociedade Civil, reconhecidas inicialmente pela sua contribuição na provisão de assistência humanitária, evoluíram, nos últimos anos, para assumirem o papel de promotoras de desenvolvimento e participarem ativamente em ações de pesquisa e advocacia que visam monitorizar e influenciar políticas públicas e de desenvolvimento das comunidades. Para transformar organizações, que outrora estiveram ligadas a questões de assistencialismo, em organizações que possam questionar o Estado, mobilizar a sociedade para um confronto de ideias até ao ponto de participarem na definição de Políticas Sociais e Públicas, e em processos eleitorais, leva o seu tempo em termos de transição, pois não é só uma questão de transição institucional, mas de ação política e de mentalidades.

Portanto, com os ventos da mudança da década de 1990 (revisão da Constituição), que permitiria o pluralismo político e a criação de mais espaços de participação na vida pública, aparece uma Sociedade Civil cada vez mais estruturada e com tendência a “desligar-se” do poder político, o que tem vindo a criar uma certa conflitualidade em certos momentos com o Partido na vanguarda, ao ponto de ser apelidada de “apóstolos de desgraça”, “executores de agendas ocultas”, “agitadores”, “frustrados”, “antipatriotas”, “anti-desenvolvimentistas”... uma vez que a obediência que se verificava no sistema monopartidário deixou de ter a mesma importância ou peso.

Mas, se é verdade que, no âmbito do processo de transição e consolidação democráticas, o país obteve alguns progressos que facilitaram a criação de espaços de participação para partidos políticos e OSCs, também não deixa de ser evidente que os espaços criados no âmbito do processo de democratização do país estão cada vez mais controlados e até asfíxiados pelo sistema de partido dominante. Esse controlo apresenta-se como um desafio para o processo de consolidação da incipiente democracia e consubstancia-se, entre outros aspetos, com as contínuas e sistemáticas revisões da lei eleitoral, com a instabilidade político-militar e das instituições da administração eleitoral, com a transformação de OSCs em meros espaços de consulta, enfim, com uma aberta partidarização do Estado e conseqüente défice de inclusão sociopolítica.

Por outras palavras, embora exista um enquadramento jurídico-constitucional da liberdade de expressão e de associação – um compromisso assumido para a participação dos cidadãos na governação –, estes elementos formais, porém, confrontam-se com uma cultura e uma prática que funcionam contra o exercício dessas mesmas liberdades. Por exemplo, a falta de acesso à informação e de conhecimento de direitos, legislação e procedimentos, no que diz respeito às associações, é um problema geral, especialmente para OSCs locais⁹.

Ao longo do processo de emergência das OSCs, surgiram dos tipos de “espaços” para a manifestação cívica ou social: “espaços criados”¹⁰ e “espaços conquistados”¹¹. Os espaços criados – que o governo estabeleceu para fornecimento de informações e diálogo – foram absorvidos pelo partido no poder (FRELIMO), para legitimar as decisões tomadas pelo governo e, por conseguinte, para consolidar o seu poder político e não para colaborar verdadeiramente com as OSCs. Os Observatórios de Pobreza e de Desenvolvimento – uma iniciativa do governo apoiada pelos parceiros de desenvolvimento para incentivar e apoiar o diálogo nacional sobre políticas relativas a pobreza e desenvolvimento – são controlados pelo governo e não são, de facto, um espaço de debate aberto e inclusivo¹².

Todavia, alguns espaços conquistados têm tido êxito na identificação e tratamento de problemas de má gestão por parte do governo, através de contactos informais com o Partido no poder, as autoridades tradicionais e os líderes religiosos, e através da prática de apontar e envergonhar pessoas por parte dos meios de comunicação social independentes.

Contudo, o principal sucesso da participação e influência da Sociedade Civil na formulação e avaliação de Políticas Sociais foi a advocacia de políticas mais formalmente

⁹ Foi-nos indicado que as OCBs (Organizações Comunitárias de Base) de menores dimensões têm uma fraca noção de cidadania e têm, por isso, dificuldades em saber onde e como aceder a informação. Entrevista feita a um jurista e membro da União Nacional dos Camponeses (UNAC).

¹⁰ *Espaços criados* (“*Invited Spaces*”) são fóruns ou plataformas estabelecidas por iniciativa do Governo e/ou PDs, para os quais a Sociedade Civil é convidada para dialogar. São espaços cedidos, daí que também se chamem espaços fechados, quando são estritamente controlados, como são o caso de consultas parlamentares oficiais, ou espaços criados mais abertos, como são o caso de consultas públicas. Esse tipo de “espaço” é, muitas vezes, descrito como controlado “de cima”.

¹¹ *Espaços conquistados* (“*Claimed Spaces*”), ao contrário dos Espaços Criados, são fóruns ou plataformas estabelecidas por iniciativa da Sociedade Civil. São espaços que a Sociedade Civil conquista por si mesma (ou “de baixo”), por exemplo, através de *lobbying*, campanhas, educação, manifestações populares e ações litigiosas em prol do interesse público, entre outros.

¹² Embora se tenha registado um aumento da participação da Sociedade Civil e da sua influência no Observatório do Desenvolvimento, a nível nacional, no início de 2012, e nos Observatórios do Desenvolvimento provinciais, em 2011, em Gaza, Manica, Inhambane e Tete, a agenda e a calendarização continuam a ser controladas pelo governo.

organizadas, feita por OSCs, que trazem factos documentados para o diálogo através da investigação. Este espaço conquistado foi construído pelo viés da consolidação dos esforços das OSCs, do desenvolvimento de plataformas partilhadas e através de parcerias estratégicas com Organismos Internacionais da Sociedade Civil (OISCs).

Ao longo das últimas décadas, surgiram várias organizações motivadas, muitas vezes, pelas possibilidades de financiamento que apareceram no final da guerra civil (1992)¹³ A maioria dessas organizações tinha a prestação de serviços como enfoque principal. As organizações dedicadas à discussão de políticas são muito recentes e surgiram essencialmente na última década. Estas foram criadas com atribuições claras de diálogo sobre Políticas Sociais, muito embora a maior parte delas não tenha base associativa: Liga dos Direitos Humanos (LDH); Centro de Integridade Pública (CIP); Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE); Mecanismo de Ajuda a Sociedade Civil (MASC); Observatório do Meio Rural (OMR); Grupo Moçambicano da Dívida (GDM) e Justiça Ambiental. Apesar da falta de uma base associativa, elas não deixam de ser organizações que defendem interesses legítimos, uma vez que, na maior parte dos casos, os problemas que discutem coincidem com as preocupações mais importantes da sociedade.

4. Dificuldades da Participação Política

O conceito de “Boa Governação” é relativamente novo no país e, embora estando a aumentar a contribuição da Sociedade Civil para a Boa Governação, esta contribuição é ainda limitada. Daí que faça todo o sentido, quando Ngoenha refere que:

“No quadro do nosso sistema, não temos nenhum controlo sobre o que se faz em termos e políticas, não há nenhuma discussão sobre o vasto mundo da acção governativa e do uso dos recursos públicos. Nós somos mudos e impotentes diante da articulação concreta da vida do Estado e não sabemos o que se faz com o nosso dinheiro. É exatamente aqui onde a cidadania, enquanto coordenadora de deveres e direitos, deveria ter os seus princípios de verificação. É aqui onde deveríamos mudar a relação de submissão em relação de união, na passagem de subordinados a cidadãos. Em suma, é aqui onde a democracia encontra todo o seu sentido” (Ngoenha, 2015: 164).

¹³ Guerra movida pela Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) contra o governo da FRELIMO de 1977 a 1992 (assinatura do Acordo Geral de Paz), cuja motivação – segundo rezam os anais da história – foi o facto de a RENAMO não ter concordado com a ideologia política adotada pela FRELIMO, após a independência – o Marxismo Leninismo – bem como o ter optado pelo sistema monopartidário. Foi uma guerra fratricida que matou milhões de moçambicanos, criou muitos deslocados e refugiados e deixou muitos órfãos e sequelas ou cicatrizes psicofísicas.

Nota-se, portanto, falta de competências concetuais e conhecimento. A maior parte das OSCs não concebe que a avaliação e advocacia se podem centrar em todo o ciclo das políticas, desde a análise de necessidades até à planificação, implementação e revisão de políticas. Muitas OSCs não compreendem o papel que podem desempenhar na formulação e implementação de políticas sociais, e não veem a importância e o potencial impacto desse trabalho para a sua organização e para os indivíduos que dizem representar. Por outras palavras, especialização, profissionalismo, acesso à informação e sua utilização são insuficiências que caracterizam as organizações. A maior parte das organizações não têm pessoas com competências técnicas para monitorar áreas específicas de governação. Daí que careçam, muitas vezes, de credibilidade para poderem defender a sua causa e manter um diálogo equilibrado com o governo, que possui pessoal mais qualificado e profissional.

Feita a análise dos documentos, bem como das entrevistas, chegamos a conclusão que os elementos abaixo concorrem para a fragilidade das OSCs moçambicanas na participação política rumo a Boa Governação. Ora vejamos:

1. Fator histórico: é preciso notar que as OSCs moçambicanas ainda demonstram os efeitos de um legado de 15 anos de regime de partido único; daí que muitas delas estejam ainda a tentar adaptar-se ao novo cenário económico e político e, não poucas vezes, funcionem como meros apêndices de organizações civis internacionais que as financiam. As OSCs parecem ter adotado uma “*cultura de subordinação*” ao governo, num contexto em que predomina a perceção, quanto a nós errada, de que ser crítico do sistema no poder é sinónimo de ser confuso e subversivo. A herança institucional do regime autoritário e a trajetória do próprio Estado de Moçambique no período pós-transição deram origem a uma configuração do campo político, marcada por aquilo que se chama *sistema de poder dominante*, caracterizado pela dificuldade em distinguir o Estado do partido no poder.

2. Fraqueza técnica: o contributo ou a participação das OSCs moçambicanas em prol da *Boa Governação* continua muito fraco, porque muitas delas não estão ainda à altura de discutir seriamente com os técnicos e assessores que trabalham para o governo sobre a premência ou não de uma ou outra ação com impacto direto ou indireto sobre os cidadãos. Por via disso, poucas vezes o governo se viu confrontado com situações bem fundamentadas de manifestação por parte das OSCs, em termos de inviabilidade de algumas das suas políticas públicas. Muitas das OSCs nacionais não possuem, a título de exemplo, pessoal que saiba profundamente como é que as políticas públicas

são elaboradas, daí que sejam promovidos diálogos sem diálogos; em muitos casos, as OSCs são consultadas somente para efeitos de legitimação das ações governamentais.

3. Secretismo e ameaças: os dirigentes governamentais investem mais tempo em argumentos buscando conspiradores, do que a perceber a essência da origem dos problemas, por forma a adotar mecanismos de resolução, o que representa um total contrassenso num Estado de direito democrático. Claramente, isto revela que os atores políticos de Moçambique ainda não têm cultura democrática, o que denota um desajuste entre o discurso e a prática. Há quase total restrição ao acesso à informação, podendo verificar-se o mesmo em relação às práticas intimidatórias utilizadas pelas autoridades governamentais, principalmente ao nível do governo local; em consequência, vem aumentando o medo de as partes interessadas da Sociedade Civil participarem na definição de políticas sociais. Os atores da Sociedade Civil são frequentemente acusados de pertencer aos Partidos da Oposição, sobretudo a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), ou de estar ao serviço de agenda oculta de organizações ou países internacionais, conforme se fez alusão previamente¹⁴.

4. Falta de recursos financeiros: as OSCs tendem a alinhar as suas atividades com as prioridades dos parceiros internacionais de desenvolvimento, ficando as oportunidades de implementação das suas próprias agendas relativamente limitadas. As OSCs moçambicanas são relativamente livres de angariar fundos de várias fontes para tentarem alcançar os seus objetivos, todavia, na prática, são influenciadas pelas prioridades dos seus parceiros de desenvolvimento internacionais. A forte dependência aos fundos dos parceiros de desenvolvimento pode significar que as OSCs tenham de seguir as políticas e as agendas estratégicas dos parceiros, dado que as suas atividades são, por necessidade, modeladas de maneira a encaixar nas prioridades dos Parceiros de Desenvolvimento e nos fundos disponíveis¹⁵.

Não obstante a algumas dificuldades de participação da Sociedade Civil já mencionadas, o país tem observado melhorias em diversos setores nos últimos anos, e há algumas tendências positivas: a abertura de novos canais de interação entre o

¹⁴ Entrevista a um jornalista da rádio comunitária em Moamba – Maputo e a um gestor numa OSC em Xai-Xai – Gaza. Também confirmado por Forquilha (2011)

¹⁵ O Censo do INE de 2003 mostrou que cerca de 70% dos fundos das OSCs provinham de Parceiros de Desenvolvimentos estrangeiros.

governo e os cidadãos, como a série de reformas ao nível local e a instituição dos *Observatório(s) de desenvolvimento, PARP, MARP, Presidência Aberta* ¹⁶ o que facilita a participação e o envolvimento de cidadãos em assuntos públicos e atenua os problemas acima mencionados.

5. Prospetivas para uma Participação (pro)ativa

Em Moçambique, a dinâmica de participação nem sempre foi uma verdadeira participação política, isto é, onde os cidadãos são verdadeiramente consultados e seus apelos escutados e, possivelmente, tomados em conta pelos decisores políticos. A *partidocracia* tem mais poder do que a democracia. É verdade que há uma abertura legal e institucional para a participação política, como fizemos referência ao longo do trabalho. A Constituição de 1990 e a Constituição em vigor, Lei 8/2003, Decreto 15/2000, Decreto 15/2005 e outros dispositivos legais são exemplos dessa abertura. Porém, urge melhorar o espaço de debate que realce a necessidade de se alcançar verdadeira e efetiva participação dos cidadãos e que contribua para a formulação políticas sociais e sustentáveis.

As OSCs necessitam de ser habilitadas com conhecimentos específicos para fortificação das capacidades dos cidadãos em matérias relacionadas com governação, direitos e deveres, bem como do aprofundamento dos valores da democracia para estancar o medo que caracteriza a maioria dos moçambicanos. Para tal, há que saber que: “*Sem organização não há luta, perde-se o sentido do coletivo no “salve-se quem puder”, somos desapossados do nosso poder de cidadão. O medo, manipulado como é, corrói a ação democrática, torna as pessoas obedientes e assustadas*” (Ana Benavente *apud* Casa-Nova et al, 2012: 73). Nesta perspetiva, eis algumas propostas para a eficácia da Sociedade Civil em prol da Boa Governação:

1. Conhecimento conceptual e técnico: todos os processos de tomada de decisão e participação política requerem conhecimento e informação. Sem conhecimento e informação correta e relevante, os cidadãos e os “*policy makers*” não podem tomar decisões sábias; os representantes políticos não

¹⁶ Interação que é feita pelo Presidente da República com a população nos comícios populares ou “*showmícios*” (como vulgarmente aqui se diz), onde ele dá espaço a um dado número de pessoas para apresentar/expressar os seus problemas ou suas satisfações. É de salientar que, em alguns lugares, as pessoas são escolhidas e “doutrinadas”, atempadamente, para falar o politicamente correto. Todavia, há casos em que essa “doutrina” não é acatada, o que faz com, consequentemente, as pessoas apresentem/exprima o que, de facto, sentem ou vivem.

prestam contas aos cidadãos, e estes, por seu turno, não podem dizer aos seus representantes políticos como querem ser governados. Sendo assim, para potenciar as OSCs, é fundamental que se criem e se apoiem os canais de fontes de informação para se tornarem facilmente acessíveis;

2. Consolidação da democracia: a condição *sine qua non* para a consolidação da incipiente democracia moçambicana, e não só, é a criação de uma democracia à altura do momento histórico – uma democracia participada económica e politicamente, uma democracia que sai do “palácio” (parlamento) e entra na cultura de toda a gente – passando, assim, a ser uma democracia diferente, mas quotidiana e incisiva;

3. Pesquisa e advocacia: esta posição é um instrumento utilizado, principalmente, por organizações urbanas de pesquisa e advocacia, com uma boa base de factos documentados e uma rede alargada de contactos entre pessoas influentes na estrutura do governo (e, obviamente, do Partido no poder – FRELIMO) na Assembleia da República e na comunicação social. No entanto, também há líderes e personalidades locais influentes a serem contactados por OSCs locais para ganhar influência. É necessário, sim, investir na criação de capacidade de pesquisa, de monitoria e de advocacia. É preciso quebrar barreiras e tabus.

Por fim, é de salientar que o ambiente político, em Moçambique, está a deteriorar-se e as vozes críticas são, cada vez mais, vítimas de intimidação e ameaças. Porém, a visibilidade pública – através de ligações com indivíduos influentes, seleccionados ou representantes pró-OSCs do Partido no poder – tem dado bons resultados. Estas parcerias são uma dimensão de visibilidade e de protecção, mas são também uma abordagem estratégica para reforçar a credibilidade e a confiança das OSCs nacionais.

Conclusão

Nos dias de hoje, o nacionalismo originário (Estado-nação) é substituído por aquilo que Habermas (1990) chama “pluralismo constitucional”. Devem ser assegurados não apenas os direitos de segurança social, como também o reconhecimento das diferentes formas de vida cultural – democracia participativa e pluralista (Fernandes, 2014). Anthony Giddens (2012) fala da democracia dialógica, cujo fim é moldar os programas de ação e as atividades dos cidadãos na vida

política. O diálogo, como capacidade de gerar confiança ativa, estende-se às diversas modalidades da vida social. A política dialógica entra no processo de “democratização da democracia” (Santos, 2013), como veículo de representação de interesses numa arena mais alargada do campo político.

Em Moçambique, embora haja um enquadramento jurídico-constitucional da liberdade de expressão e de associação, um compromisso assumido para a participação dos cidadãos na governação, estes elementos formais, porém, confrontam-se com uma cultura e uma prática que funcionam contra o exercício dessas mesmas liberdades. Por exemplo, a falta de acesso à informação e de conhecimento de direitos, legislação e procedimentos, no que diz respeito às associações, é um problema geral, especialmente para OSCs locais ou OCBs¹⁷.

Notamos que muitas OSCs locais de pequenas dimensões não têm capacidade académica para lidar com questões complicadas, como monitoria do orçamento e revisões jurídicas, p. ex. Por outras palavras, a fraqueza financeira e o baixo nível de cidadania, isto é, a falta de conhecimento sobre direitos e deveres, e a ineficácia de quadros legais e de funcionamento de instituições governamentais, são fatores limitadores e insustentáveis para que muitas OSCs possam participar ativamente na definição e avaliação de Políticas Sociais. Há um grande vazio na Sociedade Civil moçambicana na produção de políticas alternativas; são muito poucas as OSCs nacionais que pressionam e propõem soluções, que sejam fruto de estudos pertinentes ou análises credíveis de cada situação.

O conhecimento é potenciador e a sua falta é debilitadora. O conhecimento e o acesso à informação são poder. Sem isso, não se é, realmente, um verdadeiro cidadão. Sem o conhecimento da nossa cultura e da nossa história, sem informação sobre o que se passa – no nosso país e no resto do mundo; sem o conhecimento sobre os nossos direitos e deveres – acabamos, de facto, não fazendo parte da sociedade, pois resvalamos para o passivismo, o inexistencialismo como cidadãos, sem controlo das nossas vidas e, sobretudo, sem nenhuma influência sobre os acontecimentos da nossa comunidade.

Há quatro séculos, Francis Bacon já exaltava o valor intrínseco da informação ao escrever que “informação é poder”. Nos dias de hoje, as pessoas estabelecem as suas relações a todos os níveis, nos quais a informação se dissemina entre as fronteiras e faz com que todas as transações necessárias se concretizem. A Sociedade Civil global, mais do que nunca, procura a todo o custo a informação, porque, afinal, estamos

¹⁷ As OCBs (Organizações Comunitárias de Base) têm uma fraca noção de cidadania e têm, por isso, dificuldades em saber onde e como aceder a informação. Entrevista feita a um jurista e membro da UNAC.

na era da informação. A Sociedade Civil moçambicana, fazendo parte deste mundo globalizado, necessita, mais do que nunca, de se (in)formar, pois ela desempenha um papel imprescindível na promoção da democracia (participativa) e na participação política (dos cidadãos) na vida pública. Para o efeito, a partilha de informação entre as diferentes OSCs torna-se um imperativo, pois a união faz a força.

Não se pretende, com a presente análise, propor a eliminação, pura e simplesmente, dos partidos políticos. É-lhes reconhecida a função, mas não excessiva nem determinante. Eles (partidos políticos) devem ser colocados ao lado de atores políticos que, com eles, possam competir. Aliás, o parlamento – sobretudo o moçambicano –, onde reina a cultura de ditadura do voto partidário ou a chancela de agendas partidárias sem relevância para a vida do cidadão, para além de ser uma autêntica “escolinha do barulho”, precisa, também, de formas de controlo para que desempenhe cabalmente as suas funções.

Os partidos políticos, por outro lado, conhecem um forte desgaste, enredados como estão, por vezes, em ideologias serôdias das quais têm dificuldades em se libertar. Esses mesmos partidos são portadores de interesses, não raro espúrios, e a própria atividade política tornou-se fonte e fator de corrupção. Uma tal situação não deixa de ser, ela mesma, contagiante na vida social. Os partidos políticos não poderão, por isso, continuar a ser os únicos atores no sistema político. Muito ganharia a democracia se se abrisse a candidatura política, desde logo, a cidadãos individuais que se apresentem como representantes das diversas modalidades da vida associativa na comunidade. O critério seria sempre a preocupação de assegurar a relação entre a vida concreta das pessoas e a gestão das coisas públicas.

A democracia, realidade em constante (re)construção, realiza-se sempre ao ritmo das populações. Para que seja real, não se compadece com estruturas rígidas que espartilham a vida e as atividades das comunidades. Em vez de se dar prevalência ao sistema, impõe-se uma atenção maior à sociedade. É por causa disso que se organiza o Estado. A Sociedade Civil tem o papel fiscalizador e complementar. Por isso, Rifkin (1996) diz ser a sociedade é o 1º (primeiro) setor, porque, quando se estabeleceu a civilização, primeiro estabeleceu-se a comunidade (capital social), depois surgiu o comércio/mercado e, por fim, o Estado/governo. Logo, a sociedade não é o terceiro setor – como comumente se alude.

Sem a Sociedade Civil forte e interventiva, a cidadania e os direitos humanos correm certos riscos. Face aos apelos e solicitações daquela sociedade, o aparelho governamental, em estado de *stress* devido à crise de racionalidade e legitimidade, responde com violência simbólica, quando não com a força física – como é o caso de

Moçambique. Se a orientação socialista – pretendendo satisfazer mais necessidades do que méritos – acaba por confiscar a liberdade e por operar uma nova forma de servidão, a perspectiva liberal/capitalista – tendendo a privilegiar a liberdade – deixa no desamparo largas camadas da população. Impõe-se o triunfo dos direitos sobre os privilégios, escapando-se aos erros de cálculo do liberalismo assim como às ilusões do socialismo. A via aberta consiste na permanente invenção do social e na sua autonomização. A existência da democracia passa também pela redução de paixões políticas e pela inovação do social, sendo desta inovação que se (re)faz a sociedade (Fernandes, 2014).

Finalmente, esta nossa contribuição – na percepção do atual estágio da Sociedade Civil moçambicana na luta pela Boa Governação – não significa, nunca, que a nossa opinião – *doxa* – seja melhor que a dos outros; significa, sim, que queremos participar com as nossas análises e reflexões sociológicas, cientes de que vozes discordantes são pilares de uma verdadeira democracia (desejada/participativa). Queremos, portanto, ajudar a formação de uma Sociedade Civil forte, civilizada, interventiva, proactiva, depois que se sabe que ela é precarizada, fragilizada, cooptada, manipulada. Queremos, sim, contribuir para uma Sociedade Civil onde os cidadãos estão e são (in)formados, têm liberdade de expressão e de associação, participam nas decisões da sociedade, sobretudo em questões que lhes dizem respeito. Por outras palavras, queremos ajudar a consolidar a incipiente e deficiente democracia, pois, como diz Habermas, “quanto mais o cidadão participar na construção do projeto social de desenvolvimento e das resoluções fundamentais, tanto mais se vincula, a sociedade mais se estrutura e as instituições sociais melhor trabalham” (Habermas, 1990: 65). Ou, então, queremos comungar com a filosofia africana, “I partake, therefore I am” (John Mbiti), do que um simples “Cogito, ergo sum” (Rene Descartes).

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Diogo Freitas do (2014), *Uma Introdução à Política*, Lisboa, Bertrand Editora.
- BENAVENTE, Ana, “Globalização, resistência e regulação. Notas para debate”, CASA-NOVA Maria José et al (Org.) (2012), *Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual*, V.N. Famalicão, Edições Humus.
- DAHL, Robert (1992), *La Democracia y Sus Críticos*, Barcelona, Paidós.
- GIDDENS, Anthony (2012), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença.

- FERNANDES, António Teixeira (2014), *Para uma Democracia Pluralista e Participativa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- FORQUIA, Salvador Cadete & ORRE, Aslak (2011), “Transformações sem mudanças? Os conflitos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique”. In *Desafios para Moçambique 2011*, Maputo, IESE.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de Uso*, Estoril, Principia Editora.
- HABERMAS, Jürgen (1990), *Pensamento Pós-Metafísica, Estudos Filosóficos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- HOMERIN, Janaina (2005), *As Organizações da Sociedade Civil em Moçambique: Actores em Movimento*, SCAC (Service de Cooperation et d’Action Culturelle), Maputo.
- NEGRÃO, José (2003), *A Propósito das Relações entre as ONGs do Norte e a Sociedade Civil Moçambicana*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- NGOENHA, Severino E. (2015), *Terceira Questão – Que leitura se pode fazer das recentes Eleições Presidenciais e Legislativas?* Maputo, Publiflix Edições.
- OECD (2011), *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*, Paris, OECD Publishing.
- (2012), *Income Distribution and Poverty Database*, Paris, OECD Publishing
- (2018), *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility: Overview and Main Findings*, Paris, OECD Publishing
- RIFKIN, Jeremy (1996). “Identidade e Natureza do Terceiro Setor”. in IOSCHPE, Evelyn Berg (org.) (2005). *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*, São Paulo, GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2013), *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Coimbra, Edições Almedina.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e TRINDADE, João Carlos (org.) (2003), *Conflito e Transformação Social – Uma passagem das justiças em Moçambique*, Porto, Edições Afrontamento.
- SILVA, Filipe Carreira da (2013), *O Futuro do Estado Social*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SOIRI, Lina (1999), *Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre descentralização e alívio à Pobreza*, Maputo.
- TOURAINÉ, Alain (1992), *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- VIEGAS, José Manuel Leite (2000), “Participação Política: Processos de Mudança e razões de bloqueamento”, VIEGAS, José Manuel Leite e DIAS, Eduardo Costa (org.) (2000), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora.
- YIN, Robert (1994), *Case Study Research: Design and Methods*, Londres, Sage Publications.

Pedrito Carlos Chiposse Cambrão. Universidade Lúrio, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Estudos Culturais e Religiosos do Oceano Índico (Nampula, Moçambique).
Endereço de correspondência: Reitoria: Bairro Marrere, Rua nº 4250, km,2, Nampula, Moçambique. E-mail: pcambrao@unilurio.ac.mz

Artigo recebido em 3 de novembro de 2017. Aceite para publicação em 20 de julho de 2018.

Ciência à medida: conflitos de interesse e interferência na investigação científica financiada

Rita Faria

Faculdade de Direito da Universidade do Porto
Centro de Investigação Interdisciplinar da Escola de Criminologia

Resumo

Exige-se à ciência atual que estreite relações com *stakeholders* económicos e políticos. No entanto, esta proximidade pode conduzir a formas não publicitadas de conflitos de interesse ou à interferência da entidade financiadora no processo de investigação. O presente artigo dá conta das perceções dos académicos sobre tais situações e sublinha a respetiva ausência de regulação. Identificam-se os danos sociais daí decorrentes e argumenta-se pela necessidade de conduzir estudos sistemáticos sobre o tópico. Mais se alerta para o facto das atuais características da ciência potenciarem as mencionadas situações de conflitos de interesse ou de interferência, podendo as mesmas ser eventualmente enquadradas como atividades fraudulentas no âmbito da investigação científica.

Palavras-chave: ciência; conflitos de interesse; fraude científica

Custom tailored science: conflicts of interest and interference in commissioned scientific research

Abstract

Science is being asked to connect with social stakeholders. However, such connection may give rise to undisclosed conflicts of interest, or interference from commissioners of research into the research process. The paper presents the perceptions of researchers concerning such issues, and further shows a general lack of its regulation. Social harms stemming from these situations will be described, and the paper will argue for the need for further empirical studies. Also, current features of science will be presented as facilitating the commitment of such situations of conflicts of interest or interference, which may be labeled as research fraud.

Keywords: science; conflicts of interest; research misconduct.

La science personnalisée sur mesure: conflits d'intérêt et interférence dans la recherche scientifique sponsorisée

Résumé

On demande de la science se relier aux *stakeholders* sociaux. Mais ça peut originer des conflits d'intérêt non dévoilés et l'interférence des entités de financement dans les processus de recherche scientifique. Cet article présente les perceptions des chercheurs à propos ces situations, aussi bien que l'absence de régulation. Les dommages sociaux qui-y découlent seront présentés et on argumente la nécessité de mieux étudier les conflits d'intérêt et l'interférence. Simultanément, certaines fonctionnalités de la science seront présentés en tant que potentielles causes de tels comportements tricheurs de conflits d'intérêt et d'interférence des entités de financement.

Mots-Clés: science; conflits d'intérêt; fraude scientifique.

Ciencia hecha a la medida: conflictos de interés e interferencia en la investigación científica financiada

Resumen

Resulta necesario que la ciencia construya relaciones con actores sociales clave. Sin embargo, tales relaciones suelen generar conflictos de interés o situaciones de interferencia de la entidad financiadora en los procesos y resultados científicos. Este trabajo presentará percepciones de académicos acerca de esas situaciones y respecto a la ausencia de regulación, así como los daños sociales que generan dichas situaciones. Se discutirá la necesidad de profundizar en estudios acerca de los conflictos de interés y de interferencia, y se presentarán dimensiones de la ciencia que quizás permiten estos comportamientos y situaciones.

Palabras-clave : ciencia; conflictos de interés; fraude científico.

Introdução

O caso Cambridge Analytica abalou, recentemente, o mundo político, empresarial e científico. Veio iluminar aquilo que era até ao momento uma enorme caixa negra onde se urdiam relações entre a investigação científica, os objetivos lucrativos de empresas dedicadas ao uso de *Big Data*, e a alegada manipulação de processos e resultados de algumas das mais importantes eleições do século XXI.

No entanto, a situação revelada sobre a Cambridge Analytica não é a única onde surgem indícios sobre a existência de situações que são comumente designadas como conflitos de interesse (CdI) entre a investigação científica e as entidades diretamente interessadas na obtenção de concretos resultados científicos. Situação idêntica foi já identificada, como se verá adiante, nas relações existentes entre investigadores na área da economia, seus interesses, intervenção em políticas públicas e trabalho junto de

entidades económicas e financeiras. Estas terão tido um massivo impacto naquilo que se veio revelar como a mais grave crise financeira de sempre.

Posto isto, o presente artigo pretende debruçar-se sobre as relações de interferência e de ambivalência, ou seja CdI não divulgados entre a investigação científica e as entidades públicas ou privadas que a financiam. Ainda que se trate apenas de uma das dimensões da referida caixa negra, torna-se essencial pugnar por uma análise mais sistemática deste fenómeno por razões que serão melhor desenvolvidas abaixo e que, no geral, podem produzir graves danos sociais.

O argumento central deste artigo é o de que a atual configuração da ciência nos países ocidentais modernos, marcada pela ausência de recursos materiais, precariedade laboral e busca do impacto social, contém em si o risco de um aumento das relações de interferência das entidades públicas ou privadas nos produtos e processos científicos. O financiamento por estas providenciado, numa época de limitados recursos, pode conduzir a uma permeabilidade dos investigadores e conseqüente submissão das suas práticas a lógicas de resposta ao mercado e às pressões das entidades financiadoras. Simultaneamente, tais entidades podem sentir-se legitimadas a interferir no processo e nos produtos científicos em busca de uma ciência “à medida” dos seus interesses e objetivos.

De seguida serão apresentadas as definições de CdI usadas na literatura científica, bem como dados sobre a sua frequência, características e relação com outros atos de fraude científica. Serão, depois, oferecidos dados empíricos resultantes de um estudo da autora sobre perceções dos académicos e regulação da fraude científica, na Europa, onde ficará patente qual é, para uma amostra de académicos europeus, a relevância do tópico dos CdI. Os resultados revelam ainda as divergências atualmente existentes entre as perceções dos académicos acerca da gravidade dos CdI e os poucos esforços de regulação ou problematização destas situações.

Finalmente, serão identificadas algumas das características referentes ao contexto organizacional e profissional atualmente impostas a investigadores europeus, à limitada disponibilização de recursos financeiros para a investigação científica, sua comercialização e utilidade social procurada. É neste contexto, aparentemente em curso nos países ocidentais modernos que se pretendem constituir como “sociedades do conhecimento”, que têm que ser analisados os casos de CdI e os danos sociais daí decorrentes. Tal poderá permitir uma reflexão fundamentada sobre o modelo de ciência pretendido nas sociedades atuais, bem como sobre os tipos de relações tecidas com a sociedade que, em última análise, deve efetivamente beneficiar do trabalho científico.

Investigação científica, conflitos de interesse e uma torre

A investigação científica pode assumir múltiplas formas, usar variadíssimos métodos e inquirir tópicos tão diversos que vão desde as partículas quânticas ao crime. O fim da investigação científica poderá ainda diferir consoante o posicionamento epistemológico de quem a produz, mas, em termos sociológicos, é sobejamente conhecida a conceção de Merton (1973) segundo a qual o *ethos* científico é a procura de conhecimento. Este conhecimento seria produzido no cumprimento dos princípios do desinteresse pessoal do cientista, do espírito de comunidade e de partilha do conhecimento entre pares, do ceticismo organizado e do universalismo. Tal implicaria que as bases do empreendimento científico seriam, no fundo, os valores da democracia e da meritocracia.

Ora, esta conceção da busca do conhecimento como fim em si mesmo, de forma aparentemente desligada das preocupações e vivências quotidianas dos cidadãos e de grupos sociais específicos, tem sido amplamente criticada. Não é tão relevante determinar se esta crítica é ou não fundamentada, mas antes cumpre verificar que o mito da “torre de marfim” é ainda amplamente usado como crítica a uma investigação científica desligada do mundo real e considerada irrelevante (Shapin, 2012). Contra-argumenta-se atualmente com a necessidade de a comunidade científica se conectar aos verdadeiros problemas a ser resolvidos: “*We are no longer in our ivory towers; we are a central part of the globalisation and rapid transformation (...) and we will have to engage with politics and with a predatory private sector if we are to maintain academic values and to contribute to the improvement (...) of our societies*” (Floud, 2004:41).

Tais exigências acabam por plasmam-se, de há uns anos a esta parte, em exigências de criação (e prova dessa criação) de impacto social mensurável. O modelo de avaliação Research Excellence Framework (REF), implementado no Reino Unido em 2014, faz depender a atribuição de financiamento às instituições de investigação da prova dos benefícios do investimento público através do impacto nas práticas sociais. Modelos semelhantes estão igualmente em utilização noutros países, como sucede com o Social Impact Assessment Methods for research and funding instruments through the study of Productive Interactions between science em Society (SIAMPI), aplicável à Holanda, Espanha, França, Noruega e Reino Unido. Finalmente, de especial relevo para a investigação em Portugal, o 7º Programa Quadro da União Europeia prevê o Evaluating Impact and Outcomes of EU SSH Reserarch (IMPACT-EV) e um dos atuais critérios da Fundação para a Ciência e Tecnologia na avaliação de unidades de I&D é o impacto dos outputs científicos, tecnológicos e culturais.

Já ficou claro que o presente texto não se ocupará com a determinação da justeza da crítica da torre de marfim da ciência e, do mesmo modo não se ocupará da maior ou menor adequação dos modelos propostos para a avaliação do impacto social da investigação científica¹. O objetivo é o de chamar a atenção para os perigos potencialmente decorrentes de uma excessiva abertura da investigação científica a determinados atores e problemas sociais, mormente por via de CdI não publicitados entre investigação científica e as entidades públicas ou privadas que a financiam. Não apenas porque a não publicitação de CdI pode conduzir a uma desconfiança generalizada sobre o trabalho dos investigadores, como porque, simultaneamente, tal pode permitir que as entidades que financiam a investigação tentem interferir nos processos e produtos científicos.

Algumas situações sobre os danos de tais situações de CdI e interferência têm já sido analisados ou trazidos a público. Até mesmo a imprensa dita generalista tem chamado a atenção para casos nos E.U.A onde elites económicas, na veste de mecenas, investem na investigação científica decidindo assim quem é financiado e pode, portanto, realizar investigação, bem como que tópicos são estudados. Também o recente escândalo relacionado com a Cambridge Analytica, já referido, revela o uso indevido, pela empresa, de dados de perfis de utilizadores do Facebook obtidos através de uma aplicação móvel criada por Kogan, investigador da Universidade de Cambridge (Weaver, 2018). O objetivo terá sido o de usar tais dados e informações sobre as preferências de potenciais eleitores para alegada manipulação dos comportamentos de voto das últimas eleições nos E.U.A no Reino Unido, as mesmas que vieram dar lugar à eleição de D. Trump e a vitória ao Brexit (Adams, 2018; Cadwalladr e Graham-Harrison, 2018).

Outras notícias revelam que a *Google* terá pago, secretamente, 5.000 a 400.000 dólares a académicos para estes ajudarem a impedir alterações às regulações de mercado que mantêm o domínio da empresa (Mullins e Nicas, 2017). Casos na indústria alimentar também vieram revelar que a investigação científica financiada pelas marcas que produzem os alimentos cujos efeitos se pretende averiguar, conduzem a resultados científicos que omitem ou mascaram as verdadeiras consequências nocivas para a saúde dos consumidores (Belluz, 2016).

Algumas análises foram realizadas ao conflito de interesses entre economistas de reconhecidas universidades norte-americanas e o apoio dado pelos mesmos a uma

¹ Para uma visão geral dos modelos de avaliação da excelência e do impacto social especificamente nas ciências sociais e humanidades, vejam-se alguns dos resultados da iniciativa European Network for Research Evaluation in the Social Sciences and Humanities (ENRESSH): <http://enressh.eu/>.

série de iniciativas públicas de desregulação do sistema financeiro nos EUA que se suspeita tenham, em última análise, conduzido à que terá sido a mais grave e perigosa crise financeira internacional desde sempre, a de 2008 (Wilson e Grant, 2012). Estudos realizados mostram que as relações próximas entre, de um lado, um conjunto de economistas e, do outro, entidades de supervisão financeira, decisores políticos, fundos de investimento ou entidades bancárias, envolveram CdI não divulgados. Carrick-Hagenbarth e Epstein (2012) revelam que, numa amostra de 19 desses economistas, 15 trabalhavam simultaneamente em universidades e em instituições financeiras privadas, e, destes, a grande maioria não revelou essas mesmas ligações em publicações científicas, artigos de jornal ou entrevistas mantendo, portanto, oculto o seu duplo papel de académicos e de peritos contratados. Simultaneamente, os académicos que defendiam teorias opostas à desregulação dos mercados científicos, eram menos valorizados como especialistas a ser consultados em matéria de regulação financeira (Ferguson, 2012).

Conflitos de interesse: práticas questionáveis na investigação, ou corrupção?

Para o International Committee of Medical Journal Editors², existe um CdI quando o juízo profissional acerca de um interesse primordial, como seja o bem-estar de pacientes, pode ser influenciado por um interesse secundário, por exemplo o ganho financeiro. Segundo o mesmo Comité e outros autores, ainda que tais conflitos possam ser frequentemente motivados por razões financeiras, existem outras fontes de conflito, sejam elas pessoais ou organizacionais (relações pessoais, interesses comerciais, rivalidades, ideologias) e desenvolvem-se no contacto com entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos (Carrick-Hagenbarth e Epstein, 2011; Claxton, 2007; McHenry e Jureidini, 2008). Os CdI podem, portanto, predispor “(...) *an individual or organization to exploit a professional or an official capacity in some way for personal or organizational benefit*” (Claxton, 2007:558) e, desse modo, atuar de modo enviesado acerca dos interesses que deve defender e lhe são funcionalmente atribuídos.

Tal viés pode ter consequências no tipo, qualidade ou risco decorrente do consumo de produtos comercializados e promovidos; na orientação, objetivos e prioridade de políticas públicas; nos tópicos de investigação considerados prioritários;

² Disponível em <http://www.icmje.org/recommendations/browse/roles-and-responsibilities/author-responsibilities--conflicts-of-interest.html>, consultado a 24.5.2018.

ou nas populações ou grupos sociais a serem protegidas, intervencionadas ou alcançadas. Tanto mais quando tal viés não é publicamente conhecido, como sucede nos casos de CdI não declarados, e os utilizadores da ciência não conseguem, por falta de transparência e de informação, fazer escolhas esclarecidas sobre o que consomem, as consequências das políticas públicas que pretendem eleger, os riscos adscritos a determinadas atividades, entre outras.

A promoção do interesse privado sobre o interesse adscrito à função publicamente reconhecida (por exemplo, a de académico) e aquela ausência de transparência, transporta os CdI não declarados para dentro do campo de comportamentos potencialmente considerados fraude científica (por exemplo, Barr, 2007) ou, de forma mais ampla, para o âmbito de comportamentos corruptivos. Por isso, não será de espantar que a Transparency International, uma das ONGs mais conhecidas na mensuração das perceções sobre a corrupção, se refira aos CdI. Nem tampouco será de espantar que alguns académicos coloquem a situação de CdI numa lista ampla de comportamentos fraudulentos na ciência, a par do nepotismo, favoritismo ou corrupção (Thompson, 2002).

Concretamente (e visto que as causas pessoais são mais difíceis de discernir) podem existir situações não divulgadas de CdI entre o investigador, ou a instituição de investigação, e a entidade que financia essa investigação, seja ela pública ou privada, um ministério ou uma empresa. Estas situações podem acabar por enviesar os juízos dos investigadores sobre o seu trabalho de investigação, eventualmente conduzindo a que alterem procedimentos metodológicos, adulterem dados ou mascarem resultados da investigação, em troca da obtenção ou manutenção de financiamento. Subordinam, deste modo, o seu interesse primeiro, a sua obrigação de condução de uma investigação norteada pelas melhores práticas científicas e de acordo com o estado do desenvolvimento metodológico e teórico, a um interesse privado ou organizacional de obtenção de recursos financeiros. Sacrificam, portanto, as boas práticas éticas e metodológicas, bem como valores tradicionalmente adscritos à atividade científica – liberdade, desinteresse e autonomia – à obtenção de recursos materiais, para si ou para a instituição.

Vários têm sido os autores que se vêm debruçado sobre CdI (Campbell *et al.*, 2004; Claxton, 2007; Edmond, 2008; Elliott, 2008; Lipton, Boyd e Bero, 2004; Resnik e Shamoo, 2002; Tereskerz, 2003). No entanto, no melhor do conhecimento da autora, existem ainda poucos estudos empíricos sobre o fenómeno. Dos estudos existentes, um terço da amostra de investigadores em Fanelli (2009) e 15,5% da amostra em Martinson, Anderson e de Vries (2005, cit. in Duval e Heilbron, 2006)

admitiu ter realizado um conjunto de práticas questionáveis, incluindo a alteração do desenho, metodologia ou resultados da investigação em função da pressão exercida pela entidade financiadora do estudo. Há ainda quem entenda que os CdI podem estar ligado a outras práticas problemáticas na investigação científica, como seja a autoria-fantasma (McHenry e Jureidini, 2008).

O âmbito dos CdI que mais tem merecido atenção ocorre no âmbito da investigação médica na relação com a indústria farmacêutica. Os potenciais danos e riscos na saúde e na vida de pacientes, bem como o lucro das empresas farmacêuticas, têm permitido que estas relações sejam escrutinadas com algum grau de pormenor. As ligações comerciais da investigação clínica e médica sucede porque, precisamente, são as empresas farmacêuticas que financiam ensaios clínicos sobre novos medicamentos e tratamentos, mas também patrocinam conferências e encontros médicos, interessadas como estão em aumentar vendas ou eliminar a concorrência (Abraham, 1994; Dinan *et al.*, 2006; Laskai, 2016; McHenry e Jureidini, 2008; para nomear apenas alguns).

Campbell *et al.* (2004), através de um conjunto de entrevistas, revelam que a forma mais comum de CdI entre a academia e a indústria acontece quando os académicos ocupam, simultaneamente, lugares de consultores, peritos, associados ou de membros de direção em empresas. Tal, por seu turno, permite a obtenção de mais financiamento ou melhores recursos materiais para a organização de investigação, bem como formas de promoção profissional do académico. Mas os maiores perigos decorreriam, segundo os entrevistados, das situações em que os investigadores acumulam salários como consultores em empresas, ou das situações em que os investigadores preferem realizar estudos sobre um tipo de fármaco (e não outro) porque recebem financiamento da empresa farmacêutica que o promove.

São ainda mais raros os estudos referentes à deteção e censura, ou reação social negativa, aos CdI. Dinan *et al.* (2006) revelam que, nas organizações de investigação, os responsáveis pela deteção de potenciais CdI e aplicação das respetivas sanções ou medidas não fazem coincidir a prática com as políticas institucionais formais, antes discordando das mesmas e pondo em funcionamento prática informais alternativas. Esta aparente apatia, ou expressa discordância das regras, no que toca à reação social negativa, pode prender-se com o facto de os CdI apenas muito raramente figurarem na lista de comportamentos considerados efetivamente fraudulentos na ciência e serem, por isso, considerados menos gravosos do que o plágio, por exemplo.

Efetivamente, a leitura dominante durante muitos anos foi (e continua a ser, até certo ponto) a de que a fraude científica, a *research misconduct*, ou *scientific misconduct*, é composta pela tríade FFP: fabricação (invenção) de dados, falsificação

(alteração) de dados e plágio. No entanto, cada vez mais autores remetem para a necessidade de abrir aquele âmbito para incluir como fraude científica um amplo leque de práticas de investigação questionáveis, ou *questionable research practices* (Faria, 2015). Aqui se incluíam situações como a autoria honorária, a exploração de subordinados, a seleção de dados e os CdI, entre outros. A falta de consenso na literatura, a fragmentação e multiplicidade de comportamentos que podem, ou não, ser considerados fraudulentos ou questionáveis exige, tal como defendido acima, que o tópico acerca dos CdI entre a investigação científica e as entidades que a financiam seja autonomizado e alvo de análise empírica sustentada e continuada.

Conflito de interesses: entre ambivalência e interferência

No âmbito de um estudo mais amplo que pretendeu averiguar das perceções dos académicos europeus sobre a fraude científica, bem como dos modos de regulação dessa mesma fraude por parte de instâncias supranacionais, foram analisadas as situações de CdI (Faria, 2018). Vinte e sete académicos, provenientes de diferentes áreas científicas e países europeus, foram entrevistados e questionados acerca das suas perceções sobre frequência, gravidade e deteção das situações de CdI. Simultaneamente, foi realizada uma análise documental a 13 documentos de regulação da fraude científica, publicados pela OCDE, Comissão Europeia (CE) e da European Science Foundation (ESF)³, onde se pretendeu analisar os modelos de controlo social que, desde 2000, têm sido negociados e propostos para evitar, detetar ou sancionar aquelas situações. De seguida serão apresentados os resultados considerados mais relevantes para a compreensão do que são os CdI, seus mecanismos, bem como os processos de regulação ou controlo social postos em funcionamento.

No estudo mencionado, e após a análise das entrevistas, foi possível identificar um forte padrão de interações entre os investigadores, as organizações onde a investigação se realiza e outras entidades externas. Estas podem ser de cariz público ou privado, ou, no fundo, quaisquer entidades que estabelecem contactos com cientistas em vista da resolução de um problema, estudo de um fenómeno ou avaliação de práticas. Usualmente, estas mesmas entidades oferecem financiamento, ou recursos, para que tal estudo ou avaliação venha a suceder. Tal como já indicado acima, esta

³ Atualmente, as tarefas realizadas pela European Science Foundation, nomeadamente em termos de integridade na investigação, são realizadas pela designada Science Europe: <https://www.scienceeurope.org/>.

interconexão entre ciência e sociedade tem sido, crescentemente, um objetivo e, em si mesmo, nada tem de problemático.

No entanto, as percepções dos académicos remetem para situações em que a prática científica e a liberdade e autonomia do cientista podem ficar maculadas, ou em que, ao menos, suspeitas dessa mácula podem ocorrer. Tal pode tomar duas formas: ambivalência, quando não é claro qual o papel funcional em que o investigador está investido; e interferência, quando a entidade que financia o estudo exerce pressão para que se alterem procedimentos e metodologias científicas, podendo mesmo censurar ou desacreditar os resultados científicos.

Do total das entrevistas, 11 sujeitos expressaram ter tido conhecimento de situações de ambivalência, nas quais colegas exerceriam, cumulativamente, tarefas de académicos e funções em entidades públicas (6) ou privadas (5): “*and they change their hats boths sides*” (entrevistado)⁴. Estas parecem ser situações usualmente consideradas na literatura como CdI, em que um académico desenvolve simultaneamente atividades de investigação e de consultor numa entidade externa. Em consonância com a literatura que foi apresentada acima, também neste trabalho empírico se regista o facto de os entrevistados, quando questionados sobre estas situações, terem atitudes de censura quando não é claro para a comunidade científica, ou para o público, em que papel está o indivíduo em cada uma das suas atividades.

Surge, por isso, uma desconfiança face a quem persegue interesses que podem ser, eventualmente, conflituantes, sem que a necessária publicidade ou divulgação da situação seja feita. Os entrevistados manifestaram, portanto, a sua dúvida acerca da capacidade dos colegas nesta situação conseguirem manter a sua liberdade e autonomia académica. O que é mais, em virtude destas relações de proximidade com entidades externas, foi referido nas entrevistas que os indivíduos poderiam, deste modo, beneficiar de um acesso diferencial a recursos, oportunidades e recompensas simbólicas. Seriam disso exemplo um acesso privilegiado aos *media*, convites para conferências, ou mesmo acesso facilitado a fontes de financiamento. No fundo, uma sobrevalorização face aos colegas que não beneficiam de tais relações e onde, portanto, o valor e relevância do trabalho de investigação poderá provir mais destes contactos com o exterior, do que propriamente do mérito científico e excelência dos seus projetos de investigação.

Ainda que os sujeitos entrevistados considerassem importante o contacto entre a ciência e a sociedade, cientes do prestígio e relevância de tais situações de

⁴ Nesta secção são apresentadas algumas transcrições relevantes das entrevistas conduzidas.

interconexão com entidades externas, não deixaram, no entanto de que referir que tal importância só pode acontecer “*as long those are not promiscuous relationships*” (entrevistado) e que, portanto, estas situações devem ser devidamente divulgadas. Tal permitiria evitar o surgimento de suspeitas de interesses conflitantes, ou CdI, na mesma pessoa.

13 entrevistados referiram também situações de interferência por entidades públicas e privadas (8 e 5, respetivamente), num total de 16 situações experienciadas ou percecionadas. Destas, a análise das entrevistas permitiu perceber que a interferência pode acontecer em vários passos do processo de investigação. Na fase inicial, no momento da proposta acerca dos tópicos que vão ou não ser financiados, ou qual será exatamente a questão de investigação. Esta situação é recebida sem questionamento por alguns académicos mas para outros, pelo contrário, pode ser já uma intromissão numa das suas tarefas profissionais: “*some of them find it is the responsibility of the government body to formulate the research question whereas this, for [other] academics, this is exactly what an academic should do*” (entrevistado).

As situações de interferência por parte das entidades que financiam a investigação podem ainda verificar-se noutros momentos do processo. Podem suceder durante o desenho da investigação, nomeadamente porque a entidade que financia o estudo pretende que se usem específicos métodos, ou que sejam incluídas ou excluídas determinadas amostras. A reação dos académicos pode, também aqui, ser de aceitação do que é “*encomendado*” por quem fornece o financiamento, ou pode centrar-se na busca de lacunas que lhes permitam manter o controlo do processo científico ou a sua autonomia.

Foram referidas, nas entrevistas, experiências de interferência da entidade financiadora durante a fase de análise de dados, situações que levantam questões sobre integridade científica, já que os entrevistados mencionaram episódios em que lhes foi pedido, ou a colegas, que alterassem dados que pareciam não satisfazer as pretensões da entidade financiadora: “*they wanted us to manipulate figures*” (entrevistado). Noutros casos, a ingerência no processo de investigação manifestou-se durante a fase de publicação ou de publicitação dos resultados. Pode acontecer, segundo os relatos obtidos, que as entidades financiadoras considerem que os resultados obtidos são prejudiciais para as suas políticas públicas, seus propósitos comerciais ou para a sua imagem pública e procurem, por isso, evitar a sua disseminação de modo a impedir publicidade negativa: “*they are so afraid that the results will be turned against them*” (entrevistado). Neste ponto, como será fácil de entender, as entidades que financiam os projetos podem acabar por tentar impedir, limitar ou censurar aquele que é um dos

principais objetivos para os académicos: publicar e disseminar resultados.

A análise realizada às entrevistas permitiu ainda identificar situações de interferência durante a redação de relatórios, pedindo-se ao investigador a alteração de frases ou a eliminação de dados fazendo perigar, deste modo, o processo de interpretação dos mesmos. Os casos recontados parecem ser bastante claros em termos das exigências feitas aos entrevistados: “*They plainly wrote me a letter with four pages with ‘in this image we don’t like this sentence, and we would like that sentence out’*” (entrevistado). Alternativamente, as entidades que financiam a investigação podem pressionar no sentido da obtenção rápida e superficial de resultados, ou a sobrevalorização de resultados preliminares. O sentido destas pressões parece ser o da maior rapidez na comercialização de resultados ou na adesão a políticas públicas, mas pode estar a impedir a análise maturada e crítica dos produtos da investigação.

Face às situações de interferência, os investigadores podem, como já vimos, aceitar alguns dos pré-requisitos da entidade financiadora, como seja o tópico de investigação, a questão de investigação ou eventualmente o desenho ou facetas da mesma. Podem ainda tentar negociar o que é pretendido pela entidade financiadora, por exemplo, alertando para o perigo de eliminar resultados de investigação, discutindo passo a passo os resultados obtidos, permitindo alteração de redação nalguns pontos do relatório.

No entanto, as experiências mais marcantes, pelo menos no conjunto das entrevistas realizadas no estudo mencionado, advêm de tentativas de resistência às invetivas exteriores. As consequências à resistência da interferência imposta pelas entidades financiadoras podem revelar-se bastante graves para as vidas profissionais e pessoais dos académicos que tentam assegurar uma margem de autonomia científica. Foram mencionados casos de tentativas de descrédito da investigação e do investigador (e, conseqüentemente, da equipa de investigação), e de cancelamento dos contratos com ameaça de fim ou não renovação do financiamento. Nestes casos mais graves, as consequências na carreira dos indivíduos e departamentos de investigação alocados ao projeto serão relativamente fáceis de antever, especialmente quando a situação de dependência é vincada e inexistem fontes alternativas relevantes de financiamento: dissolução de grupos de investigação, despedimentos ou suspensão das tarefas por falta de recursos, fim de publicações e consequências nas hipóteses de progressão profissional.

No geral, os académicos entrevistados não criticam explicitamente a possibilidade de negociação das situações de interferência, especialmente devido ao facto de não existirem regras claras, escritas ou implícitas nas práticas quotidianas,

sobre como proceder em casos semelhantes. Se é certo que os investigadores abraçam uma obrigação de meios, como seja empregar as melhores práticas científicas e regras éticas, submissão ao processo de *peer review*, cumprimento estrito de questões metodológicas e outras, já as entidades financiadoras podem associar à atividade científica uma obrigação de fins. Tal fará com que considerem as tarefas de investigação de modo utilitário, por exemplo, para obtenção de um dado resultado pré-pretendido desde início, em vez de as verem como um modo de produzir conhecimento pelo valor do próprio conhecimento. Ou, como explica um dos entrevistados, “*companies [are] interested in having some support to complete their activities, because they can prove there was research. Politics, I think the same, to legitimate politics and also on the streets to have more support*” (entrevistado).

Ora, as organizações científicas parecem ser mudas no que toca às responsabilidades destas entidades externas no contacto com a atividade científica. E se alguns académicos sentem que não querem abdicar de determinadas margens de autonomia profissional e liberdade científica, admitem simultaneamente um desconhecimento, inexistência ou ineficácia de regras ou limites que os protejam destas formas de pressão externa, ou que exijam modos de publicitação de potenciais CdI. No caso em que os investigadores procuram resistir ou afastar-se dessas pretensões, as consequências negativas podem ser muito reais nos seus planos profissionais de curto ou longo prazo. Os resultados da análise realizada às entrevistas sugerem que, pelo contrário, a cultura organizacional da ciência atual promove a busca de financiamentos autónomos, o diálogo com stakeholders e consumidores da ciência, e a abertura de mercados para os produtos científicos. O que pode conduzir ao sacrifício de parcelas de autonomia científica e, eventualmente, promover CdI e ambiguidade nos académicos acerca de quais são os seus princípios norteadores: o conhecimento ou o financiamento?

Deste modo, nos casos em que a ambivalência ou a interferência acontecem, poucas ou nenhuma consequências negativas nos foram reveladas pelos entrevistados, exceto nos casos em que o investigador procura resistir a situações de interferência. Neste caso, como já mencionado, podem sofrer retaliações pessoais, profissionais e científicas por parte da entidade financiadora. O que significa, em bom rigor, que se os ónus da integridade, rigor e ética são usualmente impostos sobre o investigador, já as responsabilidades da organização da investigação são diminutas ou mesmo inexistentes, no caso das entidades externas que interferem no processo de investigação ou beneficiam de CdI não publicitadas.

Efetivamente, os resultados do estudo realizado sobre a fraude científica e

cujos resultados parcialmente aqui se apresentam, permitiu ainda analisar de que modo e em que medida instituições supranacionais que chamam a si a regulação da atividade científica e a promoção da integridade e ética na investigação, constroem as situações descritas pelos investigadores. Estas, como vimos, podem ter consequências não despididas na integridade do processo e dos resultados científicos, bem como na confiabilidade alocada aos pares, ou ainda ter efeitos nefastos nas vidas e percursos profissionais dos investigadores e grupos de investigação.

A OCDE, a Comissão Europeia e European Science Foundation-ESF produziram, a partir de 2000, uma série de documentos, códigos e orientações que tentam promover a integridade científica, regulando comportamentos considerados fraudulentos ou problemáticos. No tocante ao CdI e situações de interferência, o conjunto de 13 documentos analisados é amplamente omissivo. As grandes preocupações prendem-se com a regulação dos comportamentos FFP (fabricação e falsificação de dados, e plágio) e raramente com outras práticas questionáveis, mas sempre de modo bastante incoerente. Esta incoerência encontra-se quer entre as instituições que produzem esses documentos, quer no seio da mesma instituição ao longo do tempo (Faria, 2018).

Do total de 13 documentos sob análise no estudo aqui sintetizado, apenas 3 referem expressamente a necessidade de prevenir o conflito de interesses, mencionando-se, num dos documentos produzido pela OCDE, a representação enviesada ou ocultação de resultados de investigação, bem como outras situações desde que causadas por pressões externas sobre os cientistas e as organizações de investigação, especialmente na interface entre interesses de investigação e interesses políticos, económicos ou militares. Enquanto os documentos produzidos pela ESF registam as duas restantes referências a estas situações, as orientações da Comissão Europeia são perfeitamente omissas quanto às mesmas.

Significa isto que as situações que têm sido descritas até aqui parecem ser de menor relevância, por comparação com outras formas de comportamento fraudulento ou questionável na investigação científica, nomeadamente a fabricação, falsificação e manipulação de dados, ou infrações aos direitos de autor onde se incluem várias formas de plágio. O que não é irrelevante, já que o movimento de regulação da atividade científica e promoção de integridade na investigação tem ganho dimensão e impulso nos últimos anos, nos E.U.A (Steneck, 2006) e na Europa (Godecharle, Nemery e Dierickx, 2014).

Um dos grandes objetivos deste processo de regulação é o de garantir aos utilizadores da ciência, incluindo cidadãos, empresários, decisores políticos, que a

atividade científica é apoio seguro e confiável na tomada de decisões políticas ou económicas. Servem também aqueles documentos para suportar a abertura da European Research Area (ERA), um mercado único europeu para a circulação de investigadores, dados e resultados da atividade científica. O mercado único europeu exige que, no espaço europeu, existam standards sobre o que é ou não fraude científica e como deve ser evitada. Os resultados sugerem que a pressão por entidades financiadoras e o conflito de interesses não entram necessariamente nesse entendimento comum do que deve ser censurável e evitável no atual projeto de exponenciação do desenvolvimento económico e social através do conhecimento científico.

Em suma, os Cdi são, na perceção dos académicos europeus entrevistados, situações complexas onde deixa de ser claro o objetivo principal do investigador (situações de ambivalência), ou onde as entidades financiadoras exercem pressão ou interferem diretamente para que os resultados da investigação secundem ou legitimem posicionamentos ou objetivos políticos ou comerciais (situações de interferência). Os académicos entrevistados referem ainda que estas situações podem trazer consequências ou danos graves para os investigadores e para a própria integridade científica, como sejam a retaliação em caso de não aceitação da interferência, ou o cometimento de comportamentos de fraude científica como, por exemplo, a manipulação de resultados. De acordo com as suas perceções e experiências, os entrevistados referem ainda que estas relações de proximidade são ativamente premiadas pelas organizações de investigação científica ou, ao menos, não problematizadas ou interpretadas como nocivas.

Esta ausência de consenso na interpretação de tais situações é ainda visível na análise realizada aos 13 códigos supranacionais de regulação da fraude científica e de promoção de práticas de integridade. Nestes, as situações de Cdi não são unanimemente construídas como práticas problemáticas, danosas ou não íntegras e a regulação é praticamente inexistente. Simultaneamente, o ónus da integridade científica repousa especialmente sobre o investigador individual e só muito raramente sobre o ambiente organizacional onde a investigação acontece. Em falta estão quaisquer regulações que incidam sobre entidades externas à atividade científica, como sejam precisamente as entidades financiadoras.

A secção seguinte pretende ajudar a esclarecer e fornecer hipóteses para compreender este fechar de olhos a situações que são percecionadas pelos investigadores, afinal, como danosas mas às quais, aparentemente, estão dispostos a ceder em troca de financiamento e manutenção de possibilidades de carreira. É o contexto científico atual que deve ser auscultado.

Ciência “à medida” ou ciência “para todos”?

Em 2000, precisamente no período que marca o aparecimento das acicatadas preocupações na Europa em torno da fraude científica, o discurso oficial da Comissão Europeia inclui a promoção de uma “sociedade e economia do conhecimento” e a criação de um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida. Esta “sociedade do conhecimento” vinha sendo desenhada já antes da declaração de Lisboa, revelando, segundo alguns *stakeholders* privilegiados como o Banco Mundial e a OCDE, o conhecimento como motor central do crescimento económico (Conceição e Heitor, 1999). Após estas declarações da estratégia de Lisboa, procurar-se-á, ainda abrir a já mencionada ERA, com objetivos de facilitar o intercâmbio de investigadores, processos e produtos da investigação⁵.

Naquela data, a Comissão Europeia passa a interconectar explicitamente o ensino superior e a investigação científica com a atividade económica privada e com o mercado de trabalho (Croché, 2009). Deste modo, quer as instituições de ensino superior quer, para o que aqui releva, as organizações onde se desenvolve a investigação científica tornam-se também instituições responsáveis pelo desenvolvimento económico europeu e pelo reforço da competitividade da Europa no mundo.

Ora, em termos científicos europeus, a entrada no século XX está marcada por incerteza, mudanças socioeconómicas abruptas, altos níveis de competição económica, recursos escassos e mais custos associados às tradicionais tarefas de investigação (Becher e Trowler, 2001), aprofundadas pela globalização. Esta globalização tem vindo a conduzir a uma ciência transgressiva e é, ao menos em parte, justificação para as exigências atuais em torno da integridade científica e a preocupação em torno da criação de regras e procedimentos standardizados que tornam a ciência confiável, num período em que o conhecimento pessoal, a revisão dos pares e a comunidade científica se devem adaptar a novas formas de viver o tempo e o espaço da investigação (Faria, 2018).

A ciência transgressiva remete para o facto de, desde a passagem para o século presente, ter vindo a aumentar a frequência com que se transgridem fronteiras nacionais e institucionais na circulação de investigadores e produtos das suas investigações, se transgridem áreas disciplinares e tradições científicas na construção de redes internacionais e projetos pluridisciplinares, se transgridem as fronteiras entre os setores público e privado no tocante ao ensino superior e investigação; se transgridem

⁵ Veja-se a este propósito o atual movimento de Open Science que pretende alterar o modo como o conhecimento é partilhado.

os objetivos, com as metas empresariais da eficácia, eficiência, *accountability* a serem migrados também para as instituições produtoras da ciência (Becher e Trowler, 2001; Faria, 2018).

Ainda que se reconheça o surgimento de oportunidades providenciadas pelas alterações descritas, surge, no entanto, um conjunto de novos constrangimentos nas características da ocupação profissional de investigador. Aqui, têm sido destacadas situações tais como: multiplicação de postos de trabalho científicos com contratos limitados e precários, salários baixos, progressiva diminuição de perspectivas de integração em carreiras profissionais estáveis, degradação das condições de trabalho, com consequente transferência de muitos das suas tradicionais áreas de atuação para gestores e administradores (Becher e Trowler, 2001; Belluz, Plumer e Resnick, 2016).

Simultaneamente, a mercantilização ou privatização da investigação científica passa a ser mais visível e as organizações vêem-se obrigadas a procurar novos “clientes”, lançando mão de atitudes *low-cost* e estratégias de marketing cada vez mais pronunciadas, numa forma de “capitalismo académico” e de menor dependência dos decrescentes financiamentos públicos para a investigação e inovação científica (Becher e Trowler, 2001; Lamborelle e Alvarez, 2016). As organizações de investigação mimetizam o comportamento de gestão estratégica de outras instituições ao mesmo tempo que impõem pressões sobre os investigadores no sentido de produzir mais intensamente, mais rapidamente, com menor risco (Conceição e Heitor, 1999; Faria, 2018)

Daqui resulta, de forma resumida, uma crescente pressão sobre os investigadores no sentido de manterem os seus postos de trabalho, obterem financiamento e publicarem, produzirem mais e mais celeremente (Anderson, Ronning, De Vries e Martinson, 2007). Acresce, ainda, um ambiente científico onde os recursos financeiros e materiais proporcionados pelos Estados são, no geral, limitados e onde, paralelamente, inexistem um amplo leque de alternativas para obtenção desses mesmos recursos. O que significa, no fundo, que os caminhos possíveis para publicação, produção científica, obtenção de dinheiro para equipamentos, livros ou colaboradores, são limitados e pouco generosos. Os dados atuais revelam que, em 2015, a taxa de sucesso das candidaturas a financiamento ao Horizonte 2020 se ficou pelos 14% – o que comprova os altos níveis de competição por recursos (Lamborelle e Alvarez, 2016).

Neste contexto, a elaboração de investigação a troco de financiamento, protocolada com entidades externas, públicas e privadas, pode ajudar a ultrapassar o suposto fosso existente entre a investigação e os “verdadeiros” problemas da sociedade.

Se a isto se adicionar um desconhecimento geral sobre as regras metodológicas e de integridade científica por parte de quem financia a investigação, podendo-a perspetivar como mais uma forma de fornecimento de serviços ou produtos, o CdI e a interferência poderão, afinal, fazer sentido como forma de “normalização do desvio” (Vaughan, 2007).

O que significa também que quando os objetivos de financiamento e de manutenção (ou melhoria) da carreira se tornam mais prementes do que os objetivos de integridade, não será surpreendente a existência de uma eventual permeabilidade dos investigadores e das organizações de investigação a situações de CdI e de interferência. O que não pode, no entanto, dar azo a tentativas de demonização do investigador individual, mas, pelo contrário, conduzir a uma reflexão sobre e eventual reforma do atual contexto cultural e organizacional científico. Deve ainda permitir que o diálogo com outros stakeholders se faça na base do respeito pelos princípios orientadores do rigor metodológico e teórico, da liberdade e da autonomia científica, em vez de se pensar que é possível uma “ciência feita à medida” de quem detém o financiamento.

Consentir numa permeabilização ou não censura da invenção ou da manipulação de dados, permitir-se a seleção dos resultados que interessa ou não divulgar, é, no fundo, potenciar práticas de fraude científica que têm sido amplamente criticadas. Implica impedir a reprodutibilidade de resultados, contaminar os registos científicos com publicações contendo dados ou resultados falsos ou pouco fiáveis, é influenciar práticas com base em investigação fraudulenta. Exemplo cabal e atual é o da famosa investigação de 1998, publicada por Wakefield e colegas na famosa *The Lancet*, apresentando resultados que indicavam a vacinação de crianças conduziria ao desenvolvimento de formas de autismo. E, apesar de o artigo ter sido retratado em 2004, tal não impediu o crescimento de um movimento geral de progenitores que se recusaram a vacinar as suas crianças com base nesta crença de que traria mais danos do que benefícios (Knoff, 2017).

E se, por hipótese, se considerar que os princípios do rigor metodológico ou os valores da liberdade e da autonomia científica são sacrificáveis, pense-se nas reais e potenciais consequências que advêm da subserviência (em vez de diálogo e co-construção) da ciência a entidades externas. No início deste artigo foram já alguns dados exemplos de impactos na saúde e qualidade de vida de comunidades em todo o mundo. Outros impactos decorrem dos desperdícios de recursos em investigação que não é fiável porque sofre de enviesamentos, ou porque é censurada e mantida secreta, sem o necessário escrutínio público. A exclusão da produção de conhecimento em torno

de problemas de comunidades que não são consideradas económica ou politicamente relevantes, como as comunidades socialmente marginalizadas, minorias étnicas, sem poder de compra ou em países em vias de desenvolvimento. As suspeitas em torno de uma ciência “comprada” por quem tem poder económico e político e que pode conduzir à perda ou enfraquecimento dos níveis de confiança na perícia científica por parte de eleitores, consumidores, trabalhadores, pacientes, que passam a realizar as suas escolhas com base em notícias falsas ou fontes de conhecimento não validadas e pouco confiáveis.

Os valores tradicionais da autonomia e a liberdade científica podem, na prática quotidiana e nos processos materiais de produção do conhecimento, levar a críticas, mais ou menos fundadas, como aquelas referentes à torre de marfim onde habitam os académicos. Mas podem também conduzir a resultados de investigação com impacto direto na vida (e no ambiente) de todos e de todas. Exemplo disso é a investigação realizada por uma pequena e parcamente financiada equipa da West Virginia University, nos EUA, que desmascarou as práticas fraudulentas e de poluição ambiental da Volkswagen sobre os seus carros a diesel (Oehmke, 2017).

Bibliografia

- ABRAHAM, John (1994), “Bias in Science and Medical Knowledge: The Open Controversy”, *Sociology*, 28 (3), pp. 717-736.
- ADAMS, Richard (2018), “Cambridge University asks Facebook for evidence about role of academic”, *The Guardian*, [Consult. a 24.5.2018]. Disponível em <<https://www.theguardian.com/uk-news/2018/mar/20/cambridge-university-asks-facebook-for-evidence-about-role-of-academic-alex-kogan>>.
- ANDERSON, Melissa S.; RONNING, Emily A.; DE VRIES, Raymond; MARTINSON, Brian C. (2007), “The Perverse Effects of Competition on Scientists’ Work and Relationships”, *Science & Engineering Ethics*, (13), pp. 437–461.
- BARR, Dana B. (2007), “Integrity in science”, *Journal of Exposure Science and Environmental Epidemiology*, 17, p. 123.
- BECHER, Tony; TROWLER, Paul. R. (2001), *Academic Tribes and Territories. Intellectual enquiry and the culture of disciplines*. Buckingham, The Society for Research into Higher Education & Open University Pres.
- BELLUZ, Julia (2016), “Food companies distort nutrition science. Here’s how to stop them”, *Vox*, [Consult. a 24.5.2018]. Disponível em <<https://www.vox.com/2016/3/3/11148422/food-science-nutrition>>.

- research-bias-conflict-interest>.
- BELLUZ, Julia; PLUMER, Brad; RESNICK, Brian (2016), “The 7 biggest problems facing science, according to 270 scientists”, *Vox* [Consult. a 24.5.2018]. Disponível em <<https://www.vox.com/2016/7/14/12016710/science-challenges-research-funding-peer-review-process>>.
- CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma (2018) “Cambridge Analytica: links to Moscow oil firm and St Petersburg university” *The Guardian*, [Consult. a 24.5.2018]. Disponível em <<https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-academic-trawling-facebook-had-links-to-russian-university>>.
- CAMPBELL, Eric *et al.* (2004), “Institutional Academic Industry Relationship: Results of Interviews with University Leaders”, *Accountability in Research*, 11 (2), pp. 103-118.
- CARRICK-HAGENBARTH, Jessica; EPSTEIN, Gerald A. (2012), “Dangerous interconnectedness: economists’ conflicts of interest, ideology and financial crisis”, *Cambridge Journal of Economics*, 36 (1), pp. 43–63.
- CLAXTON, Larry D., (2007), “A review of conflict of interest, competing interest, and bias for toxicologists”, *Toxicology and Industrial Health*, (23), pp. 557-571.
- CONCEIÇÃO, Pedro; HEITOR, Manuel V. (1999), “On the role of the university in the knowledge economy”, *Science and Public Policy*, 26 (1), pp. 37-51.
- CROCHE, Sarah (2009), “Évolution d’un projet d’Europe sans Bruxelles. Le cas du processus de Bologne”, *Éducation et Sociétés*, 2 (24), pp. 11-27.
- Dinan, Michaela A. *et al.* (2006), “Comparison of Conflict of Interest Policies and Reported Practices in Academic Medical Centers in the United States”, *Accountability in Research*, 13 (4), pp. 325-342.
- DUVAL, Julien; HEILBRON, Johan (2006), “Les enjeux des transformations de la recherche”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 4 (164), pp. 5-10.
- EDMOND, Gary (2008), “Judging the Scientific and Medical Literature: Some Legal Implications of Changes to Biomedical Research and Publication”, *Oxford Journal of Legal Studies*, 28 (3), pp. 523-561.
- ELLIOTT, Kevin C. (2008), “Scientific Judgment and the Limits of Conflict-of-Interest Policies”, *Accountability in Research*, 15 (1), pp. 1-29.
- FANELLI, Daniele (2009), “How Many Scientists Fabricate and Falsify Research? A Systematic Review and Meta-Analysis of Survey Data”, *PLoSOne*, 4 (5), pp. 1-11.
- FARIA, Rita (2015), “Scientific misconduct: how organizational culture plays its part”, *Tijdschrift over Cultuur e Criminaliteit*, 5 (1), pp. 38-54.
- FARIA, Rita (2018), *Research Misconduct as White-Collar Crime. A Criminological Approach*, London, Palgrave Macmillan - Springer Nature.
- FERGUSON, Charles (2012), “Heist of the century: university corruption and the financial crisis”, *The Guardian*, [Consult. a 24.5.2018]. Disponível em <<https://www.theguardian.com/education/2012/may/21/heist-century-university-corruption>>

- FLOUD, Roderick (2004), “In response to David Ward’s keynote presentation”, in *Charting the course between public service and commercialisation: prices, values and quality*, Turin, 3-5 Junho 2004 [consult. a 24.05.2018]. Disponível em <http://www.eua.be/eua/jsp/en/upload/Conf_proceedings_Turin_2004_web.1106833142750.pdf>.
- GODECHARLE, Simon; NEMERY, Benoit; DIERICKX, Kris (2014), “Heterogeneity in European Research Integrity Guidance: Relying on Values or Norms?”, *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, 9 (3), pp. 79-90.
- KNOFF, Alison (2017), “Vaccines do not cause autism: Pediatricians fight back against anti-science”, *The Brown University Child and Adolescent Behavior Letter*, 33 (S2), pp. 1-2.
- LAMBORELLE, Aymone; ÁLVAREZ, Laura F. (2016), “How much money goes into Europe’s universities?”, *Euractiv* [consult. a 24.05.2018]. Disponível em <<https://www.euractiv.com/section/education/infographic/how-much-money-goes-into-europes-universities/>>.
- LASKAI, Anna (2016), “Industry Influence in the Medical Profession: A qualitative research perspective”, *Kriminológiai Közlemények*, 76, [consult. a 24.05.2018]. Disponível em: <<http://www.kriminologia.hu/publikacio/kriminologiai-kozlemenyek-76>>.
- LIPTON, Shira; BOYD, Elizabeth; BERO, Lisa (2004), “Conflicts of Interest in Academic Research: Policies, Processes, and Attitudes”, *Accountability in Research*, 11 (2), pp. 83-102.
- MCHENRY, Leemon. B.; JUREIDINI, Jon N. (2008), “Industry-Sponsored Ghostwriting in Clinical Trial Reporting: A Case Study”, *Accountability in Research*, 15 (3), pp. 152-167.
- MERTON, Robert K. (1973), *The sociology of science. Theoretical and empirical investigations*, Chicago, The University of Chicago Press.
- MULLINS, Brody; NICAS, Jack (2017), “Paying Professors: Inside Google’s Academic Influence Campaign”, *The Wall Street Journal*, [Consult. a 24.5.2018]. Disponível em <<https://www.wsj.com/articles/paying-professors-inside-googles-academic-influence-campaign-1499785286>>.
- OEHMKE, Philipp (2017). “The Three Students Who Uncovered ‘Dieselgate’”, *Spiegel Online* [Consult. a 24.5.2018]. Disponível em <<http://www.spiegel.de/international/business/the-three-students-who-discovered-dieselgate-a-1173686.html>>.
- RESNIK, David B.; SHAMOO, Adil E. (2002), “Conflict of Interest and the University”, *Accountability in Research*, 9 (1), pp. 45-64.
- SHAPIN, Steven (2012), “The ivory tower: the history of a figure of speech and its cultural uses”, *The British Journal of the History of Science*, 45 (1), pp. 1-27.
- STENECK, Nicholas H. (2006), “Fostering Integrity in Research: Definitions, Current Knowledge, and Future Directions”, *Science and Engineering Ethics*, 12 (1), pp. 53-74.
- TERESKERZ, Patricia M. (2003), “Research Accountability and Financial Conflicts of Interest in Industry Sponsored Clinical Research: A Review”, *Accountability in Research*, 10 (3), pp. 137-158.
- THOMPSON, Bankole (2002), “Toward an understanding of academic deviance”, in *Gary W. Potter (org.)*,

Controversies in white-collar crime, Cincinnati, Anderson Publishing Co., pp. 73-84.

VAUGHAN, Diane (2007), “Beyond macro- and micro-levels of analysis, organizations and the cultural fix”, in *Henry N. Pontell e Gilbert Geis (orgs.), International Handbook of White-Collar and Corporate Crime*, New York, Springer, pp. 3-24.

WEAVER, Matthew (2018), “Cambridge University rejected Facebook study over ‘deceptive’ privacy standards”, *The Guardian*, [Consult. a 24.5.2018]. Disponível em <https://www.theguardian.com/technology/2018/apr/24/cambridge-university-rejected-facebook-study-over-deceptive-privacy-standards?CMP=share_btn_tw>.

WILSON, Graham K.; Grant, Win (2012), “Introduction”, in *Win Grant, Graham K. Wilson (orgs.), The Consequences of the Global Financial Crisis*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1- 14.

Rita Faria. Docente da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (Porto-Portugal). Investigadora do Centro de Investigação Interdisciplinar da Escola de Criminologia - Crime, Justiça e Segurança (CJS) - Escola de Criminologia (Porto-Portugal). Endereço de correspondência: Rua dos Bragas, 223, 4050-123 Porto – Portugal. Email: rfaria@direito.up.pt

Artigo recebido em 23 de janeiro de 2018. Publicação aprovada em 14 de agosto de 2018.

Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar

Paula Silva

Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto
Instituto de Investigação e Inovação em Saúde Universidade do Porto

Resumo

Habitualmente, a vivência do cancro pelos doentes não se reflete no compromisso biomédico em restabelecer a saúde. O artigo explora esta problemática pela análise de narrativas de doentes oncológicos, com recurso a uma estratégia de investigação-ação enquadrada numa abordagem contemporânea da *Grounded Theory*. Tal permitiu compreender a construção pessoal e social do cancro, bem como viabilizou a produção multidisciplinar de *booklets* sobre a doença. Foram realizadas 133 entrevistas semiestruturadas a doentes com câncros da mama, pulmão, cólon, esófago, próstata, tiroide, bexiga e estômago.

Palavras-chave: experiência da doença oncológica; biomedicina; *booklets* sobre cancro

Connaître la maladie: les patients à la première place

Resumé

Habituellement, l'expérience du cancer par les patients ne se reflète pas dans l'engagement biomédical à rétablir la santé. L'article explore ce problème en analysant les récits de patients atteints de cancer, en utilisant une stratégie de recherche-action dans une approche contemporaine de la théorie ancrée (*Grounded Theory*). Cela nous a permis de comprendre la construction personnelle et sociale du cancer, ainsi que la production multidisciplinaire de brochures sur la maladie. 133 entretiens semi-structurés ont été réalisés chez des patients atteints de cancers du sein, du poumon, du côlon, de l'œsophage, de la prostate, de la thyroïde, de la vessie et de l'estomac.

Mots-clés: expérience du cancer; biomédecine; livrets sur le cancer

Conocer la enfermedad: los pacientes en primer lugar

Resumen

Habitualmente, la vivencia del cáncer por los enfermos no se refleja en el compromiso biomédico en restablecer la salud. El artículo explora esta problemática por el análisis de narrativas de enfermos oncológicos, recurriendo a una estrategia de investigación-acción enmarcada en un abordaje contemporáneo de *Grounded Theory*. Esto permitió comprender la construcción personal y social del cáncer, así como viabilizó la producción multidisciplinaria de folletos sobre la enfermedad. Se realizaron 133 entrevistas

semiestructuradas a pacientes con cáncer de mama, pulmón, colon, esófago, próstata, tiroides, vejiga y estómago.

Palabras clave: experiencia del cáncer; biomedicina; folletos sobre cáncer

Knowing disease : patients first

Abstract

Frequently, patients' experience of cancer is not reflected in the biomedical commitment to restore health. The paper explores this issue by analyzing the narratives of cancer patients. It was used an action-research strategy in a contemporary approach of Grounded Theory. This allowed us to understand the personal and social construction of cancer, as well as enabled the multidisciplinary production of cancer booklets. 133 semi-structured interviews were conducted with patients with breast, lung, colon, esophagus, prostate, thyroid, bladder and stomach cancers.

Key words: experience of cancer; biomedicine; cancer booklets

Introdução

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2014), a avaliação do impacto da saúde engloba, entre outros determinantes, os contextos sociais, culturais, económicos e físicos, bem como os atributos pessoais. Emerge assim uma definição mais abrangente de saúde e doença, que reflete a «interpenetração das práticas médicas com as ciências da vida e do alinhamento de conhecimentos, práticas, instrumentos e formas de regulação associados à biologia e à patologia» (Nunes, 2006). A biotecnologia tem vindo a ganhar relevância neste domínio (principalmente por via da genética e da biologia molecular), criando espaço para incorporar na identidade do sujeito o que vários autores designaram por *biosocialidade* (Rabinow, 1996) ou *cidadania biológica*¹ (Petryna, 2004; Rose, 2007; Biehl e Moran-Thomas, 2009). Deste modo, o cunho marcadamente biomédico do conhecimento (Carapinheiro, 1986; Prior, 2003; Landzelius, 2006; Barbot, 2006; Cruz, 2007) passa a ter de considerar - numa amplitude diferenciada consoante o espaço e o tempo onde se desenvolve - a experiência da doença (Delbanco, 1992).

O novo paradigma conjuga as dimensões *disease* e *illness* (Kleinman *et al*, 1978; Kleinman, 1988)². «Nos estritos termos biológicos do modelo biomédico, este

¹ Também designada por cidadania médica, biocidadania, cidadania em saúde ou cidadania terapêutica (Mulligan, 2017).

² O psiquiatra Barahona-Fernandes traduziu o vocábulo *illness* por *dolência*, i.e., «o adoecer vivido como sofrimento» (Barahona-Fernandes, 1979).

facto significa que a doença é reconfigurada somente como uma alteração da estrutura biológica ou do seu funcionamento.» (Kleinman, 1988: 3-4). O autor considera, todavia, que sendo doença «(...) a experiência vivida da monitorização dos processos corporais (...), inclui a categorização e a explicação, de acordo com o senso-comum acessível a todos os leigos no grupo social, dos modos de sofrimento causados por esses processos patofisiológicos.» (Kleinman, 1988: 3-4). Nessa medida, «[n]a experiência humana inata dos sintomas e do sofrimento (...) deverão incluir-se os julgamentos dos doentes sobre a melhor forma de lidar com essa angústia e com os problemas de cariz prático que ela cria no quotidiano. (...)» (Kleinman, 1988: 5-6). A abrangência e o envolvimento que daqui resultam traduz-se no surgimento de novos grupos sociais e novas temáticas (Klawiter, 2008).

Este cenário de mudança reflete a multidimensionalidade material e simbólica do universo da saúde e da doença e corresponde à rutura com a tradicional assimetria da relação médico-doente, frequentemente pautada pela existência de um «fosso comunicacional» (Parsons, 1951). A nova arquitetura invoca duas ordens de grandeza para a construção de conhecimento: organizacional (designadamente das instituições de investigação científica e/ou prestadoras de cuidados de saúde) e relacional (entre agentes e atores e entre estes e os objetos tecnológicos).

A necessidade de vincular o progresso da biotecnologia e a afirmação do sujeito portador de enfermidade estabelece assim uma abordagem integrativa na abordagem da saúde/doença. Esta mudança de registo determina um rearranjo das dinâmicas internas das várias áreas disciplinares que intervêm naquele campo, e, paralelamente, uma recomposição dos conhecimentos e das competências dos seus múltiplos agentes. Destes, destacam-se os profissionais de saúde e os doentes, cujos papéis e interesses são diferenciados.

Em Portugal, a pluralidade de formas que a supremacia médica revela na prestação dos cuidados de saúde (Silva, 2011; Tavares, 2014) impede a desejável articulação entre os saberes biomédico e experiencial da doença. Este facto adquire maior notoriedade na doença oncológica, como resultado da trajetória clinicamente mais bem referenciada que possui e que facilita o predomínio da narrativa médica. Tal conjuntura é potenciada por fatores de natureza biológica e social, nomeadamente a incidência mais elevada de cancro em faixas etárias avançadas (Globocan, 2012; Nolen *et al*, 2017) e o perfil marcadamente paternalista da relação médico-doente (Kaba e Sooriakumaran, 2007), em particular junto da população idosa. Acresce a este o facto desta categoria frequentemente possuir menores recursos pessoais, escolares, económicos e sociais, o que fomenta uma atitude de delegação no médico na condução

da doença³, e, por consequência, inibe a (co)gestão individual na respetiva história (Silva, 2013).

Saúde e doença constituem assim um universo que articula um sem-número de realidades materiais e simbólicas - entre outras, o corpo, a (s)subjetividade(s), a(s) reflexividade(s), as emoções e as perceções subjetivas de risco - cujo estudo torna necessária uma abordagem integrativa de todos os signos que se conjugam entre a disrupção e a irrupção de novas biografias (Bury, 1982)⁴. As novas constelações do conhecimento resultantes desta mudança determinam a existência de condutas interativas na alocação de um recurso escasso como são os cuidados de saúde, que se repercutem na organização social dos bens e serviços que lhes estão associados. No atual contexto de sociedades pautadas pela inovação, pelo conhecimento e pela heterogeneidade de formas de participação cívica⁵, os cuidados de saúde considerados como “bem”⁶ deverão promover uma transformação das relações entre os vários atores e agentes. No mapa das coordenadas possíveis, essa mudança poderá consistir numa inflexão, num deslocamento ou num descolamento.

A complexidade desta disposição apresenta o seu expoente máximo no cancro. Começaremos por explorar a etimologia da palavra.

1.1. O cancro

A palavra cancro remete para *karkinos* (em grego, caranguejo), cuja analogia com a configuração dos vasos sanguíneos circundantes a tumores, atribuída a Hipócrates (460-370 a.C.), continua a ser associada à representação da doença (Mukherjee, 2010; Sobrinho-Simões, 2014). A designação cancro, atribuída ao médico romano Celsus (28-50 a.C.), corresponde à tradução para latim de *karkinos* (Wagener, 2009). Galeno (130-200 d.C.) aplicou o termo *oncos* (em grego, inchaço) para descrever tumores; dele deriva *oncologia*, sinónimo de massa ou carga: «o cancro foi imaginado como

³ De todos os profissionais de saúde, nestes em particular.

⁴ Michael Bury considerou a artrite reumatoide (doença crónica) como o expoente máximo de uma experiência disruptiva, cujos efeitos se refletem na identidade do doente, alterando a sua biografia e *self*. Partilhamos esta noção no que ao cancro diz respeito.

⁵ Que expressam o papel diferenciado dos atores e agentes - singulares ou coletivos - e ocorrem na relação direta do contexto social, temporal, económico ou cultural. Contandriopoulos afirma que as relações de poder subjacentes ao fenómeno correspondem a “uma perpétua luta simbólica entre os agentes de modo a influenciar mutuamente as perceções correspondentes às suas respetivas posições e, mais globalmente, às suas perceções da realidade como um todo” (Contandriopoulos, 2004: 322).

⁶ O consumo da generalidade dos bens esgota-se no ato (Stiglitz, 2003), conquanto o dos cuidados de saúde se prolonga nos efeitos que gera. É esta a sua característica distintiva.

um fardo transportado pelo corpo» (Mukherjee, 2010: 47). As suas características biológicas mais distintivas consistem no facto de não respeitar fronteiras celulares e a necessidade de um hospedeiro para sobreviver (Kumar *et al.*, 2005; Sobrinho-Simões, 2010).

A doença oncológica constitui uma das principais causas de morte a nível mundial. Segundo a Globocan (entidade especializada em cancro da Organização Mundial de Saúde), em 2012 surgiram 14,1 milhões de novos casos e ocorreram 8,2 milhões de óbitos (destes, mais de metade nas regiões menos desenvolvidas do planeta)⁷. As projeções apontam para um crescimento de 19,3 milhões de novos casos anuais até 2025, essencialmente resultantes do aumento e envelhecimento global da população (Globocan, 2012). Segundo a Agência Internacional de Investigação em Cancro (IARC), este contexto invoca a necessidade de redução dos comportamentos de risco, através da adoção de medidas de prevenção e do diagnóstico precoce. Para além destas, a implementação de legislação restritiva da exposição a ambientes carcinogénicos foi também recomendada pela IARC (2014). No entanto, o sucesso desta iniciativa é considerado unicamente em função das atitudes e comportamentos individuais, excluindo desta forma a interferência dos fatores sociais e culturais que enformam as sociedades contemporâneas (nomeadamente as representações e práticas sobre o consumo). Do mesmo modo, não contempla a aleatoriedade própria ao cancro e, nessa medida, a influência não parametrizada dos fatores biológicos que influenciam a atividade dos genes. A este propósito, Susan Sontag afirma que na doença oncológica «o paciente é substituído pelo «não-eu» (...), o cancro é a doença do Outro» (Sontag, 2009: 77-78).

A Organização Mundial de Saúde engloba na definição de doença crónica todas as que não são transmissíveis, apresentam longa duração e progressão geralmente lenta. Incluem-se neste grupo as doenças cardiovasculares, as doenças respiratórias crónicas, a diabetes e o cancro (WHO, 2014). À caracterização biomédica de cronicidade (Güth *et al.*, 2010; Phillips e Currow, 2010) contrapõe-se a conceção leiga, associada sobretudo ao confronto com a morte. É no entanto recorrente para ambas a utilização de metáforas e eufemismos, de que constituem exemplos “doença má”, “doença prolongada” ou “luta contra o cancro”⁸. O recurso às primeiras foi alvo

⁷ Estes dados resultam de uma análise comparativa com 2008, em que se registaram 12,7 milhões de novos casos e 7,6 milhões de óbitos.

⁸ Em 1971, Richard Nixon e o congresso norte-americano declararam guerra contra o cancro - “War on Cancer” - pela atribuição de uma verba adicional de 100 milhões de dólares ao National Cancer Institute (NCI) destinada à investigação em cancro. O NCI integra o agrupamento National Institutes of Health (NIH), uma das 11 agências que compõem o Departamento Norte-Americano de Saúde e Serviços

de análise por Susan Sontag, para quem o léxico militar aliado ao cancro - “guerra química” ou “invasão”, “colonização” e “bombardeamento” (respetivamente para a ação da quimioterapia e radioterapia) - «assume um surpreendente tom literal e de autoridade» (Sontag, 2009: 77). Neste contexto, «a própria doença é concebida como o inimigo com quem a sociedade trava uma guerra» (Sontag, 2009: 77).

2. O Projeto: génese e implementação

A compreensão das dinâmicas biopsicossociais associadas ao cancro, em particular as que decorrem da experiência da doença, constituiu o eixo do projeto multidisciplinar “Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar” (2011-2016), financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e desenvolvido no Instituto de Patologia e Imunologia da Universidade do Porto (IPATIMUP).

Na reposição do estado de saúde, o ato médico frequentemente não considera a plenitude da vivência da doença. Nessa medida, constituiu objetivo geral do projeto estudar a diversidade de relações entre os saberes experiencial e biomédico que modelam a doença oncológica. Explorar a multidimensionalidade inscrita nesta problemática estabeleceu como necessária a análise de narrativas de doentes - através dos estudos de caso de cancros da mama, pulmão, cólon, esófago, próstata, estômago, bexiga e tireoide - que igualmente se pronunciaram sobre material informativo em saúde que lhes foi disponibilizado. O relatório anatomopatológico foi tomado como referência⁹.

O projeto teve por base uma iniciativa implementada em 2008 por um grupo de anatomopatologistas da Universidade Johns Hopkins (EUA), e que consistiu na elaboração de um conjunto de *Frequently Asked Questions* (FAQ¹⁰) associadas a relatórios anatomopatológicos de biopsias de cancro e respetivas lesões precursoras. A informação neles contida constituiu a base da análise dos modos como os doentes a interpretaram e dela se apropriaram, tendo igualmente permitido identificar, do

Humanos, cuja principal atividade é a investigação e a formação no domínio da oncologia (<http://training.seer.cancer.gov/disease/war/>).

⁹ «Relatório de exame anatomopatológico - documento escrito, validado por especialista em anatomia patológica, que contém, obrigatoriamente, as conclusões dos procedimentos de análise efetuados, sob a forma de diagnóstico, e que são acompanhadas de comentários quando for julgado conveniente» (Despacho n.º 13 832/2007, Manual de Boas Práticas Laboratoriais de Anatomia Patológica). É o conteúdo deste relatório que determina o diagnóstico; no caso, de malignidade.

¹⁰ FAQ; em Português, Perguntas Mais Frequentes.

ponto de vista da vivência da doença, os aspetos suscetíveis de melhoria. Ou seja, ao tentar estabelecer uma interseção entre os conhecimentos experiencial (da doença) e biomédico, o projeto debruçou-se sobre os pontos de contacto entre construção social e pessoal da doença. A investigação visou igualmente equacionar as narrativas pessoais face ao papel dos profissionais de saúde, às formas de ativismo das associações de doentes e às consequências das políticas públicas de saúde existentes em Portugal, fortemente restritivas na atualidade quanto à oferta qualitativa e quantitativa dos respetivos cuidados.

A redação das FAQ foi consequente à recorrência de questões colocadas telefonicamente - pelos próprios doentes ou pelos clínicos que os acompanhavam - com vista ao esclarecimento de dúvidas suscitadas pela leitura dos relatórios. Correspondeu à desconstrução da linguagem técnica contida naqueles, tornando-a assim decifrável por pessoas sem literacia médica (Epstein, 2010).

Naquele mesmo ano, decorreu em Sirmione (Itália) a reunião “*Patient-Centric Sirmione Pathology Group - Putting Patients First*”, com o objetivo de conferir mais visibilidade à patologia e aos patologistas. Estiveram presentes os autores das FAQ e alguns anatomopatologistas europeus, que decidiram adotar a estratégia nos respetivos países. Tendo o diretor do IPATIMUP sido um dos participantes, ficou assim definido o ponto de partida do projeto “Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar”.

A etapa inicial consistiu em averiguar o grau de proximidade entre as realidades norte-americana e portuguesa, não só em termos objetivos (biomédicos) como subjetivos (das pessoas com doença). Por outras palavras, tentar compreender, numa perspetiva integrada e temporalmente continuada, os diferentes modos de conhecimento inerentes à construção social e pessoal da doença oncológica.

Num primeiro momento procedeu-se à tradução das FAQ, correspondentes a diversas condições patológicas associadas a diferentes fases de doença. Realizada por anatomopatologistas do Centro Hospitalar de São João (CHSJ) - simultaneamente investigadores no IPATIMUP - foi posteriormente sujeita à apreciação de clínicos e representantes de associações de doentes que interessavam às patologias contempladas, com o propósito de obter eventuais sugestões de alteração.

“Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar” tornou mandatário resgatar a experiência da doença, e, nessa medida, o acesso aos discursos de doentes oncológicos através de entrevistas. Tal permitiu igualmente aferir o modo como a literacia em saúde interfere na gestão das doenças crónicas¹¹. Definida como a aptidão

¹¹ Vários estudos evidenciam o importante papel desempenhado pela literacia em saúde na prevenção e tratamento das doenças crónicas (nas quais se inclui o cancro), bem como na promoção da saúde

para aceder, compreender e utilizar informação em saúde pela realização de tarefas de leitura, numéricas e de resolução de problemas (Sørensen *et al.*, 2012; Poureslami *et al.*, 2017), o projeto tornou necessário conhecer as histórias de doença e o entendimento dos seus portadores sobre a forma e conteúdo das FAQ. Esta estratégia facilitou o acesso aos modos de interpretação e de apropriação da informação, e, por consequência, a definição dos conteúdos na produção de materiais informativos sobre cancro, um dos objetivos do projeto.

Para cumprir este propósito, a recolha de narrativas ocorreu em tempos e trajetórias de doença distintos, sendo a existência de um relatório anatomopatológico o requisito indispensável para a realização daquelas. Apesar de a versão norte-americana contemplar condições benignas (com FAQ correspondentes), o projeto “Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar” incidiu exclusivamente em casos de malignidade. A carga negativa associada ao cancro justificou a opção. As entrevistas tiveram lugar em dois hospitais públicos da cidade do Porto (CHSJ e IPO-Porto), após submissão do projeto à Comissão Nacional de Proteção de Dados e às Comissões de Ética de ambas as instituições, que foi aprovado sem alterações.

3. Metodologia e trabalho de campo

“Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar” procurou conhecer e compreender os significados decorrentes da experiência da doença. A análise de narrativas de doentes com cancro permitiu aceder à pluralidade da sua vivência e à multiplicidade das interpretações: “a literatura demonstra claramente o benefício prático da incorporação da experiência do doente, não apenas dentro da relação médico-doente, mas também na relação investigador-sujeito” (Epstein, 2007: 517). Saliente-se ainda o facto de a investigação em saúde privilegiar as metodologias qualitativas (Calnan, 1987; Waitzkin, 1991; Carapineiro, 2001; Cabral *et al.*, 2011; Cecílio *et al.*, 2014).

A proximidade entre construção empírica e teórica, em que a primeira fundamenta a segunda, conduziu à opção metodológica pela *Grounded Theory* (Glaser e Strauss, 1967)¹². Caracterizada por uma inversão dos cânones mais habituais de construção de conhecimento, a teoria assume-se como ponto de chegada, decorrendo

(Poureslami *et al.*, 2017).

¹² Em Português, Teoria Fundamentada nos Dados.

do processo de comparação constante entre os dados - com caráter provisório - e a área substantiva de estudo. É a revisão permanente daqueles que determina a conclusão da pesquisa somente quando se revela redundante a comparação sistemática entre as respostas que se obtêm e os dados que lhes dão origem.

Ao longo do tempo, a versão original da *Grounded Theory* foi perdendo o seu cunho positivista, passando a integrar o investigador no processo de investigação¹³. É também de realçar que uma investigação em meio hospitalar como a desenvolvida neste projeto, acarreta um sem número de condicionantes (previstas e não previstas) que inviabilizam a adoção integral dos princípios metodológicos sugeridos. Daqui se depreende aquela aproximação teórica no projeto “Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar”.

O desenvolvimento do trabalho desencadeou a necessidade de efetuar uma melhor caracterização sociológica da problemática em estudo, recaindo na recolha de narrativas que não exclusivamente de doentes: em concreto, de profissionais de saúde e representantes de associações de doentes. A maior proximidade com o universo da(s) doença(s) evidenciou o seu papel de informantes privilegiados. Constituiu razão adicional o facto de as associações de doentes participarem (ainda que em graus variáveis¹⁴) na coprodução de conhecimento em saúde e, conseqüentemente, na investigação biomédica.

Esta dinâmica metodológica reflete a plasticidade da *Grounded Theory* e reforça a pertinência da sua aplicação na investigação. Não obstante, temos consciência que a construção sociológica do projeto foi condicionada pela sua génese marcadamente biomédica e, nessa medida, poder ser considerada como um constrangimento epistemológico. Esta vicissitude foi no entanto assumida como um desafio que potenciou a sensibilidade teórica do investigador, «um importante aspeto criativo da *Grounded Theory*» (Strauss e Corbin, 1990: 44; Suddaby, 2006)¹⁵.

Foi propósito deste trabalho aceder ao(s) significado(s) do cancro. Nesse contexto, a entrevista consistiu na principal técnica de recolha de dados, tendo sido aplicados dois guiões com caráter semi-diretivo. A amostra foi constituída por um total de 133 doentes com patologia maligna seguidos em duas instituições hospitalares do Porto (ver descrição anterior).

¹³ Dos autores responsáveis por esta mudança, destacamos Charmaz (2006) e Morse *et al* (2009).

¹⁴ Resultantes de questões de natureza geográfica e institucional (Rabeharisoa e Callon, 2002).

¹⁵ Exercida durante mais de 20 anos, a atividade profissional como técnica de anatomia patológica facultou um acesso privilegiado ao universo da doença oncológica, não só em termos laboratoriais como os relativos à dinâmica institucional. Este enquadramento facilitou não só o ingresso nas instituições para o desenvolvimento do trabalho, como permitiu um desempenho mais completo enquanto socióloga.

As entrevistas decorreram em dois períodos e foram realizadas em dois momentos. O primeiro respeitou casos de doença maligna da mama, próstata, cólon, esófago e pulmão, e o segundo cancros de estômago, bexiga e tireoide. Consultada a literatura sobre o número mínimo que tornasse possível atingir a saturação teórica (Guest *et al.*, 2006; Robinson, 2014), optou-se pela realização de 25 entrevistas para o primeiro conjunto de patologias. A agressividade do cancro do esófago limitou as entrevistas a dois doentes, pelo que foi decidida a sua junção aos respondentes com cancro do cólon e a designação global *grupo de patologia digestiva*. O desenvolvimento subsequente da investigação permitiu perceber as regularidades e singularidades da doença oncológica, facilitando assim a compreensão do universo das três patologias incluídas no segundo período, traduzida em 11 entrevistas para cada uma daquelas.

Como referido, a existência de um relatório anatomopatológico foi o requisito obrigatório para a realização do primeiro momento de entrevista, onde se procedeu à entrega das FAQ adequadas à situação clínica do respondente. Foi aplicado - numa versão traduzida, revista, ampliada e adaptada à doença oncológica - um guião de entrevista baseado no *McGill Illness Narrative Interview* (MINI), construído com o objetivo de incitar a narrativa sobre doença (Groleau *et al.*, 2006). A eventual abordagem de algum tópico não contemplado foi viabilizada pela inclusão de uma pergunta de resposta aberta.

A tradução do guião original foi efetuada pela equipa do projeto “Avaliação do estado de conhecimento público sobre saúde e informação médica em Portugal” (FCT-HMSP-IISE/SAL-ICT/0003/2009), tendo a adaptação para a oncologia sido executada os membros do projeto “Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar”. Foram também estes os autores do guião correspondente ao segundo momento de entrevista, realizado cerca de 15 dias após o anterior ou ajustado em função da agenda das consultas hospitalares dos entrevistados (Silva, 2018). A sua realização visou a obtenção de *feedback* quanto à leitura das FAQ.

Após registo áudio, procedeu-se à transcrição integral e análise¹⁶, por patologia, de cada um dos momentos de entrevista. Para o primeiro, correspondeu à codificação - aberta, axial e seletiva - dos dados. Em função da proximidade definida pelo investigador, aqueles foram progressivamente associados em conceitos e categorias (principais e secundárias), respeitando os princípios reformulados da *Grounded Theory* já descritos. Foi assim construída uma árvore categorial que remete para a

¹⁶ Com recurso ao *software* de análise qualitativa NVivo (versão 10). «A transcrição literal da entrevista MINI permite a análise através de uma ampla gama de estratégias interpretativas, [designadamente a] *grounded theory*» (Groleau *et al.*, 2006: 684).

categorial central (no original, *core*), i.e., o cerne da análise que viabiliza a elaboração da teoria verdadeiramente fundamentada nos factos. A não conformidade integral com os cânones da *Grounded Theory* não desvirtuou, a nosso ver, o espírito subjacente à metodologia, nomeadamente pelo desconhecimento prévio da realidade em estudo¹⁷.

“Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar” partiu de narrativas de doentes oncológicos. No entanto, o desenvolvimento da investigação permitiu perceber a importância de incluir as de outros atores que influenciam a perceção da doença na primeira pessoa. Assim, foram elaborados dois guiões de entrevista, aplicados aos “elementos de ligação”¹⁸ e aos responsáveis das associações de doentes que colaboraram no projeto desde o seu início (Silva, 2018). Um dos guiões, exclusivamente dedicado às associações de doentes, incidiu na respetiva génese e dinâmica organizacional. O outro, aplicado a ambos os grupos, abordou aspetos relativos à vertente individual e institucional que enformam a doença oncológica. A análise destas entrevistas será apresentada após a dos doentes.

4. Sociodemografia da amostra

Constituíram elementos caracterizadores da amostra (entre outros) o sexo, a idade, o nível de instrução e a profissão. Globalmente, registou-se uma maioria de respondentes do sexo masculino. No primeiro grupo de entrevistados, *Operários, artífices e trabalhadores similares* foi a profissão mais frequente; quanto à escolaridade, o 1º ciclo do ensino básico foi a mais registada. O grau de licenciatura foi observado em 15% dos casos; somente um entrevistado possuía mestrado e nenhum doutoramento. Cinco dos entrevistados no IPO-Porto não sabiam ler ou escrever, ou, apesar de deterem essas competências, não apresentavam qualquer grau oficial de ensino. De modo contrário, foi no ensino secundário e na licenciatura que recaiu a percentagem mais elevada de escolaridade completa para o segundo grupo de entrevistados, tendo sido *Técnicos e Profissões de nível intermédio* a profissão mais frequente.

Este cenário faz antever um comportamento desigual no que respeita à literacia em saúde, assunto a que voltaremos mais adiante.

¹⁷ De que temos consciência ter sido possível aceder pela afiliação institucional da investigadora e pelo seu passado profissional.

¹⁸ Ou seja, os clínicos de ambas as instituições hospitalares. Para além da função de mediação entre estas e a investigadora, sinalizaram e endereçaram o convite aos doentes para a realização das entrevistas.

5. As narrativas: primeiro momento

A análise das entrevistas fez emergir o *Tempo* como estruturante: «o tipo de doença molda a experiência e o modo de relação com o tempo» (Charmaz, 2006: 110). A polissemia desta dimensão tem na evolução biológica da doença um forte aliado, projetando-se no doente de forma diferenciada. E ainda que a referência cronológica seja distinta para profissionais de saúde e doentes, quer a perspetiva objetiva da biomedicina como a subjetiva do sujeito portador de doença fundamentam-se em três estádios: diagnóstico, tratamento e recuperação (idealmente, a cura). O diagnóstico espoleta o início da contagem do *Tempo*¹⁹ e determina a perceção da doença. Sublinhamos que o termo diagnóstico é simultaneamente entendido numa perspetiva biomédica (através dos sinais e sintomas) e sociológica (nomeadamente pelas implicações psicológicas, sociais, emocionais e de definição de futuros que envolve). Os entrevistados serão referenciados pela idade (à data da entrevista) e pelo sexo.

A análise do primeiro conjunto de narrativas fez emergir quatro dimensões principais que derivam do *Tempo*: Sinais e Sintomas, O Confronto com a Notícia, De Pessoa a Doente e De Doente a Pessoa. Apesar de ocorrerem paralelamente à categorização biomédica, enformam a trajetória da doença do ponto de vista de quem a experiencia. Derivadas destas dimensões, foram sucessivamente estabelecidas categorias em função da proximidade contextual com a que lhe dá origem. A ordenação corresponde à gradação *Dimensão/Categoria/Subcategoria*. Para as últimas foram igualmente estabelecidas categorias subsidiárias, designadas por *Sub/subcategoria* e *Sub/sub/subcategoria*. Com o propósito de não adensar o texto, esta estratégia analítica não será sempre mencionada.

Apresenta-se em seguida o modelo concetual que traduz essa aceção, permeada pelos agentes, atores e redes de relações que a espaços e em intensidades diferentes intervêm naquela dinâmica (Quadro 1). Na análise global das entrevistas, e para uma melhor compreensão da doença oncológica em toda a sua extensão, serão apresentados alguns dos excertos mais exemplificativos do primeiro grupo.

¹⁹ Daí ter sido considerado condição obrigatória para a realização das entrevistas.

Quadro 1: Modelo conceitual (dimensões emergentes da leitura das narrativas dos doentes)

Diagnóstico	Tratamento	Recuperação/Cura
<p>Sinais e Sintomas</p> <p><i>Deteção</i></p> <p><i>Atribuições causais da doença</i></p>	<p>De Pessoa a Doente</p> <p><i>Tratamentos</i></p> <p>Leitura não-médica do efeito dos fármacos</p> <p>Cada caso é um caso</p> <p>Outras terapias</p> <p><i>Incompatibilidade</i></p> <p><i>Desconfiança ou falta de crença entre médicos/as, praticantes e utilizadores</i></p> <p><i>Informação incipiente</i></p> <p>Factores críticos e de sucesso</p> <p><i>Estilos de vida</i></p> <p><i>Tipicidade biológica</i></p> <p>Ausência de consultas médicas periódicas</p> <p><i>Efeitos da conjuntura</i></p> <p><i>Encargos financeiros da doença</i></p> <p>Corpo em si para si</p> <p><i>A doença e actividades diárias</i></p> <p>O trabalho</p>	<p>De Doente a Pessoa</p> <p><i>(Con)viver com a doença</i></p> <p>Gestão participativa e activa</p> <p><i>Para lá da doença</i></p> <p>Eu, a doença e os outros</p> <p><i>Afectos</i></p> <p><i>Catadinho</i></p>
<p>Diagnóstico</p> <p>O Confronto com a Notícia</p> <p><i>A palavra Cancro</i></p> <p>Heterónimos</p> <p>O Diagnóstico</p> <p>Conteúdo clínico</p> <p>Qualidade vs quantidade da informação</p> <p><i>A tarefa de informar</i></p> <p>Partilha da informação diagnóstica</p> <p>Apoio(s)</p> <p>Alicerces</p> <p><i>A família</i></p> <p><i>Os filhos</i></p> <p><i>As relações de amizade</i></p> <p><i>Espiritualidade</i></p> <p>Crença abalada ou ausente</p> <p><i>Alicerces ausentes</i></p> <p><i>Esperança na recuperação</i></p> <p>Prestação de cuidados de Saúde</p> <p><i>A Pessoa para lá do profissional</i></p> <p><i>Sim, mas...</i></p> <p>(Re)ver a Vida</p> <p><i>Incerteza e risco</i></p> <p><i>Emoções</i></p> <p><i>O tempo reconfigurado</i></p> <p><i>Um dia de cada vez</i></p>		
<p>TEMPO</p>		

Na doença oncológica o *Tempo* (e os tempos que abarca) é determinante. A análise do primeiro grupo de entrevistas permitiu concluir que, para além daquele, o cancro é a doença do *Ser*. As duas questões iniciais, “Quando sentiu os primeiros sintomas da sua doença?” e “Gostáramos de saber mais sobre a sua experiência. Pode contar-nos sobre o momento em que descobriu que sofria desta doença?”, serviram de *motto* para uma descrição pormenorizada sobre a(s) história(s) da doença, pelo que no decorrer da narrativa os entrevistados frequentemente antecipavam as perguntas. Esta constatação permitiu certificar a correta construção do guião.

Do conjunto das cinco patologias inicialmente contempladas no projeto, a da mama foi a definida para iniciar as entrevistas. Pesou na decisão a maior diversidade etária e a existência de um elemento do sexo masculino no grupo dos 25 respondentes. Tal permitiu conceber a organização futura das entrevistas e estabelecer uma análise comparativa.

O cancro da mama é o mais frequente nas mulheres e o segundo mais frequente no mundo. Em Portugal, as taxas de incidência, mortalidade e prevalência a 5 anos são aproximadas às registadas na Europa e no resto do mundo (Globocan, 2012).

«*Mas estando eu com a doença acho que é mais suave para mim dizer tenho um tumor maligno e que me estou a tratar e que vai correr tudo bem, do que ouvir assim, “olha, a fulana está cancerosa”. Isso é quase uma sentença de morte.*» (43 anos; sexo feminino). Este excerto reflete a noção do cancro como «doença-flagelo, inteiramente associada à morte» (Herzlich e Pierret, 1991: 83).

Como referido, a interpretação da doença vivida abarca outras vertentes que a biomédica ignora ou menospreza. Grande parte das vezes remetem para a insuficiência da informação: «*Tive acesso ao relatório da anatomia patológica. Tive. Mas percebia pouco do que lá dizia, a não ser que era carcinoma e que era para extrair.*» (48 anos; sexo feminino). Por outro lado, se o conteúdo do diagnóstico é importante, a forma como é transmitido também o é: «*O médico foi agressivo, eu nunca tinha tido uma consulta daquele teor.*» (65 anos; sexo feminino) ou «*A forma como me deram a notícia ... Foi isso e não esclarecer... Olhe, ficaram muitas dúvidas, não é? O que é que é? O que me vai acontecer? Muitas dúvidas.*» (43 anos; sexo feminino). Ainda que as narrativas não permitam identificar uma tipologia de resposta, são indicativas da dualidade entre a necessidade de aceder ao diagnóstico (sempre tendo em atenção as características de personalidade do indivíduo) e o medo em conhecê-lo. As emoções são assim transversais à trajetória da doença, influenciando o seu curso e potencialmente o seu surgimento (Gross, 1989; Iwamitsu *et al.*, 2005).

A tarefa de informar, maioritariamente imputada ao médico, teve nos

Alicerces uma forte rede de suporte²⁰. **A família, As relações de amizade e a Espiritualidade** constituíram o eixo principal dos apoios. Os cônjuges e parentes consanguíneos foram os mais frequentemente mencionados: «*O meu marido, a minha família, o meu genro e essencialmente o meu netinho de cinco meses. Tem sido um estímulo e digo-lhe já: ele é o meu herói.*» (65 anos; sexo feminino). Para além dos afetos, foi também sublinhada nos **Alicerces** a importância da qualidade da prestação dos cuidados de saúde: «*Porque eu oiço muito falar dos protocolos, não é, eles têm os protocolos de tipo americano, mas o protocolo de tipo britânico é diferente. Portanto, fiquei um bocado tentada, “se eu fosse...” . Mas depois, aquilo que eu ouvi, é que as coisas se passavam de forma idêntica ao que se passam cá. E também, sinceramente, confiava nas pessoas a quem estava entregue.*» (48 anos; sexo feminino). A qualidade da prestação de cuidados foi extensiva aos profissionais: «*Não é só competência, acho que há ali duas ou três partes... É a parte humana, a parte de saber lidar com as pessoas, a parte de saber acarinhá-las e tudo isso acho que é muito útil à doença...*» (61 anos; sexo feminino).

A **incerteza e o risco** são dois fatores que perpassam a vivência da doença oncológica, «*à cabeça há momentos que a gente vem tudo à cabeça, ou morrer, será que vou ficar sem peito, será que vou ficar assim, será que vou ficar assado, o que é que vai ser de mim, o que é vai ser da minha filha. Pronto, penso!*» (58 anos; sexo feminino).

A percepção da alteração da imagem corporal imposta pela doença corresponde à passagem **De Pessoa a Doente**, a terceira das dimensões. **Cada caso é um caso** traduz simultaneamente a pluralidade e a unicidade do cancro. A doença é plural; o doente, uno: «*é importante a gente ter informações para saber. Mas eu tinha medo de ir saber e não gostava de ouvir porque pensava que cada caso é um caso.*» (38 anos; sexo feminino). Esta conceção não se restringe aos doentes: «*(...) Pronto, eu vinha já assim com um plano de perguntas para ele [médico] responder e ele pronto, ele disse, “cada caso é um caso”.*» (58 anos; sexo feminino).

Na transição **De Pessoa a Doente** o corpo assume um lugar central, traduzido por **Corpo em si e para si**: «*(...) o que se realçava de negativo mais para mim era a quimioterapia. Perguntaram-me porquê e eu não frisei a parte da fisiologia, (...) reporteime apenas à imagem, portanto, a queda dos pelos e do cabelo e que alterava completamente a imagem e que isso iria-me deixar mesmo muito abatida.*» (41 anos; sexo feminino).

²⁰ A bold assinalam-se as categorias analíticas.

Para além deste aspeto, **A doença e o quotidiano** foram também valorizados, nomeadamente pela perda das capacidades para exercer uma atividade, desde as mais básicas - «*Quando era para tomar banho: precisar de alguém; quando era para me vestir: precisar de alguém; queria sair lá fora: ou ia de carro ou então sozinha não ia porque tinha medo de cair, e tal...*» (65 anos; sexo feminino) - até às relacionadas com o trabalho: «*“ó mãe, quando é que tu vais trabalhar?” (...)* Portanto, ele também tem a noção de que a mãe só está bem quando estiver a trabalhar.» (48 anos; sexo feminino). Emerge neste ponto a noção de corpo como instrumento (Silva e Alves, 2011), que faz alavancar a valorização de outros aspetos da vida. Esta etapa, definida pelo *Tempo*, foi designada **De Doente a Pessoa**. O processo de reconstrução identitária que lhe corresponde envolve «uma hierarquia implícita que as pessoas doentes criam, na medida em que isso lhes permite adaptarem-se à perda corporal e à mudança» (Charmaz, 2006: 171). Tal legitima o ajuste identitário na razão direta da evolução da doença: «*Eu tive uma irmã que faleceu com 50 anos em consequência de cancro da mama (...). E antes sem mama mas viva...do que...ao pé dela. Mesmo que o partir seja antecipado.*» (65 anos; sexo feminino).

Aceder às regularidades e singularidades dos discursos permitiu compreender o ponto nevrálgico da vivência da doença oncológica e, simultaneamente, criar os conteúdos mais adequados para os materiais informativos previstos no projeto.

Relativamente ao primeiro aspeto, para os dois primeiros grupos de entrevistados - doentes com cancro da mama e da próstata - a centralidade da vivência da doença foi variável em função do género. Se para o feminino a recuperação é o objetivo, para o masculino a consequência dos tratamentos (incontinência urinária e disfunção erétil) passa a ser nuclear, porque é assumida como perda da masculinidade. Esta constatação permite afirmar que no cancro de próstata se regista uma “rivalidade” entre a força da biologia e a capacidade para assumir novas atitudes e comportamentos face à doença (mesmo que permeados pelo apoio familiar, psicológico, ou o disponibilizado pelas associações de doentes). Nessa medida, a identidade pessoal prévia à doença é possível de readquirir no que ao cancro da mama diz respeito. Tal resulta da possibilidade de restabelecimento da imagem corporal, que minimiza substancialmente o sentido de irreversibilidade associado à doença. No caso da doença maligna de próstata, a impossibilidade de recuperação das funções fisiológicas impede a reorganização identitária. Neste caso, a doença corresponde à desestruturação da identidade de género.

A agressividade biológica é a característica mais relevante dos cancros de pulmão e do esófago (o que justificou para este o reduzido número de doentes selecionados

para entrevista). A consciência deste facto foi, no entanto, frequentemente omitida das narrativas, principalmente as dos doentes com cancro do pulmão. Contrariamente aos entrevistados dos grupos anteriores, o livre arbítrio no consumo de tabaco ou álcool introduziu uma componente de corresponsabilização pelo surgimento da doença. Este aspeto não emergiu nos doentes com cancro do cólon (que partilhou com os de esófago o grupo de patologia digestiva), pelo facto de as cirurgias se terem revelado curativas em quase todos os casos, a que correspondeu uma reorganização identitária absoluta ²¹.

As diferenças no perfil sociodemográfico e no comportamento biológico do segundo grupo de patologias refletiram-se nas vivências relatadas. Nessa medida, registou-se uma concordância entre a narrativa dos doentes da tiroide e a progressão indolente da doença, que contrasta com as restantes. Para estes, e do mesmo modo que para os entrevistados com cancro do cólon (ainda que por diferentes motivos), a recuperação da doença foi o foco. A esmagadora maioria salientou a importância do conhecimento dos direitos dos doentes oncológicos, frequentemente desconhecidos. Foi curioso perceber que este aspeto, partilhado pelos doentes gástricos e de bexiga, esteve omissa das histórias do primeiro grupo. A nosso ver, a causa reside na idade mais avançada da maioria desses doentes, que naturalmente delegam a gestão da doença nos acompanhantes ou familiares, pelo que não se confrontam com este tipo de questões.

Os entrevistados com cancro da bexiga foram os que mais diversidade narrativa revelaram. No entanto, o acesso à informação que permitisse lidar com a biologia da doença foi globalmente considerado insuficiente. A agressividade dos tratamentos, igualmente sublinhada, faz aproximar, em termos identitários, estes doentes e os com patologia prostática.

A análise das entrevistas a doentes com cancro do estômago revelou uma contradição entre agressividade da doença e a positividade dos discursos. De alguma forma, esta característica já tinha sido detetada nas entrevistas relativas à patologia pulmonar e esofágica. Da mesma forma que para os respondentes com cancro da tiroide, também os de bexiga reforçaram a importância do conhecimento sobre os direitos dos doentes oncológicos.

²¹ Este potencial viés em termos sociológicos - do qual temos perceção - constitui uma das limitações e restrições passíveis de ocorrer em investigações realizadas em meio hospitalar.

6. O “contraditório”

Com o objetivo de ampliar a perspetiva de análise, no decurso da investigação surgiu a necessidade de entrevistar os “elementos de ligação”²² e os responsáveis das associações de doentes que colaboraram no projeto desde o seu início.

A opinião generalizada dos primeiros foi sobreponível à dos doentes, nomeadamente: *i)* o significado do cancro como confronto com a morte e a pluralidade das dimensões biopsicossociais que abarca; *ii)* o decréscimo na qualidade da prestação dos cuidados de saúde em oncologia, como resultado da (des)organização institucional e da conjuntura política e social. Foram ainda referidos os níveis deficitários de literacia em saúde revelados pelos doentes, bem como o recurso destes à *internet* como sinónimo de ganho efetivo de conhecimento.

O confronto entre a análise das entrevistas aos doentes e aos elementos de ligação, permitiu verificar que só em parte acontece a constatação verbalizada pelos clínicos. Se é verdade que os doentes mencionaram aceder à *internet* após o conhecimento da sua situação clínica, tendencialmente procuram o médico - e este especificamente - para discutir a sua doença: «(...) *sempre que se vira aqui a página na net, é o mesmo que virar a página aqui na vida real. É uma conversa diferente (...)* [Decidi] *desistir da net. (...) É mais fácil a gente perguntar ao nosso médico. (...) É mais fiável e... Entretanto também esquece aquilo, porque se não na net a gente passa noites agarrados àquilo e chega ao fim, sei lá... 20% de reaproveitamento... Se calhar nem isso.*» (48 anos; sexo masculino).

Como descrito, foram construídos dois guiões de entrevista aplicados aos responsáveis das associações de doentes. Em termos de dinâmica organizacional, a maioria revelou debilidades financeiras e um predomínio da vertente assistencial e de voluntariado. Os entrevistados realçaram a escassez da articulação formal com os organismos da tutela e, tal como os “elementos de ligação”, referiram os reduzidos níveis de literacia funcional e em saúde dos doentes, bem como os efeitos nefastos da recessão político-económica no domínio da saúde. Fruto da missão primeira das associações de doentes, foi enfatizada a necessidade de concertação entre conhecimento biomédico e experiencial na trajetória da doença.

²² Ver descrição na página 10.

7. As narrativas: segundo momento

As características do trabalho a desenvolver posteriormente à realização das entrevistas - produção de *booklets* sobre doença oncológica - conduziram a um tratamento quantitativo dos dados obtidos no segundo momento de entrevista. O foco da análise centrou-se na compreensão dos entrevistados quanto ao seu diagnóstico anatomopatológico e nas dimensões consideradas essenciais do ponto de vista da experiência da doença. A apreciação destes parâmetros revelou-se fundamental para a elaboração dos conteúdos das publicações referidas, sempre numa ótica de articulação entre os saberes técnico e experiencial da doença oncológica. É esta a razão pela qual se apresentam agora os resultados do segundo momento de entrevista.

As variáveis que resultaram da transposição para SPSS dos tópicos do guião compreenderam a acessibilidade da linguagem e dos conteúdos, a credibilidade das FAQ e o (potencial ou efetivo) aumento do conhecimento sobre a doença resultante da leitura daquelas.

Este foi o ponto de partida para o trabalho multidisciplinar subsequente, cuja conclusão distou dois anos do acesso inicial aos respondentes. Assim, a necessária (e desejável) validação da versão revista e aumentada por todos os doentes correspondeu, numa primeira fase, ao envio das FAQ originais e dos novos documentos (em formato *booklet* pela facilidade de manuseamento). Após um período acordado entre ambas as partes, os doentes foram convidados a participar em *focus group*, estando na posse do documento que lhes tinha sido enviado e no qual constava um pequeno inquérito alusivo aos aspetos gráficos (tamanho de letra, inclusão de imagens complementares ao texto, ...). Por forma a salvaguardar a eventual necessidade de modificação, os conteúdos só foram “fechados” após a realização dos grupos de discussão²³.

Os *booklets* estão disponíveis no site do projeto²⁴, bem como no da Direção-Geral da Saúde²⁵.

²³ De referir que no primeiro *Focus Group*, dedicado ao cancro da mama, duas das doentes presentes (mais jovens), focaram a questão da fertilidade, que não tinha sido abordada por nenhum dos profissionais de saúde envolvidos na elaboração do *booklet*. Esta estratégia revelou-se correta em termos metodológicos, mas igualmente assertiva para confirmar a importância do conhecimento experiencial da doença em projetos desta natureza.

²⁴ conheceradoenca.ipatimup.pt.

²⁵ <https://www.dgs.pt/?cr=32377>

Notas conclusivas

A diversidade de propostas que ao nível da saúde perpassa a vida dos sujeitos coloca uma questão elementar: como gerir a individualidade/subjetividade com o coletivo/objetividade? Dito de outra forma, como articular direitos, liberdades e garantias com políticas públicas? Torna-se necessário considerar que uma democracia só será efetivamente participativa se equacionada em modalidades bem definidas, elas próprias definindo o tipo de comunicação que se estabelece. Para lá da componente individual, participar implica também a existência de um objetivo comum entre os vários intervenientes, o que evidencia a dicotomia singular/coletivo. Este trabalho tornou assim compreensível que o exercício da democracia implica necessariamente uma abordagem multidisciplinar. Daí o destaque no contexto *versus* ação.

Esta aceção reflete-se na questão do paternalismo médico e na autonomia em cuidados de saúde. O primeiro assume-se como um “poder-saber”, conquanto o segundo, alicerçado na experiência dos sujeitos (e, portanto, social e culturalmente enformado), é conotado como um “não-saber” (Silva *et al.*, 2013). Deste modo, o «poder técnico-científico» transforma-se num «poder técnico-carismático» (Carapinheiro, 1991: 85), o que faz perdurar a sua influência e evidenciar o estatuto socioprofissional dos médicos (Carapinheiro, 2005). Na medida em que este resulta igualmente da relevância pública que lhe é atribuída, converte-se num «poder discricionário» (Carapinheiro *et al.*, 2013: 57).

Como este trabalho de alguma forma documenta, a literacia em saúde e a capacitação dos doentes que daí decorre constituem formas exequíveis para o rearranjo das dinâmicas profissionais, pessoais e organizacionais no campo da saúde e da doença. Ao resgatar a experiência dos sujeitos, a abordagem pragmática ressalta a pluralidade dos fenómenos. Neste enquadramento, torna-se papel do sociólogo explicitar e descrever as competências cognitivas e reflexivas dos atores sociais, que implicados num quadro observacional efetuam um contínuo processo de produção de sentido. A regularidade passa a ser permeada pelas noções de diversidade, rutura e crítica, o que se traduz na emergência de uma multiplicidade de coletivos e arenas que remetem para os atores (humanos e não humanos) em situação.

Os modos como se interpretam os processos e mecanismos que articulam políticas públicas e os atores políticos remetem para um contexto em que o conflito advém das primeiras. A dinâmica que ocorre nesses espaços de interação é definida em torno de um conjunto de temas e assuntos, pelo que incluem o conflito, o estabelecimento de alianças e processos de negociação. Este projeto reforça que a

questão da negociação é intrínseca ao domínio da saúde. As estruturas sociais não existem independentemente dos seus membros, sendo o significado conferido à ação (própria e dos outros) alvo de permanente negociação e (re)construção. Regista-se por isso um dinâmico e contínuo processo de interpretação, que traduz a articulação entre reflexividade e ação.

Considerando as características inovadoras - porque efetivamente multidisciplinares - do projeto “Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar”, consideramos que será possível aplicar a mesma metodologia em trabalhos desenvolvidos no campo da saúde (não exclusivamente no foro oncológico). A conjuntura internacional imporá, num médio/longo prazo, a adoção de medidas institucionais que integrem os vários atores e agentes em situação. Consideramos que esta seria uma abordagem a privilegiar em Portugal, cuja população apresenta reduzidos níveis de escolaridade e graves assimetrias em termos de mobilidade territorial e de acesso à informação.

Bibliografia

- BARAHONA-FERNANDES (1979), “Psiquiatria social. Modelo antropológico médico da doença/saúde mental”, *Acta Médica Portuguesa*, 2:251-265.
- BARBOT, Janine (2006), “How to build an “active” patient? The work of AIDS associations in France”, *Social Science & Medicine*, 62:538-551.
- BIEHL, João; MORAN-THOMAS, Amy (2009), “Symptom: subjectivities, social ills, technologies”, *Annual Review of Anthropology*; 38:267-288.
- BURY, Michael (1982), “Chronic illness as biographical disruption”, *Sociology of Health & Illness*, 4(2):167-82.
- CABRAL, Ana Lúcia Lobo Vianna *et al.* (2011), “Itinerários Terapêuticos: o estado da arte da produção científica no Brasil”, *Ciência e Saúde Colectiva*, 16 (11):4433-4442.
- CALNAN, Michael (1987), *Health and Illness. The lay perspective*, London: Tavistock.
- CARAPINHEIRO, Graça (1986), “A saúde no contexto da sociologia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1:9-22. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/947>.
- (2001), “Inventar Percursos e Reinventar Realidades: doentes, trajectórias sociais e realidades formais”, *Etnográfica*, 2:335-358.
- (1991), “Poder médico e poder administrativo no quotidiano hospitalar”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33:83-91.

- (2005), “Do bio-poder ao poder médico”, *Estudos do Século XX - “Ciência, Saúde e Poder” - Revista do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX*, 5:379-394.
- CARAPINHEIRO, Graça; SERRA, Helena; CORREIA, Tiago (2013), “Estado, Medicina e Políticas em Portugal: Fluxos e Reflexos de Poder”, em Fátima Alves (org.), *Saúde, Medicina e Sociedade: uma visão sociológica*, Lisboa: Editora Lidel.
- CECÍLIO, Luiz *et al.* (2014), “O agir leigo e o cuidado em saúde: a produção de mapas de cuidado”. *Cadernos de Saúde Pública*, 30:1502-1514.
- CHARMAZ, Kathy (2006), *Constructing Grounded Theory. A practical guide through qualitative analysis*, London: Sage Publications, Ltd.
- CONTANDRIOPOULOS, Damien (2004), “A sociological perspective on public participation in health care”, *Social Science and Medicine*, 58:321-330.
- CRUZ, Alice (2007), “Metáforas que Constroem, Metáforas que Destroem: a biomedicina como vocabulário social”, *O Cabo dos Trabalhos*, 2. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/ensaios.php>.
- DELBANCO, Thomas (1992), “Enriching the doctor-patient relationship by inviting the patient’s perspective”, *Annals of Internal Medicine*, 116:414-418.
- EPSTEIN, Jonathan (2010), “The FAQ initiative explaining pathology reports to patients”, *American Journal of Surgical Pathology*, 34:1058-1060.
- EPSTEIN, Steven (2007), “Patient Groups and Health Movements”, In *The Handbook of Science and Technology Studies*, 3.^a ed., Hackett, Edward; Olga Amsterdamska; Michael Lynch; Judy Wajeman (eds.), Cambridge: MIT Press: 499-539. Disponível em: http://www.uc.pt/en/fmuc/phdhs/Courses/HealthandDevelopment/Patient_groups_and_Health_movements__EPSTEIN_1_.pdf.
- GLASER, Barney Galland; STRAUSS, Anselm Leonard (1967), *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*, Aldine de Gruyter (ed.), New York.
- GLOBOCAN (2012), *Estimated Cancer Incidence, Mortality and Prevalence Worldwide in 2012*, France: International Agency for Research on Cancer.
- GROLEAU, Danielle; YOUNG, Allan; KIRMAYER, Laurence (2006), “The McGill Illness Narrative Interview (MINI): An Interview Schedule to Elicit Meanings and Modes of Reasoning Related to Illness Experience”, *Transcultural Psychiatry*, 43:671-691.
- GROSS, James (1989), “Emotional expression in cancer onset and progression”, *Social Science & Medicine*, 28(12):1239-48.
- GUEST, Greg; BUNCE, Arwen; JOHNSON, Laura (2006), “How Many Interviews Are Enough? An Experiment with Data Saturation and Variability”, *Field Methods*, 18(1):59-82.
- GÜTH, Uwe; KILIC, Nerbil; SCHMID, Seraina (2010), “The concept of chronic disease in the palliative treatment of oncologic patients: current Swiss data and insights in the context of breast and ovarian cancer”, *Praxis* (Bern 1994), 99(23):1413-21.
- HERZLICH, Claudine; PIERRET, Janine (1991), *Malades d’hier, malades d’aujourd’hui*, Paris: Éditions

Payot.

IARC (2014), *Press Release N° 224*. Disponível em: http://www.iarc.fr/en/media-centre/pr/2014/pdfs/pr224_E.pdf.

IWAMITSU, Yumi; SHIMODA, Kazutaka; HAJIME, Abe; TANI, Toru; OKAWA, Masako; BUCK, Ross (2005), “The Relation Between Negative Emotional Suppression and Emotional Distress in Breast Cancer Diagnosis and Treatment”, *Health Communication*, 18(3):201-215.

KABA, Riyaz; SOORIAKUMARAN, Prasanna (2007), “The evolution of the doctor-patient relationship”, *International Journal of Surgery*, Volume 5, Issue 1, pp 57-65.

KLAWITER, Maren (2008), *The biopolitics of breast cancer: changing cultures of disease and activism*, Minnesota: University of Minnesota Press.

KLEINMAN, Arthur; EISENBERG, Leon; GOOD, Byron (1978), “Culture, Illness, and care: clinical lessons from anthropologic and cross-cultural research”, *Annals of Internal Medicine*, 88:251-258.

KLEINMAN, Arthur (1988), *The illness narratives: Suffering. Healing and the Human Condition*, N.Y.: Basic Books.

KUMAR, Vinay; ABBAS, Abul; FAUSTO, Nelson; ROBBINS, Stanley; COTRAN, Ramzi (2005), *Robbins and Cotran Pathologic Basis of Disease*, 7th ed., Philadelphia: Elsevier Saunders.

LANDZELIUS, Kyra (2006), “Introduction: Patient organization movements and new metamorphoses in patienthood. Editorial”, *Social Science & Medicine*, 62:529-537.

MORSE, Janice; STERN, Phyllis Noerager; CORBIN, Juliet; BOWERS, Barbara; CHARMAZ, Kathy; CLARKE, Adele (2009), *Developing Grounded Theory. The Second Generation*, California: Left Coast Press, Inc.

MULLIGAN, Jessica (2017), “Biological Citizenship.” Oxford Bibliographies in Anthropology Disponível em: http://works.bepress.com/jessica_mulligan/22/.

MUKHERJEE, Siddhartha (2010), *The Emperor of All Maladies*, EUA: Scribner.

NUNES, João Arriscado; MATIAS, Marisa; FILIPE, Ângela Marques (2007), “As organizações de pacientes como atores emergentes no espaço da saúde: o caso de Portugal”, *RECIIS, Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 1 (1):107-110. Disponível em: <http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/29/39>.

PARSONS, Talcott (1951), “Illness and the role of the physician: a sociological perspective”, *American Journal of Orthopsychiatry*, 21:452-460.

PHILLIPS, Jane; CURROW, David (2010), “Cancer as a chronic disease”, *Collegian*, 17(2):47-50.

PETRYNA, Adriana (2004), “Biological Citizenship: The Science and Politics of Chero byl-Exposed Populations”, *Landscapes of Exposure: Knowledge and Illness in Modern Environments*, Osiris, 2nd Series, 19:250-265. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3655243>.

POURESLAMI, Iraj; NIMMON, Laura; ROOTMAN, Irving; FITZGERALD, Mark J. (2017), “Priorities for Action: Recommendations from an international roundtable on health literacy and chronic disease

- management”, *Health Promotion International*, 32:743-754.
- PRIOR, Lindsay (2003), “Belief, knowledge and expertise: the emergence of the lay expert in medical sociology”, *Sociology of Health & Illness*, 25:41-57.
- RABEHARISOA, Vololona; CALLON, Michel (2002), “The involvement of patients’ associations in research”, *International Social Science Journal*, 54:57-63.
- RABINOW, Paul (1996), *Essays on the anthropology of reason*, Princeton: Princeton University Press.
- ROBINSON, Oliver (2014), “Sampling in Interview-Based Qualitative Research: A Theoretical and Practical Guide”, *Qualitative Research in Psychology*, 11:25-41.
- ROSE, Nikolas (2007), *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*, Princeton: Princeton University Press.
- NOLEN, Shantell C.; EVANS, Marcella A.; FISCHER, Avital; CORRADA, Maria M.; KAWAS, Claudia H.; BOTA, Daniela A. (2017), “Cancer-Incidence, prevalence and mortality in the oldest-old. A comprehensive review”, *Mechanisms of Ageing and Development*, 164: 113-126.
- SILVA, Luísa; ALVES, Fátima (2011), “Compreender as racionalidades leigas sobre saúde e doença”, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(4):1207-1229.
- SILVA, Luísa Ferreira da; AUGUSTO, Amélia; BÄCKSTRÖM, Bárbara; ALVES, Fátima (2013), em Fátima Alves (org.), “Desigualdades Sociais e Saúde”, *Saúde, Medicina e Sociedade: uma visão sociológica*, Lisboa: Editora Lidel.
- SILVA, Paula (2018), *Cancro(s): a doença e os doentes*. Porto: Editora Afrontamento.
- SOBRINHO-SIMÕES, Manuel (2014), *O Cancro*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SONTAG, Susan (2009), *A Doença como Metáfora e A Sida as Suas Metáforas*, Lisboa: Quetzal Editores.
- SØRENSEN, Kristine; VAN DEN BROUCKE, Stephan; FULLAM, James; DOYLE, Gerardine, PELIKAN, Jürgen; SLONSKA, Zofia; BRAND, Helmut (2012), “Health literacy and public health: A systematic review and integration of definitions and models”, *BMC Public Health*, 12, 80.
- STIGLITZ, Joseph Eugene (2003), *La economía del sector público*, 3.ª ed. (trad. María Esther Rabasco, Luis Toharia), Antoni Bosch (ed.), Columbia University
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet (1990), *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory procedures and Techniques*, London: Sage Publications, Inc.
- SUDDABY, Roy (2006), “From the editors: What grounded theory is not”, *Academy of Management Journal*, 49(4):633-642.
- TAVARES, David (2014), “Poderes profissionais e processos de profissionalização no campo da saúde”, em Mauro Serapioni e Ana Raquel Matos (orgs.), *Ciências Sociais e Saúde: Desafios e temas críticos dos Sistemas de Saúde*, Cescontexto, 7:88-98. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/index.php?id=10631>.
- WAITZKIN, Howard (1991), *The Politics of Medical Encounters. How patients and doctors with social problems*, New Haven e Londres: Yale University Press.

WHO (2014), *Global Status Report on non communicable diseases 2014*. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/148114/1/9789241564854_eng.pdf.

Netgrafia

conheceradoenca.ipatimup.pt.

<http://training.seer.cancer.gov/disease/war/>

<https://www.dgs.pt/?cr=32377>

Documentos Legislativos e Judiciais

Despacho n.º 13 832/2007, Manual de Boas Práticas Laboratoriais de Anatomia Patológica

Paula Silva. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Instituto de Investigação e Inovação em Saúde Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Gabinete de Comunicação e Imagem da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Alameda Prof. Hernâni Monteiro, 4200-319 Porto, Portugal. Email: psilva@med.up.pt

Artigo recebido a 15 de fevereiro de 2018. Publicação aprovada em 28 de setembro de 2018.

Alianças e conflitos nos segmentos artísticos relativamente especializados: o caso do rock independente de Teresina no início do século XXI¹

Thiago Meneses Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

O artigo objetiva analisar as dinâmicas de interação entre os agentes e instâncias que compõem os segmentos artísticos especializados a partir de dois polos: as alianças e os conflitos. Tomou-se como realidade empírica um segmento de rock autoral da cidade brasileira de Teresina. A recolha de dados foi feita a partir da aplicação de 32 entrevistas semiestruturadas a um conjunto de agentes que ali atuam ou atuaram no decorrer do período temporal delimitado para a análise. Este microcosmo social configura um arranjo de caráter ambivalente, onde a coesão relativa, alicerçada num conjunto de ações de caráter associativo, existe simultaneamente a uma série de disputas que desvelam as buscas por hegemonia.

Palavras-chave: campos artísticos; mundos da arte; rock independente; Teresina.

Alliances and conflicts in the relatively specialized artistic segments: the case of the independent rock of Teresina at the beginning of the 21st century

Abstract

The article aims to analyze the dynamics of interaction between the agents and instances that compose the specialized artistic segments from two poles: the alliances and the conflicts. It took as an empirical reality a segment of authorial rock of the Brazilian city of Teresina. The data collection was done through the application of 32 semi-structured interviews to a set of agents who act or acted in the artistic-musical segment during the time period delimited for the analysis. This social microcosm constitutes an ambivalent

¹ As reflexões contidas neste artigo têm como base o capítulo 8 da tese “Genealogia, morfologia, dinâmicas e produtos do rock independente de Teresina no início do século XXI”, realizada no 3º Ciclo de Sociologia da Universidade do Porto (2013-2017).

arrangement, where relative cohesion, based on a set of associative actions, exists simultaneously to a series of disputes that reveal the search for hegemony.

Keywords: artistic fields; art worlds; independent rock; Teresina.

Alliances et conflits dans les segments artistiques relativement spécialisés: le cas du rock indépendant de Teresina au début du 21ème siècle

Résumé

Cette article vise à analyser la dynamique de l'interaction entre les agents et les instances qui composent les segments artistiques spécialisés à partir de deux pôles : les alliances assumées et les conflits. Ca a pris comme une réalité empirique un segment de rock lié à la ville brésilienne de Teresina. La collecte des données a été réalisée à travers l'application de 32 entretiens semi-structurés à un ensemble varié d'agents qui agissent ou ont agi dans le secteur artistique et musical pendant la période de temps délimitée pour l'analyse. Ce microcosme social constitue un arrangement de caractère ambivalent, où une cohésion relative, fondée sur un ensemble d'actions associatives, existe simultanément à une série de conflits qui révèlent la recherche de l'hégémonie.

Mots-clés: champs artistiques; mondes de l'art; rock indépendant; Teresina.

Alianzas y conflictos en los segmentos artísticos relativamente especializados: el caso del rock independiente de Teresina a principios del siglo XXI

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar las dinámicas de interacción entre los agentes e instancias que componen los segmentos artísticos especializados a partir de dos polos: las alianzas y los conflictos. Se tomó como realidad empírica un segmento de rock autoral de la ciudad brasileña de Teresina. A recogida de datos se hizo a partir de la aplicación de 32 entrevistas semiestructuradas a un conjunto variado de agentes que actúan o actuaron en el segmento artístico-musical en el transcurso del periodo temporal delimitado para el análisis. Este microcosmos social configura un arreglo de carácter ambivalente, donde la cohesión relativa, basada en un conjunto de acciones de carácter asociativo, existe simultáneamente a una serie de disputas que desvelan las búsquedas por hegemonía.

Palabras claves: campos artísticos; mundos del arte; rock independiente; Teresina

1. Introdução

Quais as principais estratégias de alianças que permitem a permanência continuada de segmentos artísticos-musicais relativamente especializados, estruturados fora dos tentáculos das grandes indústrias culturais e distantes dos grandes centros

econômicos, políticos e mediáticos brasileiros neste início de século XXI? Como se dão, por outro lado, os principais conflitos e tensionamentos que acabam por exprimir a busca por hegemonia nestes contextos bastante instáveis e competitivos?

A partir destes questionamentos, o presente artigo tem por objetivo geral analisar as dinâmicas de interação de um conjunto multifacetado de agentes e instâncias que conformam um segmento de rock autoral, de feições alternativas à música popular massiva² atualmente veiculada no Brasil, que se estrutura na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí. No primeiro tópico é feita uma discussão relacional e não-exaustiva dos conceitos norteadores desta análise – campo artístico e mundos da arte. No segundo tópico, uma apresentação geral da realidade empírica analisada. Por último, é apresentada a análise propriamente dita das alianças e dos conflitos verificados no rock independente de Teresina a partir da interlocução, realizada no âmbito de uma pesquisa de doutoramento, com 32 agentes (músicos, cineastas, fãs, produtores culturais, representantes de instâncias mediadoras, jornalistas e acadêmicos) que mantêm ou mantiveram atividades no segmento analisado neste início de século XXI.

2. Um olhar sociológico multivariado sobre a arte: intersecções e distanciamentos entre os conceitos de campos artísticos e mundos da arte

2.1. Os campos artísticos

Uma das principais inovações conceituais contidas na obra do renomado sociólogo Pierre Bourdieu, o conceito de campo diz respeito essencialmente aos universos sociais particulares, com regras e códigos específicos de funcionamento que, não obstante à relação mantida com o espaço social mais amplo, possuem elevado grau

² Expressões musicais que surgem no início do século XX dentro de um ecossistema comercial inscrito no âmbito de uma grande indústria fonográfica que controlava os aspectos da produção, armazenamento, circulação e consumo. Está diretamente ligada ao desenvolvimento tecnológico vertiginoso verificado neste ramo das indústrias culturais no século passado. Na medida em que estas grandes empresas trabalham a partir da disseminação em nível planetário da sua produção, outra característica fundamental é o fato de o repertório ser de reconhecimento mundial, configurando um quinhão importante da cultura contemporânea. Em termos de estrutura, é marcada pela regularidade no que diz respeito às questões musicais (rítmicas, melódicas e harmônicas) e aos temas, geralmente tópicos em evidência. A existência do refrão enquanto unidade fundamental reflete a característica da repetição, utilizada no intuito de tornar memorizáveis as canções (Janotti Jr, 2005). Diferencia-se (ainda que estas fronteiras não sejam rígidas) particularmente da música erudita e da música popular (no seu sentido folclórico, ou seja, das produções que surgem fora do grande ecossistema comercial das indústrias culturais). Do ponto da presença nas rádios, o principal gênero de música hoje no Brasil nesta vertente é o sertanejo.

de especificidade. Nas palavras do autor, apresentam-se como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das suas posições nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (Bourdieu, 2003: 119).

Hierarquias, calcadas sobretudo na disposição desigual de recursos – os capitais³ (Bourdieu, 2003: 120) –, são uma das características marcantes destes microcosmos. O imperativo da ação, por parte dos agentes, à luz da metáfora do campo magnético, onde todas as partículas devem se mover para que o sistema venha a funcionar, é outra característica central (Cerulo, 2010: 20-21).

Alguns atributos essenciais dos campos ilustram sobretudo a especificidade destes grupos sociais. Neste sentido, é importante ressaltar o fato de que existem sempre certas “paradas em jogo”, para utilizar um termo do léxico bourdieusiano, que dizem respeito basicamente ao que está em disputa dentro destes agrupamentos e que requerem estratégias específicas de atuação dos agentes. Desta condição estruturante é que decorre a necessidade de cada membro disposto a participar destes “jogos” sociais dispor do *habitus*⁴ de campo, o que significa basicamente o (re)conhecimento das regras que regem o jogo. Obviamente, e assim ensina o estruturalismo genético sobre o qual Bourdieu desenvolve a sua obra, estas regras sobre as quais se erigem as dinâmicas de funcionamento dos campos não são estáticas, podendo vir a ser mudadas no decorrer do tempo (Bourdieu, 2003: 121-123).

Ainda que haja uma gama variada de características, ligadas às diversas dimensões da sociedade – política, filosofia, religião, arte, etc. –, existem leis gerais que caracterizam os campos. Assim, em todo e qualquer campo haverá um conflito essencial, via de regra, entre o recém-chegado que busca espaço e visibilidade em território desconhecido contra o estabelecido que, por sua vez, tenta a todo custo manter o seu *status-quo*. Por outro lado, apesar dos tensionamentos, há sempre convergências relativas calcadas nos interesses comuns dos agentes na perpetuação

³ Estes consistiriam em quatro tipologias principais. O capital econômico (conjunto de bens materiais); o capital social (o circuito de relações interpessoais); o capital cultural (podendo ser este incorporado – conhecimentos gerais –, objetivado – livros, discos – ou institucionalizado – diplomas e certificados); o capital simbólico (soma dos outros capitais, fornece as possibilidades de reconhecimento no espaço social onde o agente atua) (Cerulo, 2010: 24-25). Importante argumentar sobre a especificidade do capital, cujo “valor” está diretamente ligado ao campo no qual circula (Bourdieu, 2003: 121). Neste sentido, não é possível esperar obter os mesmos resultados quando se “joga” no campo político com o capital do campo artístico, por exemplo.

⁴ Conjunto de disposições duráveis que um agente carrega e que molda a sua prática no espaço social. Noção formulada para superar a dicotomia clássica entre ação e estrutura verificada no âmbito sociológico, uma vez que o *habitus* também exprime os modos como a estrutura social está depositada nos agentes e os modos como estes agem criativamente aos constrangimentos estruturais (Bourdieu, 2003: 120).

do seu microcosmo social, preservando os pressupostos basilares que permitem a existência do campo enquanto tal (Bourdieu, 2003: 120-121).

As principais análises a respeito do campo artístico estão compiladas no clássico "As Regras da Arte" (Bourdieu, 1996). Neste livro, são investigadas as condições sociais que permitiram o surgimento de um campo literário relativamente autônomo na França. O que interessa no âmbito restrito deste artigo é sublinhar os atributos básicos que permitem verificar a existência de um campo da arte: (1) a emergência de um conjunto substancial de obras geradas no âmbito do campo artístico em questão; (2) o surgimento de espaços de fruição e exposição das obras; (3) a criação de instâncias de reprodução dos modos de fazer artístico (as escolas de belas artes, por exemplo); (4) o aparecimento de críticos e conservadores especializados (4) (Bourdieu, 1996: 326).

Foram três os grandes tipos de arte verificadas na análise do campo literário francês: (1) arte burguesa; (2) arte social; (3) arte pela arte. O primeiro tipo estaria subordinado estruturalmente à imprensa, por sua vez, dependente dos recursos da política e da economia. Não constituiria o cerne de um campo artístico autônomo. O segundo consistiria essencialmente na arte como elemento de engajamento social e político. O último tipo estaria amparado na ideia de uma autonomia estética do segmento artístico, sobretudo a partir do culto da forma. Este último tipo de arte formularia os pressupostos que permitiriam a autonomização relativa do campo literário francês. Neste sentido, o artista moderno consistiria num "profissional em tempo integral (...), indiferente às exigências da política e às injunções da moral e não reconhecendo nenhuma outra jurisdição que não a norma específica de sua arte" (Bourdieu, 1996: 95).

A predominância dos pressupostos da "arte pela arte" na autonomização do campo artístico acabaria por contribuir para a ideia de uma estética pura, baseada sobretudo na ideia de um gênio criador solitário que, em última análise, acabaria por esvaziar a dimensão histórica das análises artísticas. No entanto, é precisamente essa ideia de estética pura e autônoma da influência de fatores sociais que Bourdieu desconstrói no seu trabalho. Assim, mais do que a análise da obra em si, amparada apenas por critérios estéticos, seria necessário o escrutínio das condições sociais nas quais foram constituídas tais obras, bem como a produção dos próprios pressupostos estéticos que norteiam os critérios de avaliação (Bourdieu, 1996: 320).

2.2. Os mundos da arte

Um dos mais renomados sociólogos estadunidenses do século XX, Howard S. Becker possui contribuições em diversas áreas das ciências sociais. No escopo

da problematização das práticas artísticas, o seu célebre conceito de mundos da arte possui lugar de destaque na literatura sobre o tema, verificado na sua aplicabilidade em contextos vários e sua renovação contínua (Guerra e Costa, 2016). Em linhas gerais, a ideia de "mundo", na perspectiva do autor, diz respeito ao conjunto de pessoas, mas também de instituições, cujas práticas produzem os eventos e produtos que são característicos de um determinado segmento social especializado. Assim, um mundo artístico "será constituído do conjunto de pessoas e organizações que produzem os acontecimentos e objetos definidos por esse mesmo mundo como arte" (Becker, 1977b: 9).

Desde esta definição geral, Becker depreende algumas formulações mais específicas a respeito dos mundos da arte. Assim, as obras de arte consistiriam no produto de ações coordenadas de um conjunto variado de pessoas e instituições a partir de formas específicas de cooperação, as convenções. Os critérios de apreciação destas obras seriam oriundos das dinâmicas internas do próprio mundo artístico em questão. No fim, a coexistência, simbiótica ou conflitual, entre vários mundos da arte, configuraria também um atributo chave destes microcosmos sociais (Becker, 1977b:10-11). -

Seriam quatro tipos principais de artistas atuantes nos mundos da arte: (1) profissionais integrados, bem inseridos nas convenções do mundo da arte no qual atuam, com obras de mais fácil assimilação e que gozam mais efetivamente dos bônus desta acessibilidade; (2) *mavericks* ou inconformistas, não-afinados com as convenções do mundo da arte, com obras de mais difícil assimilação e, por conta disso, com mais desafios para a visibilidade; (3) artistas ingênuos, que possuem pouquíssimas relações com outros membros, instituições e pouco ou nenhum conhecimento das convenções do mundo da arte no qual está inserido; (4) aqueles membros ligados à arte popular, na qual o trabalho realizado, mais do que uma função estética, possui uma função prática (as cerâmicas populares, por exemplo) (Becker, 1977b: 12-26)

2.3. Algumas intersecções e diferenças entre os campos artísticos e mundos da arte

Após essa breve explanação das duas perspectivas, é possível argumentar em torno de uma convergência fundamental: assim como verificado na problematização de Bourdieu, também Becker desconstrói a ideia de que uma obra de arte é produto apenas dos pressupostos do artista que a concebe, argumentando, pelo contrário, sobre a necessidade da ação coletiva de uma rede multivariada de pessoas e instituições para que um determinado produto artístico chegue a ser o que é. Portanto, para além dos

horizontes especificamente ligados a uma visão estética, inserindo o contexto social como elemento definitivo nas análises. Ainda que haja essa convergência fundamental, alguns distanciamentos marcam as duas perspectivas.

O próprio Bourdieu (1996: 321-322) elenca algumas diferenças fundamentais entre a problematização contida no "campo" e da presente no conceito de "mundo". Para o autor francês, esta perspectiva careceria sobretudo de uma ênfase mais detalhada, do ponto de vista histórico e sociológico, das origens e da forma como estão dispostos os mecanismos de reconhecimento das obras (em suma, uma análise da morfologia e das ideologias presentes no campo artístico).

Para Waquant (2005: 119), um dos principais divulgadores da obra de Bourdieu, a diferença fundamental entre as duas perspectivas consistiria no fato de que o "mundo" se concentra nas interações entre os participantes do segmento artístico analisado, enquanto o "campo" se concentra na estrutura de posições ocupadas pelos diversos agentes e instâncias e nas relações de poder, que configurariam o motor de funcionamento por excelência deste tipo de microcosmo social. Assim, enquanto a premissa básica de análise de Bourdieu estaria voltada para a dimensão agonística, de luta, que marcaria o mundo social, Becker estaria interessado sobretudo nas ações coletivas.

Quando Becker (2006) disserta comparativamente a respeito dos conceitos de "campo" e de "mundo", também ressalta estas diferenças. Assim, para o autor estadunidense, a perspectiva bourdieusiana descreve o ambiente social nas quais as obras de arte são geradas sobretudo a partir da já citada metáfora do campo magnético, onde o foco está nos jogos de poder. Mais do que pessoas de carne e osso, os principais elementos que compõem as análises são as forças, espaços, relações e atores (enquanto entes que possuem poderes relativos).

Já a ideia de "mundo" teria como foco principalmente as pessoas que interagem a partir de ações mais ou menos coordenadas. Estas, parcialmente consensuais a partir de convenções, consistiriam em certos modos de agir mais ou menos padronizados, que surgem no decorrer do tempo, e que se mostram convenientes para o funcionamento do mundo artístico em questão. Numa esquematização geral, enquanto na perspectiva do campo as questões fundamentais de partida seriam "quem dominaria quem", "usando quais estratégias e recursos", e "com quais resultados", a do "mundo" questionaria essencialmente "quem estaria fazendo o quê", "com quais outras pessoas", "que afetaria o resultado final da obra de arte" (Becker, 2006).

O que importa sublinhar no âmbito deste trabalho é que ambos os autores reconhecem a dimensão oposta do foco das suas análises. Ou seja: ainda que enxergue

a vida social enquanto uma vida de disputas, Bourdieu também argumenta a respeito das coesões relativas que permitem a própria sobrevivência de um determinado campo social. Becker, por sua vez, mesmo focando na ação coletiva, elenca que conflitos também são inerentes aos mundos da arte.

Portanto, na medida em que a proposta deste artigo visa investigar as interações entre um conjunto de agentes e instâncias que atuam no segmento artístico-musical em foco, efetuada a partir do escrutínio analítico das alianças e dos conflitos que atravessam estas dinâmicas, optou-se pela utilização quer da problematização de Bourdieu, quer da de Becker, uma vez que ambas as contribuições, não obstante algumas diferenças fundamentais explicitadas pelos próprios autores, fornecem subsídios de análise sociológica para o objetivo especificamente traçado. Antes da análise propriamente dita, é feita uma breve apresentação do rock independente de Teresina neste início de século XXI.

3. Considerações gerais sobre o rock independente de Teresina no início do século XXI

Teresina é a capital do estado do Piauí, localizado no Nordeste do Brasil. Em 2010 possuía aproximadamente 814 mil habitantes (IBGE, 2010). A distância dos principais centros econômicos, políticos e midiáticos do país é um dos fatores principais que explicam o desconhecimento, em termos nacionais, da produção cultural oriunda daquele território. Junto a isso, a construção interna de uma narrativa que atribui o marasmo como a principal característica da produção musical de Teresina tem sido uma realidade (Medeiros, 2013: 91). Contudo, esta narrativa é contestável quando se escrutina de forma mais cuidadosa o conjunto robusto de obras já geradas naquele ambiente cultural, que, no caso da produção roqueira, viria a atingir uma maturidade e sedimentação expressivas no início do século XXI.

O segmento musical objeto desta análise é problematizado a partir da categoria "independente". Em linhas gerais, a independência no âmbito musical diz respeito às iniciativas que se estruturam fora do raio de atuação da grande indústria cultural. Historicamente foi utilizada no âmbito da indústria fonográfica para demarcar as diferenças de práticas entre as pequenas editoras e as megacorporações do mundo da música (Shuker, 1998: 144-145), que se refletiam sobretudo na escolha dos *casting* de artistas e nas estratégias de comercialização e difusão das obras. Aquelas, diga-se de passagem, tiveram um papel importantíssimo na emergência do rock nos Estados

Unidos no início dos anos de 1950 (Friedlander, 2002). É importante ressaltar que mais do que uma oposição *strictu sensu*, o que tem caracterizado historicamente as relações entre *underground* e *mainstream* musical é justamente o caráter de complementaridade (Hesmondhalgh, 1999), uma vez que existe uma grande quantidade de trajetórias artísticas que circularam no universo musical *underground* antes de aportarem na estrutura das grandes indústrias culturais⁵.

A gênese do rock em Teresina está intimamente ligada ao surgimento do grupo *Os Brasinhas*, no ano de 1966, na esteira do movimento da Jovem Guarda, variação brasileira do iê-iê-iê (Ferreira, 2006). As primeiras movimentações em torno de uma produção propriamente autoral – os *Brasinhas* executavam os grandes sucessos de artistas consagrados à época – se daria na primeira metade dos anos de 1970, com o surgimento da *Banda da Cidade Verde*. Apesar deste avanço, os primeiros registros fonográficos no rock se dão no âmbito do *heavy metal* e datam apenas da década de 1980 – o álbum homônimo do grupo *Vênus* (1986) e o *split*⁶ *Tecnodeath/Stop the Fire* (1989), dos grupos *Megahertz* e *Avalon*, são dois dos mais importantes registros da altura, ambos os materiais com boa repercussão no *underground* nacional. Os anos de 1990 são marcados pelo incremento dos grupos atuantes, com subdivisões em vertentes cada vez mais específicas, e com a aparição do primeiro grande cânone do segmento, o grupo *Narguilé Hidromecânico*. Neste período, a produção roqueira da cidade mostrava uma sincronia com uma tendência em voga na música brasileira marcada pelo diálogo intenso entre tradições locais e transnacionais (Abramo, 1996: 1-3; Alexandre, 2013: 31), amparada num forte cosmopolitismo estético (Regev, 2013), e que teve como um dos principais expoentes o grupo *Chico Science e Nação Zumbi*.

Mesmo com estes avanços substanciais, as limitadas possibilidades de registrar aquela produção, devido o atraso tecnológico verificado em contextos sociais como o de Teresina, apesar da efervescência cultural e criativa, era ainda um dos principais entraves para a sedimentação do rock autoral produzido na cidade. Assim, ainda que já existisse uma extensa produção autoral no âmbito deste gênero de música popular, o registro fonográfico era um acontecimento extraordinário na trajetória de boa parte daqueles artistas. Esta discrepância entre criatividade artística e materialização em obras perduraria até meados do início do século XXI, época em que ocorrem

⁵ Para uma discussão detalhada dos contornos que a independência musical adquire no Brasil conferir Alves (2017), mais especificamente o capítulo 3.

⁶ Comum nos universos musicais independentes, consiste num registro fonográfico (um *long play*, cassete, etc.) dividido por dois ou mais artistas, geralmente para a contenção de custos.

modificações substanciais nos modos de produzir, circular, armazenar e consumir música, possibilitada sobretudo pela emergência do ambiente digital nas sociedades contemporâneas⁷.

Portanto, na primeira década do século XXI o rock independente de Teresina, na esteira do argumento de Bourdieu (1996; 2003) a respeito dos segmentos artísticos relativamente especializados, atingiria um estágio de relativa especialização e autonomia. Isto seria verificado no surgimento de um corpo substancial de obras, seja numa dimensão fonográfica, seja numa dimensão videográfica; de entidades promotoras daquela produção cultural; de espaços especializados para a fruição; e de um corpo de críticos e curadores dedicados à divulgação e legitimação daquele material artístico.

A reconstituição da morfologia do rock independente de Teresina no início do século XXI que será apresentada de seguida foi fundamentada neste mapeamento e análise preliminares. Ou seja, tendo em vista os pressupostos previstos seja no conceito de campo artístico, seja no de mundo da arte, que concebe a obra de arte como o produto de um conjunto complexo de interações entre agentes e instâncias diversas.

Especificamente, esta reconstituição segue de perto o modelo utilizado por Guerra (2010: 505) na reconstituição diacrônica da gênese e consolidação do rock alternativo português (1980-2010). Assim, foram catalogados 136 projetos musicais com atividades no rock independente de Teresina no decorrer deste início de século XXI; 51 entidades responsáveis pela promoção de eventos, sobretudo concertos (2014-2016); 72 espaços para a fruição do rock autoral (2014-2016); assim como 49 instâncias de divulgação e legitimação, onde atua o corpo de críticos que auxiliam no processo de chancela interna daquela produção musical (2014-2016). Em última análise, esta base fornece a possibilidade para o surgimento, divulgação e legitimação de um corpo substancial de obras, seja numa dimensão fonográfica, seja numa dimensão videográfica⁸.

⁷ Um dos aspectos mais notáveis destas transformações é a desmaterialização dos formatos fonográficos, que tem contribuído para a reformulação do *business* da música já a partir do final do século XX, uma vez que afeta consideravelmente a diade na qual o modelo até então hegemônico se estruturava – a venda de fonogramas em suportes materiais como o LP e a produção de renda a partir da exploração dos direitos de propriedade (Herschmann, 2010). Para uma discussão detalhada sobre este contexto a partir do caso específico do rock independente de Teresina, conferir Alves (2016). Uma análise destas transformações no caso brasileiro pode ser visualizada em De Marchi (2011). Uma análise detalhada do caso português pode ser visualizada em Abreu (2010).

⁸ Foram catalogados 219 produtos fonográficos em vários formatos (álbuns, *extended plays*, *singles*, *demos*, *bootlegs*, compilações), em suportes materiais e/ou no ambiente digital, e 59 videoclipes.

Feitos estes esclarecimentos iniciais, o próximo tópico trata das interações entre este conjunto de agentes e instâncias a partir de dois pontos inerentes a estes ambientes artístico-musicais: as alianças assumidas e os conflitos travados.

4. Alianças e conflitos no rock independente de Teresina

A análise dos modos de interação entre o conjunto variado de agentes e instâncias que compõe o rock independente de Teresina foi articulado a partir da interlocução com 32 agentes (músicos, cineastas, fãs, produtores, militantes culturais, representantes de instituições mediadoras, jornalistas e acadêmicos)⁹ que atuam ou atuaram no segmento no decorrer do século XXI a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas, nas modalidades *on* e *off line*. Quando presenciais, foi utilizado o registro audiovisual.

O material oriundo destas entrevistas foi tratado a partir da metodologia de análise de conteúdo sugerida por Isabel Guerra (2006: 68-87), que consiste no escrutínio comparativo dos discursos dos agentes para a posterior construção de categorias temáticas. Este procedimento consistiu em cinco fases: (1) transcrição de todas as entrevistas; (2) leitura posterior detalhada para detectar pontos novos e/ou importantes em referência ao guião original; (3) construção de sinopses individuais dos tópicos abordados; (4) análise descritiva com a construção de categorias; (5) análise interpretativa das categorias, verificada no texto final.

No que diz respeito às convergências, foram visualizados os seguintes pontos gerais: (1) a realização de ações coletivas dispersas, sem a presença de instituições mediadoras; (2) a realização de ações coletivas a partir de instâncias mediadoras. No que diz respeito aos conflitos, foram visualizados três grandes pontos gerais: (1) tensionamentos entre os artistas; (2) tensionamentos entre os artistas e o Estado; (3) tensionamentos entre os artistas e os produtores de eventos. Conforme discutido a seguir, cada um destes pontos gerais possui desdobramentos mais específicos.

A heterogeneidade é o termo que melhor descreve o conjunto de agentes e instâncias que formam o rock independente de Teresina neste início de século XXI. Esta heterogeneidade é de natureza estética (verificada na diversidade de projetos

⁹ Não raramente estes agentes ocupam mais de uma função no universo musical analisado. Exemplo: um músico pode ser também jornalista cultural, membro de uma associação ou ocupar um cargo em algum órgão público.

musicais)¹⁰, organizacional (verificada na diversidade de entidades promotoras de eventos)¹¹, ideológica (verificada na diversidade de estratégias utilizadas nas ações)¹² e sociodemográfica (verificada na forma como esta produção está difusa no território da cidade)¹³. Não obstante esta natureza heterogênea, as ações convergem num ponto fundamental: o caráter de oposição às práticas predatórias das grandes indústrias culturais, que acaba por influenciar a formatação de obras cujas propostas possuem menos entrada no circuito das grandes audiências, o que obriga os próprios artistas a estruturarem, em muitos os casos, os registros das obras, as estratégias de divulgação, os canais de exposição e a própria formação de público. Conforme argumentado anteriormente, este perfil está bastante afinado com o artista inconformista, segundo a classificação de Becker (1977a; 1977b; 2008). Assim, ainda que os conflitos apareçam de forma marcante nestas interações, norteados, em boa parte dos casos, por estas heterogeneidades, as necessidades comuns em torno dos tópicos supracitados permite a coesão relativa que fornece as condições para que o rock independente de Teresina perdure e se desenvolva no tempo e no espaço.

4.1. Alianças no rock independente de Teresina

As convergências verificadas no âmbito de ações coletivas no rock independente podem ocorrer sem ou com a presença de instituições mediadoras. No primeiro caso as ações costumam ter menor impacto naquele microcosmo social do que no segundo, sobretudo pelo caráter mais pontual das próprias empreitadas, com objetivos, em geral, mais modestos do que aquelas que são viabilizadas a partir de instituições associativas.

Foi verificada a prática de ações coletivas sem a presença de instituições mediadoras por membros inseridos em vários estratos institucionais, o que no caso do rock independente de Teresina corresponde basicamente aos órgãos responsáveis

¹⁰ Um total de 136 projetos musicais distribuídos em quatro subgrupos – *pop rock*, *indie rock*, híbridos e *rock vintage*. Para mais detalhes sobre a morfologia do rock independente de Teresina conferir Alves (2017), nomeadamente o capítulo 7.

¹¹ Um total de 51 instâncias nas esferas públicas, privadas e do terceiro setor, nos seguintes formatos: produtoras especializadas, coletivos culturais, associações, projetos educativos, fundações culturais, entidades governamentais, entidades estudantis, bares/restaurantes, casas de *show*, empresas.

¹² A despeito de uma convergência fundamental, alinhada ao perfil da arte inconformista (Becker, 1977b, 2008), há uma série de posicionamentos mais específicos, ora mais afinados a uma arte politicamente engajada, ora mais afinados à preservação de certos repertórios, ora – ainda – mais afinados a respeito da necessidade de construção de mercados de médio porte para a produção independente.

¹³ Há espaços de fruição para o rock independente em todas as zonas de Teresina, ainda que haja uma clara concentração nas zonas mais abastadas.

pela aplicação das políticas públicas (poder público), os empreendimentos culturais privados (mercado) assim como as organizações não-lucrativas (terceiro setor). Assim, ainda que atrelados a instâncias mediadoras que exercem importante papel na articulação de ações coletivas no segmento artístico analisado, e que são abordadas mais detalhadamente adiante, muitos destes agentes (também) acabam por viabilizar certas empreitadas a partir de um associativismo não-formalizado. Ou seja: ações coletivas naquele contexto podem ocorrer sem uma instituição que medie tais procedimentos, mesmo quando os seus membros estão associados a algum tipo de instância desta natureza. Além deste tipo de caso, é importante ressaltar também a existência de agentes que, por motivos vários, não se filiam a nenhuma instância mediadora mais específica (a não ser o próprio grupo de músicos no qual atua, no caso do rock independente de Teresina, as bandas), promovendo suas estratégias de atuação de forma mais individualizada.

Para boa parte dos agentes consultados, a pouca presença de instituições de associativismo formalizado no segmento configuraria uma lacuna histórica no rock independente de Teresina:

Eu acho que houve muitas tentativas mas nada vingou. Associações de músicos, conselhos, alguns tentaram fazer algum agrupamento para ser uma espécie de agência, um agenciamento de bandas. Por exemplo, os músicos de bandas associaram àquela agência e toda vez que uma casa quisesse contratar aquela banda, (...) não trataria diretamente com a banda, e sim com a agência, o cachê, tudo isso era visto com a agência, mas nunca vingou (George, músico e proprietário de estúdio de gravação)¹⁴.

As dificuldades em criar e promover a longevidade destas instâncias, apesar de diversas tentativas, é um fator constantemente apontado:

Um acontecimento que não foi para frente, mas que é interessante, porque, falando desta questão da profissionalização, teve uma época em que a gente chegou a se reunir, nós, músicos, e a gente ensaiou organizar uma associação. (...) E aí a gente chegou a ir no SEBRAE¹⁵, fazer treinamento. [Porque] era uma associação dos músicos. De "vamos nos organizar". Para fortalecer o mercado e tipo assim: "ah, vamos cobrar um cachê mínimo". Porque era a reclamação. Tinha banda que estava começando e aí baixava o nível. (...). Enfim. Se organizar para tentar fortalecer a cena. Mas não foi para frente. (Renato, músico e investigador acadêmico).

¹⁴ Todas as identificações nos excertos correspondem a pseudônimos.

¹⁵ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Contudo, mesmo com esta lacuna no que diz respeito ao número de instâncias dedicadas ao associativismo formalizado, as coisas acabariam por se “organizar”.

Eu acho que se for para sentir falta de algo, eu acho que é o que eu sinto aqui, de organização coletiva mais forte, institucional mesmo (...). É engraçado a gente perceber que mesmo assim, mesmo com esses empecilhos, as coisas se organizam (Tomás, músico e investigador acadêmico).

Obviamente, “as coisas se organizam” não de maneira automatizada, mas, pelo contrário, devido à constatação da necessidade de ações coletivas para atingir determinados fins, ainda que nestes processos não se criem laços tão sólidos entre os agentes que colaboram entre si. Um primeiro grande aspecto que influenciaria este tipo de ação coletiva no contexto analisado seria a precariedade generalizada das condições do fazer artístico, até mesmo no âmbito do poder público, setor que possui as dotações orçamentárias mais relevantes. É neste sentido que em muitas ocasiões empreitadas culturais cuja responsabilidade compete ao Estado acabam por se transformar em mutirões colaborativos informais, onde os artistas depositam força de trabalho e recursos materiais para viabilizar tais eventos:

Algumas coisas são produzidas aqui em Teresina e, às vezes, elas não partem de uma coisa coletiva mas pode ser que acabe se transformando nisso. Por exemplo: O *Teresina é Pop*, o *Teresina é Rock*, e até o *Salão de Humor* [tradicionalis programações culturais do calendário da cidade], eles focam basicamente em apresentações de bandas de *rock* daqui de Teresina. E aí, às vezes, a gente percebe uma estrutura que é tão precária. Por exemplo, a gente tem um amigo que está na Fundação [Municipal de Cultura], que liga pra gente e diz assim: “cara, vocês poderiam tocar no evento tal, infelizmente a prefeitura só pode pagar tanto”. Aí, o cara, às vezes, fica puto com o dinheiro que a Prefeitura pode pagar mas ele quer participar daquilo e ele acaba indo mesmo vendo que aquilo não é justo. Mesmo contrariado, ele acaba apoiando. Então, tem tanta coisa que acontece aqui em Teresina que embora parta de um evento oficial parece que no desenrolar vira uma coisa coletiva (...). Aqui em Teresina a gente vai tendo sempre essa característica de algo precário, de algo que a gente está fazendo com garra, na marra. E a coisa vai acontecendo e tem um lado bom (...). As pessoas vão e gostam. Então, eu acho que neste sentido (...) muitos eventos (...) poderiam ser considerados projetos coletivos (Hermeto, músico e escritor).

Outro exemplo é a realização de empreitadas coletivas pelos próprios artistas. Os festivais de música têm configurado, no decorrer deste início de século XXI, o principal exemplo deste tipo de ação. Motivados sobretudo pela programação cultural insuficiente oriundas do setor público e do setor cultural privado, muitos artistas acabam por organizar os seus próprios eventos, alguns com lugar de destaque no imaginário musical de Teresina.

Eram eventos relativamente grandes que nós montávamos por conta própria. Literalmente a gente pegava o chapéu e saía pedindo a contribuição das bandas, cada integrante da banda dava um pouquinho e aí a gente ia lá, fechava com o som, fechava com o local e fazia os cartazes (Marky, músico e disc jockey).

Apesar deste cenário de dificuldades generalizadas, onde um dos pontos principais é a própria criação e manutenção de instâncias associativas, no decorrer desta investigação foram verificadas também relevantes ações coletivas viabilizadas a partir destas estruturas mediadoras. Por estrutura mediadora entende-se qualquer instância que aglutine pessoas e mesmo outras instituições no intuito de viabilizar certas ações coletivas, geralmente de caráter mais ambicioso e com maiores impactos do que o associativismo que não é formalizado. Estas aparecem sobretudo no âmbito das entidades produtoras de eventos, nomeadamente as produtoras especializadas, associações e os coletivos culturais, estes últimos, detalhados adiante. Ocasionalmente, são verificadas também no âmbito dos espaços de fruição e, mais raramente, no de algumas instâncias de divulgação e legitimação.

Nestes casos, a ideia de parceria, calcada no caráter mais pontual das ações, e de laços menos sólidos entre uma multiplicidade de agentes que se associam (músicos, empreendedores culturais, divulgadores, entusiastas, entre outros), é substituída pela ideia de trabalho coletivo, com laços mais estreitos entre os que colaboram e ações mais ambiciosas, substanciais e duradouras.

Um coletivo, no caso do contexto analisado, consiste basicamente na conexão de indivíduos e/ou instituições que buscam incrementar uma certa linguagem artística a partir da união de esforços. Podem focar também em vários tipos de manifestações culturais simultaneamente (os coletivos multilinguagem). Via de regra, estas instâncias configuram também um importante elemento de conexão da produção cultural local com outros contextos fora de Teresina. No Brasil, o Circuito Fora do Eixo¹⁶, principalmente na primeira década do século XXI, configurou uma importante rede de coletivos desta natureza.

Um dos casos mais emblemáticos no rock independente de Teresina é o do coletivo Cumbuca Cultural. Liderado por Ricardo Totte, vocalista do grupo *Batuque Elétrico*, surgiu na segunda metade dos anos 2000 a partir da união de esforços de membros de destacados grupos de uma vertente que teve bastante visibilidade na primeira década do século XXI, aqui chamada de rock regional¹⁷. O coletivo tem

¹⁶ Para mais detalhes sobre o Circuito Fora do Eixo ver Alves (2013), mais especificamente o capítulo 3.

¹⁷ Para mais detalhes sobre o rock regional conferir Alves (2017).

produzido, desde então, uma série de eventos de grande destaque no âmbito da música autoral do Piauí. Estas ações tem contribuído de forma relevante para a música local do território analisado, uma vez que trabalha com o tripé divulgação, circulação e preservação dos repertórios. Alguns dos principais eventos produzidos no decorrer da trajetória do coletivo são: Mostra Cumbuca Cultural, Mostra Lança Piauí, Conexão Música Piauí, Permita-se, Sintonia.

Eu acho que os trabalhos coletivos como o *Cumbuca* foram essenciais para chegar na visão que hoje nós entendemos como mais coletiva. Se você for pegar essa turma como o Rubens Lima, Geraldo Brito, Edvaldo Nascimento [músicos pioneiros da cidade], eles trabalhavam muito individualmente. O próprio *Narguilê Hidromecânico* também trabalhou muito [dessa forma] (...), fazendo o seu evento praticamente sozinho (Sebastião, músico e produtor cultural).

Outro coletivo que se tem destacado neste segmento artístico-musical é o *Geração Tristherezina*. Com um teor altamente politizado das obras, enquadrando-se naquilo que Bourdieu (1996: 89-95) designou enquanto arte social, os membros, alguns deles recém-chegados ao rock independente de Teresina, têm conseguido boa visibilidade dos seus trabalhos, seja a nível de chancela interna por importantes instâncias de legitimação do segmento cultural da cidade¹⁸, seja pela circulação exitosa das obras em relevantes instâncias de legitimação do Brasil e do exterior¹⁹, no âmbito dos meios de comunicação da grande imprensa (os cadernos culturais de grandes jornais, por exemplo), assim como no âmbito de uma imprensa mais ocupada das questões do universo alternativo (principalmente sítios e blogues especializados). Diferentemente do que é verificado no caso do Cumbuca Cultural, a circulação que ocorre é principalmente das obras, e menos dos concertos dos artistas, sendo aproveitadas as oportunidades oferecidas pelo ambiente digital.

Assim como no caso dos coletivos musicais, as produtoras especializadas e os coletivos multilinguagem também são outras estruturas importantes no âmbito das ações vinculadas a um associativismo mais sólido. No primeiro caso, ainda que de caráter lucrativo, boa parte das ações em torno destas instâncias acabam por se estruturar em torno de parceria nos processos de produção com os próprios artistas, e não apenas a partir da iniciativa do empreendedor cultural. Na medida em que estas empreitadas são organizadas a partir do discurso que versa em torno do fortalecimento

¹⁸ A vitória do grupo *Cidade Estérel*, pertencente ao coletivo, no festival Chapada do Corisco em 2017, uma das principais instâncias de legitimação da música autoral de Teresina, é um exemplo neste sentido.

¹⁹ O caso do músico Valciã Calixto é particularmente emblemático neste sentido.

da cena de música independente da cidade, existe uma adesão substancial de artistas, ainda que, em muitas ocasiões, estas venham acompanhadas de remunerações baixas ou inexistentes, assim como de condições dos espetáculos aquém do desejado. Este tipo de situação, inclusive, acaba por configurar também um motivo para muitas polêmicas e dissensos, aprofundadas no tópico a seguir.

Os coletivos multilinguagem, sobretudo aqueles que trabalham com a ideia de ocupação do espaço público, têm vindo a desenvolver ações com grande repercussão no cenário cultural da cidade. O evento *Salve Rainha*, por exemplo, tem promovido nos últimos anos um novo tipo de programação de rua em Teresina que tem contrastado de maneira importante o medo da população provocado pelo incremento da violência urbana. Uma parte relevante da programação musical do *Salve Rainha* é composta por artistas ligados ao rock independente de Teresina.

Portanto, contando com estruturas organizacionais e estratégias substancialmente diversas, o caráter coletivo, formalizado ou não, é parte importante das dinâmicas de interação no rock independente de Teresina. Estas alianças coincidem com a classificação da socióloga Diana Crane a respeito dos mundos da cultura (1992), refinamento do conceito de Becker focado nos contextos urbanos. Assim, as ações coletivas sem a presença de instâncias mediadoras estariam inseridas no âmbito das redes sociais informais de criadores e consumidores, caracterizadas basicamente pelas modificações constantes de membros e efemeridade das ações. Já as ações coletivas com a presença de instâncias mediadoras são operadas sobretudo no âmbito dos pequenos negócios orientados para o lucro e das organizações não-lucrativas. Obviamente, essa classificação não é rígida, podendo uma instância atuar movimentando mais de um tipo de estratégia.

4.2. Conflitos no rock independente de Teresina

Como já mencionado, os conflitos no rock independente de Teresina são de três grandes ordens: (1) conflitos entre os artistas; (2) conflitos entre os artistas e Estado; (3) conflitos entre artistas e empreendedores culturais. Destes, o que possui maiores desdobramentos são os conflitos entre os próprios artistas.

O primeiro desdobramento dos conflitos entre os artistas diz respeito às animosidades entre aqueles que possuem uma postura predominantemente autoral e aqueles que praticam o *cover*; execuções de músicas de outros artistas, geralmente sucessos consagrados, no intuito de atrair mais público e tornar financeiramente mais viável as suas atividades, promovendo, no pacote, o trabalho de teor autoral. O substrato desta polêmica está amparado no posicionamento de oposição à grande

indústria cultural, que tende a considerar o tipo de repertório executado na prática do *cover* – exceções, é claro, existem – um subproduto, de teor demasiado comercial, quando comparado à produção autoral “legítima”. Há um paralelo, neste caso, aos tensionamentos historicamente verificados nos campos artísticos entre os membros associados a uma perspectiva da arte pela arte (foco nos elementos estéticos) e de uma arte social (foco nos elementos ideológicos) contra os membros inseridos no âmbito de uma arte comercial (Bourdieu, 1996: 89-95).

No entanto, na medida em que se adentra de forma um pouco mais detalhada neste tópico, é perceptível a necessidade de uma visão que supere a mera dicotomia entre arte engajada (estética ou ideologicamente) e arte “vendida”, já que a prática do *cover* acaba por configurar um elemento importantíssimo na sedimentação do rock independente de Teresina. Assim, ainda que seja verificado um caráter de oposição severo em muitas falas, não raramente são apontadas também vantagens trazidas com a execução de músicas não-autorais. Em primeiro lugar, este tipo de prática seria importante num contexto como o de Teresina na medida em que a presença de grandes nomes da música internacional é algo raro na cidade, sendo esta praticamente a única forma de fruição ao vivo deste tipo de repertório.

A existência do *cover* diferenciado, que cumpre a função de apresentar um repertório alternativo, contribuindo para a formação de um público predisposto a consumir músicas com menos evidência no âmbito massivo, também é outro ponto que não deve ser negligenciado nesta discussão. Este fenômeno foi importante em Teresina na formatação de um segmento *indie* rock no início do século XXI, sobretudo a partir da atuação da banda *Devotchka*, que, apesar de não executar um repertório predominantemente autoral, circulava nas programações do *indie* rock teresinense e contava com membros que posteriormente comporiam importantes projetos da música autoral da cidade.

A própria sustentabilidade financeira dos músicos num ecossistema ainda frágil, caracterizado pela precariedade, acaba por configurar outra justificativa levantada por muitos músicos a respeito da presença do *cover*. Sem contar no fato de que, muitas vezes, o dinheiro ganho ao executar grandes sucessos é reinvestido na própria produção autoral, a partir da aquisição de equipamentos, financiamento de ensaios e turnês e viabilização de registros fonográficos.

A premissa de que o *cover* é o estágio preliminar para a produção autoral, ainda que não se aplique cem por cento àquela realidade, não deve ser negligenciada, já que grandes nomes do rock independente de Teresina – Teófilo e André de Sousa são dois bastante emblemáticos neste sentido – atuaram com êxito no segmento antes de

enveredarem bem-sucedidas trajetórias autorais. O primeiro atuou na banda *Mãezoca News*, incubadora de talentos que posteriormente cravariam também seus nomes com desenvoltura no segmento autoral. O segundo na banda *Brigite Bardot*, que apesar do repertório predominantemente *cover* emplacou um dos maiores *hits* autorais já feitos no Piauí, o reggae *Freak Lagarta*. De fato, esse fenômeno ocorreria com vários artistas que se revezavam entre a produção autoral e a execução de grandes sucessos de outros músicos, vide o caso do grupo *Mano Crispim*, na primeira década do século XXI. Por último, é importante ressaltar que a prática do *cover* foi importantíssima no desbravamento de certos espaços estratégicos – a priori, fechados à produção autoral – que foram alcançados graças a atuação pioneira destes artistas que, entre a execução de um e outro grande *hit* do rock, inseriam suas canções nos repertórios destes espaços.

Portanto, após a interlocução com os agentes, é possível argumentar sobre a necessidade de superação da dicotomia entre arte engajada (estética e ideologicamente) e arte comercial quando o assunto é a presença do *cover* neste tipo de contexto artístico-musical. Se, por um lado, existe a execução musical menos acurada, que contribui para a precarização do mercado de música da cidade, por outro lado, é possível verificar um conjunto alargado de contribuições no longo prazo dos artistas que alternavam as suas funções entre o *cover* e o autoral:

Fazendo este olhar retrospectivo, essa questão do *cover* foi importante porque esses caras é que estavam nos lugares tocando. Foram eles que neste início, fomentaram os espaços. Estas iniciativas foram importantes porque quebraram uma barreira que depois os caras que começaram a produzir [pensaram]: “vamos tocar nossas músicas.” (Renato, músico e investigador acadêmico).

Os conflitos motivados por vaidade no meio artístico não são novidade. No âmbito do rock independente de Teresina este foi um tópico também muito levantado nas entrevistas. Para muitos agentes, o caráter ainda incipiente das ações exitosas em termos associativos estaria diretamente ligado a este tipo de tensionamento. Os projetos musicais que alcançaram maior visibilidade naquele contexto seriam os principais alvos deste tipo de postura.

É como se nós estivéssemos participando de uma mesma miséria, só que às vezes algumas pessoas se sentem no direito de criar uma picuinha com o outro desnecessariamente. Às vezes por inveja — de dizer assim: “Pô, fulano está conseguindo se destacar e eu não”. Eu percebo isso acontecendo aqui claramente, o que é uma coisa ridícula. (Hermeto, músico e escritor).

O pouco tato com a crítica, situação clássica neste tipo de segmento, é creditado sobretudo a este tipo de vaidade oriunda da identidade artística.

Porque a galera é muito "sentida". A galera não sabe lidar com a crítica Porque para formar essa opinião precisa ter material crítico. Precisa a gente criticar a nossa realidade (Renatão, músico e cineasta).

A rivalidade entre pequenos segmentos que se estruturam principalmente a partir de escolhas estéticas ou filiações a determinadas instâncias (uma produtora ou coletivo, por exemplo) é outro grande foco de conflitos. Um exemplo importante no primeiro caso se deu sobretudo nos anos 2000 entre vertentes mais "puristas" do rock autoral, ligadas aos cânones do rock clássico dos Anos 1950-1970, e da supracitada vertente do rock regional:

Acho que a gente sofreu bastante com isso. Porque um cara que se propõe a fazer um som onde se mistura o regionalismo, eu acho que mesmo que ele não queira, ele se cerca de alguns preconceitos com um som como o nosso. Que é puramente anglo-saxão, que é um *rock* puro. Então, a gente sempre sofreu muito preconceito (Flávio, músico e jornalista).

No caso dos conflitos entre membros vinculados a determinadas instâncias produtoras de eventos, as principais temáticas que aparecem como elementos que contribuem para este tipo de tensionamento são as discordâncias com os *modus operandi* destas produtoras, a dificuldade encontrada muitas vezes para certos artistas adentrarem nestas programações, assim como as baixas remunerações existentes. O caráter paradoxal deste tipo de instância é notório. Se, por um lado, configuram um catalisador de ações coletivas exitosas, por outro lado, são também um dos principais elementos onde orbitam muitos dos conflitos verificados entre os artistas. O comentário de um dos agentes sobre as duas principais entidades promotoras de eventos desta natureza no período compreendido entre 2014 e 2016 ilustra este tipo de situação:

Como é que eu vejo as duas produtoras [principais em atividade no período da pesquisa de campo desta investigação] que eu citei? [A primeira], ela dá oportunidade para bandas que nunca tocaram, que só estavam ali ensaiando em estúdio-[A segunda], não. Já são bandas que existem, que já tocavam. Até há algumas bandas que surgiram recentemente, mas, pegaram estas bandas e fecharam ali num círculo, pouco mais de oito bandas (Clemente, músico e militante cultural).

As disputas por espaços reduzidos nas programações é outro elemento de promoção de discórdias no rock independente de Teresina. Neste sentido, as programações que proporcionam maior visibilidade, produzidas sobretudo no âmbito de ações do poder público, são aquelas onde este tipo de conflito ocorre com mais

frequência²⁰. Os critérios de escalação dos artistas participantes nestas programações, nem sempre claros, é o problema comumente mais verificado. Além de refletirem os tensionamentos e animosidades entre os próprios músicos, este tipo de conflito também diz respeito a uma questão mais estrutural, referente aos constrangimentos que existem geralmente entre campo artístico e campo político.

Os conflitos relacionados à própria natureza do ofício artístico é outro ponto notório. Estes começariam ainda num âmbito intrapessoal e acabariam por repercutir negativamente sobretudo no momento de articular estratégias de difusão das obras, algo, como se sabe, imperativo em segmentos musicais independentes de cariz inconformista. Assim, a dificuldade em assumir para si mesmo a identidade artística, sobretudo devido às instabilidades e incertezas envolvidas neste tipo de profissão, configuraria uma verdadeira batalha pessoal na proporção de ritos de passagem clássicos como a chegada do primeiro filho, por exemplo. Os efeitos desse dilema existencial acabam por se manifestar sobretudo no momento de traçar estratégias mais articuladas aos setores econômicos e políticos, imperativas para a sonhada sustentabilidade financeira. Não por um acaso, a dificuldade para empreender é ainda um dos principais problemas levantados:

Eu acho que o conflito que há é com a sua própria gestão, com o seu próprio entendimento. Essa coisa (...) muito presente no artista local: de o coração falar mais alto do que o empreendedor. Existe o medo de ousar. Desde o momento de subir no palco como no momento de se jogar no mundo, de se aventurar. De um desbravamento qualquer. Desde o momento em crer que o teu trabalho pode e tem que ser divulgado. Desde o momento de fazer uma página na Internet. Na apresentação do teu produto tu tem uma timidez. É muito contido. Porque você precisa se jogar mais, porque você precisa se vender melhor, você precisa entender que palco, que as pessoas vão para ver artistas. Não vão para ver outras pessoas iguais com problemas na vida. Então, você sobe no palco com a mesma roupa que tu passou o dia todo no trabalho. Eu quero ver artista! (Sebastião, músico e produtor cultural).

Para muitos dos membros ali envolvidos, não existiria nem mesmo uma cena musical – no sentido clássico de um conjunto de pessoas e instituições articuladas que trabalham em prol de uma determinada manifestação de música (Bennett, 2004; Straw, 1991). Pelo contrário, o discurso da coletividade apenas seria uma forma de travestir o interesse de divulgar o próprio trabalho:

²⁰ Os critérios de seleção para a programação do festival Teresina é Pop no ano de 2015, um dos mais tradicionais da cidade, é um exemplo emblemático neste sentido. A queixa geral por uma parte dos artistas que se sentiu excluída era de que haviam muitos nomes que já tinham atuado em edições recentes do festival. Devido a isso, o festival não estaria cumprindo com uma missão básica de um evento público criar oportunidades para a divulgação dos novos nomes da música local.

Quando você vê o cara preocupado com cena você pode observar. Ele está querendo promover o trabalho dele no pacote para poder ver se dá certo. A cena é composta por peças independentes e individualizadas. Você pega fulano, sicrano, e então você compõe a cena. Não uma pessoa que quer se destacar, um artista que quer se destacar, e chama várias pessoas para poder promover o próprio trabalho dele. Isso aí, para mim, não é certo. Isso aí é uma tentativa barata para se autopromover. Infelizmente, é o que mais aconteceu com esse negócio de coletivo aqui até o presente momento (Renatão, músico e cineasta).

Além dos conflitos entre os próprios artistas, existem também aqueles entre artistas e membros do poder público responsáveis pela aplicação das políticas culturais, assim como entre artistas e empreendedores da cultura. Em linhas gerais, estes tensionamentos refletem as relações de subordinação estrutural mais ampla do campo artístico aos campos econômico e político.

No que diz respeito aos conflitos entre artistas e membros do poder público, a impressão forte de tensionamentos gira em torno de tópicos como os ínfimos recursos financeiros destinados para o fomento da cultura local, os baixos cachês, assim como a ineficiência das leis já existentes (A Lei Municipal de Cultura A. Tito Filho) cujo objetivo é a preservação e fomento da produção cultural. Este último aspecto é particularmente crítico, relacionado sobretudo à demora no repasse das verbas, bem como o não cumprimento do texto integral da lei, que prevê editais anuais para financiamento de projetos²¹.

Por último estão os conflitos entre artistas e empreendedores culturais. Categoria com menor incidência no discurso destes membros, estes litígios costumam se dar sobretudo por conta das dificuldades de remuneração dos concertos. Ainda que também ocorram no âmbito público, com a ocorrência não rara de atrasos e baixas remunerações, este tipo de problema costuma ter maior incidência principalmente no setor privado.

5. Considerações Finais

O artigo teve como intuito investigar as dinâmicas de interação de agentes e estruturas que formam o rock independente de Teresina, capital do Piauí. O quadro teórico-sociológico movimentado na análise foi articulado (sobretudo) a partir das teorizações de Bourdieu e Becker a respeito dos segmentos artísticos relativamente especializados. A partir da interlocução com 32 agentes que atuam ou atuaram no

²¹ Para mais detalhes sobre a Lei A. Tito Filho ver Alves (2015).

rock independente de Teresina no decorrer do século XXI, verificou-se um conjunto alargado de convergências, mas, também, de tensionamentos, nas interações sociais ali presentes.

As ações coletivas de convergência podem se dar sem ou através de instâncias mediadoras de atuação. Via de regra, as ações conjuntas verificadas no primeiro tipo costumam ter objetivos e efeitos menos substanciais quando comparadas com as do segundo tipo. Ainda que o associativismo formalizado seja uma histórica lacuna apontada por muitos entrevistados, há o surgimento de tais instâncias específicas para a articulação de ações colaborativas no rock independente de Teresina nos últimos anos, estando algumas daquelas experiências bastante afinadas com bem-sucedidas lógicas verificadas no contexto nacional brasileiro, vide o caso dos coletivos culturais.

Já os conflitos são de três ordens: aqueles entre os próprios artistas, aqueles entre artistas e gestores públicos e entre artistas e empreendedores culturais. A quantidade relevante de desdobramentos dos conflitos entre os próprios artistas acaba por ser ilustrativa do longo caminho ainda a ser percorrido na própria articulação de estratégias mais eficazes para o fortalecimento do rock independente de Teresina, não obstante os avanços verificados nos últimos anos. Depreende-se dos dois últimos tipos de tensionamentos, por sua vez, o caráter de subordinação estrutural do setor artístico em relação aos setores político e econômico.

No fim, é possível afirmar que as alianças são fruto sobretudo de uma convergência fundamental: o caráter de oposição às práticas predatórias das grandes indústrias culturais, afinada com o que Becker (1977b, 2008) identifica como artista inconformista. Estas, todavia, coexistem com um conjunto substancial de tensionamentos que acabam por exprimir a competitividade e o caráter agonístico das pessoas e instituições que fazem os ambientes artísticos, característica prevista por Bourdieu (1996, 2003) nas suas análises do espaço social.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Bia (1996), “Rock made in Brasil”, *Teoria e Debate*, pp 1-3.
- ABREU, Paula (2010), *A Música entre a arte, indústria e o mercado: um estudo sobre a indústria fonográfica em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- ALEXANDRE, Ricardo (2013), *Cheguei bem a tempo de ver o palco desabar. 50 causos e memórias do rock brasileiro (1993-2008)*, Porto Alegre, Arquipélago.
- ALVES, Thiago (2013), *Os festivais de música independente no capitalismo cognitivo: um estudo de caso da Feira da Música de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- (2015), “Políticas culturais e democracia: notas sobre a lei de incentivo à cultura do município de Teresina A. Tito Filho”, in *XII Congresso Luso Afro Brasileiro (CONLAB)*, Universidade Nova de Lisboa, 1-5 fevereiro 2015
- (2016), “Desmaterialização da música e a produção fonográfica do rock independente de Teresina no Século XXI”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, pp. 132-145.
- (2017), *Genealogia, morfologia, dinâmicas e produtos do rock independente de Teresina no início do século XXI*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BECKER, Howard S. (2006), “A Dialogue of the ideas of the world and field”, *Sociological Forum*, [consult. a 24.11.2017], Disponível em <http://howardsbecker.com/index.html>
- (1977a), “Arte como ação coletiva”, in Howard S. Becker, *Uma teoria da ação coletiva*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 205-222.
- (1977b), “Mundos artísticos e tipos sociais”, in Gilberto Velho (org), *Arte e Sociedade: Ensaio de Sociologia da Arte*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 9-26.
- (2008), *Mundos da arte*, Lisboa, Livros Horizonte.
- BENNETT, Andy (2004), “Consolidating the music scenes perspective”, in *Poetics*, pp. 223-234.
- BOURDIEU, Pierre (1996), *As Regras da arte*, São Paulo, Companhia das Letras.
- (2003), *Questões de sociologia*, Lisboa, Fim de Século.
- CERULO, Massimo (2010), “Presentazione”, in Pierre Bourdieu, *Sul Concetto di Campo in Sociologia*, Roma, Armando Editore, pp. 7-53.
- CRANE, Diana (1992), *The production of culture, media and the urban arts*, Londres, Sage.
- DE MARCHI, Leonardo (2011), *Transformações estruturais da indústria fonográfica no Brasil (1999-2009): desestruturação no mercado de discos, novas mediações no comércio de fonogramas digitais e consequências para a diversidade cultural no mercado da música*. Tese de Doutoramento em Comunicação e Cultura, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FERREIRA, Pedro (2006), *Deus ex machina – quando o rock teresinense nasceu do nada*, Teresina,

ALVES, Thiago Meneses (2018), “Alianças e conflitos nos segmentos artísticos relativamente especializados: o caso do rock independente de Teresina no início do século XXI”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXVI, pp. 145-169

Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí.

FRIEDLANDER, Paul (2002), *Rock and roll. uma história social*, São Paulo, Record.

GUERRA, Isabel (2006), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*, Cascais, Princípia.

GUERRA, Paula (2010), *A instável leveza do rock – gênese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GUERRA, Paula e COSTA, Pedro (eds.) (2016), *Redefining art worlds in the late modernity*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

HERSCHMANN, Micael (2010), *Indústria da música em transição*, São Paulo, Estação das Letras e Cores.

HESMONDHALGH, David (1999), “Indie: the institutional politics and aesthetics of a popular music genre”, *Cultural Studies*, pp. 34–61.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010), *Sinopse do censo demográfico 2010*, [Consultado a 03.09.2017], Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>

JANOTTI JR, Jeder (2005), “Música popular ou música pop? Trajetórias e caminhos da música na cultura mediática”, in *Encontro Latino Americano de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura*.

MEDEIROS, Hermano (2013), *Acordes na cidade: música popular em Teresina nos anos 1980*. Dissertação de Mestrado em História, Teresina, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí.

REGEV, Motti. (2013), *Pop-rock music: aesthetic cosmopolitanism in late modernity*, Cambridge, Polity Press.

SHUKER, Roy (1998), *Popular music. The key concepts*, Manchester e Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group.

STRAW, Will (1991), “Systems of articulation, logics of change: communities and scenes in popular music”, *Cultural Studies*, pp. 368 – 388.

WACQUANT, Louïc (2005), “Mapear o Campo Artístico”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, pp. 117-123.

Thiago Meneses Alves. Doutorado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Rua James Clark, 747, 64202-200, Parnaíba, Piauí, Brasil. E-mail: thiagomeneses85@gmail.com

Artigo recebido em 12 de dezembro de 2017. Publicação aprovada em 24 de junho de 2018

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;
- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;

- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXXI, JANEIRO - JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd’hui “la” maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

Marcello Felisberto Morais de Assunção

N.º XXXII, JULHO - DEZEMBRO DE 2016

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

Isabel Silva Cruz

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

Vanessa Marcos

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

Cristina Cunha Mocetão

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

Mónica Santos

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski

RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carolina Pimentel Corrêa

**NÚMERO TEMÁTICO | 2016 - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades,
limites e desafios metodológicos**

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

Conceptual foundations of qualitative life course research

Walter R. Heinz

A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal

Vasco Ramos

O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade

Ana Caetano

A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no
contexto Europeu

Diana Carvalho

A família conta: ilustrações a partir do fado

Ana Gonçalves

Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao
caso de um funcionário administrativo

Pedro Abrantes

Redes pessoais em Portugal numa perspetiva do percurso de vida

Rita Gouveia

N.º XXXIII, JANEIRO – JUNHO DE 2017

Dulce Magalhães: marcas de um percurso

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (I Parte)

Jordi Estivill

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education to the labor market

Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

Ana Isabel Couto

Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos, João Abreu de Faria Bilhim

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

Rita Espanha, Tiago Estêvão

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um *evento* musical/social

Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas contemporâneas

Pedro Quintela, Paula Guerra

N.º XXXIV, JULHO – DEZEMBRO DE 2017

EDITORIAL

ARTIGOS

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte)

Jordi Estivill

Proletários ou profissionais? A condição do jornalista durante o Estado Novo (1934-1958)

José Nuno Matos

Comunicação interna e comprometimento organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho

Cátia Filipa Neto, Sofia Alexandra Cruz

As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado

Jorge Botelho Moniz

O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa

Magda Nico, Nuno de Almeida Alves

The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library

Paula Sequeiros

RECENSÃO

MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) *Crescer e tocar na Orquestra Geração*, Vila do Conde, Verso da História.

Irene Serafino

NÚMERO TEMÁTICO | 2017 - Processos sociais e questões sociológicas

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Bruno Monteiro, Ester Silva e Idalina Machado

ARTIGOS

A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação

Helena Vilaça

Artes e inclusão social: projetos e ações enquanto experiências metodológicas

Natália Azevedo

Diplomados universitários e sobre-educação

Carlos Manuel Gonçalves

Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho

Luís Nuno Sousa

“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social

**Naldeir dos Santos Vieira, Cristina Parente, Allan Claudius Queiroz
Barbosa**

Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para a compreensão das ONGD portuguesas

Vanessa Marcos

EDITORIAL

ARTIGOS

Perfis sociodemográficos da população sénior de Vila Nova de Gaia: de privilegiados, a remediados e excluídos

Hélder Alves; Idalina Machado; Sidalina Almeida; Joana Guedes; Adriano Zilhão; Óscar Ribeiro

Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais

Paula Casaleiro; Andreia Santos

As implicações dos indicadores de desempenho contratualizados na prática clínica da Medicina Geral e Familiar: um modelo profissional em mutação?

Hélder Raposo

A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)

Carolina Pimentel Corrêa

O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a perceção dos estudantes como evidência

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia; Ireneu de Oliveira Mendes

Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social

Vera Diogo

Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade

Elizardo Scarpati Costa; Pablo Almada

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO – INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.
7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações.

A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
 - a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
 - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.
 - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) Artigo em publicação periódica *online*: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.
 - g) Publicações *online*: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

- h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.
 - i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
 - j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.
13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.
 14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.
 15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:
revistasociologia@letras.up.pt

